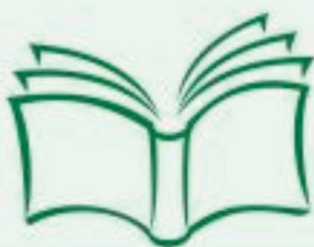
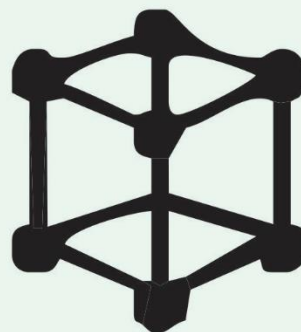


Alvaro Carvalho Dias da Silva
(Organizador)

I CADERNO DE INICIAÇÃO À PESQUISA: DIÁLOGOS EM EDUCAÇÃO



SUCESSO
Publicações e Assessoria

I CADERNO DE INICIAÇÃO A PESQUISA: DIÁLOGOS EM EDUCAÇÃO

Alvaro Carvalho Dias da Silva
(Organizador)

S  **(CIESSO)**
Publicações e Assessoria

1ª edição

São Bento-PB, 2015

© Sucesso publicações e Assessoria

1ª edição

Capa/Projeto gráfico: Claudianor A. Figueirêdo

Versão Impressa

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma -, nem apropriada sem a expressa autorização da Sucesso Publicações e Assessoria

ISBN: 978-85-69456-00-1

Editado por: Sucesso publicações e Assessoria

CNPJ: 21.938.678/0001-90

Tel.: (83) 34441190 / 96792223

www.sucessopublicacoesassessoria.com

www.facebook.com/sucessopublicacoesassessoria

São Bento-PB, 2015

APRESENTAÇÃO

Ao falarmos em construir o conhecimento, nos vem uma questão muito pertinente que entra em choque com a educação tradicional, que é o fato do estudante anteriormente ser tratado como receptáculo de informação para assim poder ser considerado apto no mundo da informação, onde este através de um bombardear de conteúdos poderia assimilar o necessário para sua formação.

Hoje sabemos que esta ideia a muito já foi superada, o desafio das instituições educacionais na atualidade, é a de formar indivíduos capazes de ir ao encontro do conhecimento e saber reescrevê-lo e utilizá-lo. Sendo assim, ao contrário de outrora, quando o importante era "acumular" conhecimento, a esfera acadêmica atual defende a tese que o mais construtivo é "dominar o descobrimento", ou seja, o ser humano ao se deparar com determinada situação, não traria consigo uma resposta pronta, ao invés disto, formularia seu próprio conceito buscando no vasto e fascinante universo de sua criatividade cerebral. E quanto não o tivesse, buscaria através da pesquisa.

Não é formando meros reprodutores de informação que conseguiremos construir o profissional que o mercado de trabalho necessita, mas o estimulando a pensar é que poderemos desenvolver o espírito crítico e reflexivo nessa nova geração. Para isto, a academia deve incentivá-los nesta busca incansável ao saber através de consultas e pesquisas. Tornando-os não meros coadjuvantes das ideias já formuladas, mas transformando-os em protagonistas de suas próprias teorias e histórias.

Tendo em vista a importância do diálogo para a construção do conhecimento, o presente projeto intitulado "I Caderno de iniciação à pesquisa: diálogos em educação", visa estabelecer uma periodicidade acerca das produções de trabalhos que trazem relevantes contribuições para a área educacional, onde este tem como principal função estimular a produção escrita do aluno, num processo de leitura e produção que conseqüentemente gera uma série de contribuições para o individual e coletivo, fornecendo teorias e novos paradigmas para o avanço da ciência social. Sendo que esta primeira edição propôs trazer os estudos originais de cada pesquisador, onde toda a estrutura e teoria desenvolvida, foi responsabilidade de cada um dos autores contidos dentro deste ensaio de iniciação a atividade de pesquisador.

Desta forma, o presente projeto editorial, faz parte da meta do ato de "educar". Já que o real sentido de educar, não é expôr conceitos de forma básica e superficial, mas visa a

construção do cidadão em seu sentido pleno, onde através do esforço e valorização do estudante como leitor e pesquisador, fará deste um instrumento para repassar o que aprendeu, fazendo que o silêncio ganhe forma e cor, e conseqüentemente o trabalho do professor-mediador terá sua devida continuidade para o futuro desenvolvimento da ciência.

O percurso do conhecimento humano até vestir a armadura da cientificidade, até que este atinja o estágio mais elevado da razão, necessita dos inúmeros questionamentos que a ciência define como "problemas", trazendo o impulso necessário ao desenvolvimento e o executar de estudos exploratórios e analíticos, fazendo com que a roda da história siga em sua "evolução", seja para o bem, ou para o mal.

Diante do que foi exposto, este mero exemplar de reunião de rascunhos e explanações, ditos de aprendizes de feiticeiros neste processo de iniciação a pesquisa, é na verdade uma pequena centelha na escuridão que visa fornecer sua singela contribuição na evolução do conhecimento científico.

Alvaro Carvalho Dias da Silva¹

(Editor original/organizador)

¹ Doutorando em Ciências da Educação (UNIGRENDAL PREMIUN CORPORATE); Mestrado em Ciências da Educação (UAA-Universidad Autonoma de Asunción/UFPB); Mestrado Multidisciplinar profissional em Educação (ITB-ISEL-Instituto de Superior de educação Professora Lúcia Dantas); Pós-Graduado em Psicopedagogia Institucional (FIP-Faculdades Integradas de Patos); Pós-graduação em Metodologia do Ensino de História e Geografia (UNICID-Universidade da Cidade de São Paulo); Pós-graduação em Docência no Ensino Superior (Centro Universitário Barão de Mauá); Graduado em Licenciatura plena em Historia e Pedagogia (FIP-Faculdades Integradas de Patos/INET-Instituto de Educação e Tecnologia); Autor dos livros "O triste percurso dos usuários" publicado pela Editora Prottexto(2011) e, "Literatura contra as drogas: uma proposta à prevenção"; publicado pela Digital Books Editora. Professor nos programas de Pós-graduação e Extensão Universitária pela UNINACIONAL/Sucesso Publicações e Assessoria.

SUMÁRIO

ÉMILE DURKHEIM, A EDUCAÇÃO COMO FATOR SOCIAL E A INFLUÊNCIA DESSE ESTUDO PARA A FORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	8
OS IMPACTOS CAUSADOS PELAS RESTRIÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS NA FORMAÇÃO ESCOLAR.....	17
O PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA: SEUS EFEITOS ECONÔMICOS NO PROCESSO DE INCLUSÃO OU EXCLUSÃO SOCIAL	22
A SOCIOLOGIA SEGUNDO PIERRE BOURDIEU NA CONJUTURA ATUAL DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	31
CONTRIBUIÇÃO DO MARXISMO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	37
BOLSA FAMÍLIA E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DE INCLUSÃO	45
O USO DE JOGOS MATEMÁTICOS, E COMPUTADOR COMO UMA METODOLOGIA INOVADORA.....	55
O ALUNO SURDO NAS ESCOLAS REGULARES: DIFICULDADES NA INCLUSÃO	63
A AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO SOCIOLÓGICO	73
EDUCAÇÃO ESPECIAL, UMA ABORDAGEM SOCIOCULTURAL.....	80
FAMÍLIA E ESCOLA: UM COMPROMISSO COMUM EM EDUCAÇÃO.....	81
A INCLUSÃO INFORMACIONAL NAS ESCOLAS: UMA EXPERIÊNCIA COM AS TICS.	87
FUNÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA NA ESCOLA	99
IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA REGULAR.....	109

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, ENQUANTO DIREITO DO CIDADÃO E INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL	117
O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) COMO INSTRUMENTO DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA.....	125
A MATEMÁTICA NO CONTEXTO BÍBLICO.....	138
INTERDISCIPLINARIDADE NO ÂMBITO ESCOLAR	150
GESTÃO DEMOCRÁTICA E SUAS COMPLEXIDADES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	155
EDUCAÇÃO DENTRO DA CONTEXTUALIZAÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO, ANALFABETISMO, LETRAMENTO E ILETRADO.....	164
UM HORIZONTE HERMENÊUTICO NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA.....	172

ÉMILE DURKHEIM, A EDUCAÇÃO COMO FATOR SOCIAL E A INFLUÊNCIA DESSE ESTUDO PARA A FORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Adão Pedro dos Santos
Alanna Kislley Mota Dias
Alinne Mota Dias
Maria do Socorro do Amaral Brasileiro Bezerra
Edivânia Martins Almeida
Camila B. B. Pereira

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar as peculiaridades que permeiam o contexto educacional enquanto conjuntura social. Neste cerne, o mesmo centra-se na análise e estudo da teoria de Émile Durkheim, o qual salienta as configurações históricas e metodológicas e sua teoria social da educação. A priori destaca-se a abordagem inicial como ambiência a respeito da educação como fator social de manutenção da ordem e dos valores da sociedade. Em seguida são apresentados, os contrapontos entre a proposta de Durkheim sobre o papel da educação na formação da sociedade ante a assimilação da Ditadura Militar, dessa teoria, para a formação da educação brasileira como meio de construir uma sociedade pautada a subserviência a partir do patriotismo exacerbado. E, para finalizar, há uma tomada de posição quanto à educação segundo os critérios apresentados no decorrer do artigo.

Palavras-chave: Durkheim. Educação. Fator Social. Educação Brasileira.

INTRODUÇÃO

O denotado estudo tem como norte a busca por apresentar e analisar os preceitos que circundam as peculiaridades que permeiam o contexto educacional enquanto conjuntura social sob o limiar da teoria de Émile Durkheim.

O interesse em investigar a referida temática justifica-se, a priori pela curiosidade individual da autora em aprofundar seus conhecimentos neste campo da percepção da relevância da teoria do denotado autor para a configuração da educação brasileira, suas influências e pontos convergentes para a compreensão do processo educacional como meio de inserção social antagônico, onde a coersão desencadeia a interação com a sociedade.

Quanto ao aspecto formal do trabalho, vale salientar que o mesmo trata-se de um artigo científico, desenvolvida por meio de pesquisas bibliográfica e análise do conteúdo para a exploração da temática.

Sob o prisma da fundamentação teórica este trabalho alicerçou-se nos estudos de: Durkheim (1978), dentre outros. Em um primeiro momento, o referido trabalho prima por

apresentar um breve histórico sobre o autor em foco para que assim torne-se possível a compreensão da conjuntura sócio-histórica da sua teoria educacional.

No item posterior há o destaque enfático para a explanação das ideias de Émile Durkheim sobre a educação, destacando-a, pois, como fator social preponderante para a manutenção da ordem societária, ou seja, para o equilíbrio das forças de poder, já que a educação seria, segundo ele, uma forma de coesão social a medida que gradualmente vai polindo socialmente o sujeito e lhe adequando aos valores e regras sociais. Na sequência, tem-se a abordagem da importância da teoria de Émile Durkheim para a formação da educação brasileira, com ênfase no período que marca a ditadura militar.

De maneira ampla, o artigo em foco teve como objetivo central analisar as peculiaridades da teoria de Émile Durkheim para contribuição da educação como processo social ativo, visto que desperta e imprime no educando, marcas do contexto social o qual encontra-se inserido, bem como dos valores e normas sociais convencionados.

Em última instância, as considerações finais retratam uma sucinta análise sobre a relevância da teoria de Émile Durkheim para a compreensão do processo educacional, bem como para o reconhecimento das marcas deixadas por esse autor na formação da educação do Brasil.

Dessa forma, o referido trabalho trás como benefícios, a exposição de informações básicas sobre a teoria educacional de Émile Durkheim com o intuito de aprimorar os conhecimentos sobre os processos educacionais enquanto conjuntura dicotômica, sendo que na Sociologia durkheimiana o poder coercitivo da educação é necessário à manutenção da ordem da sociedade, assim como para o seu bem moral.

2 ÉMILE DURKHEIM E SUA TEORIA DAS NORMAS COLETIVAS

Émile Durkheim nasceu na França em 1858 e faleceu em 1917, é considerado um dos pais da sociedade moderna, ele foi fundador da escola francesa de sociologia posterior a Marx, é reconhecido amplamente como um dos melhores teóricos do conceito da coesão social.

Sobre sem renomado estudioso sobre os fatores sociais, BEHRING & BOSCHETTI (2011) afirmam que:

Émile Durkheim, em suas conhecidas Regras de método sociológico, inicialmente publicadas em 1986, de onde podemos inferir suas orientações metodológicas centrais, que são as principais expressões da perspectiva segundo a qual o objeto se sobrepõe ao sujeito. O chamado “pai da sociologia” inicia seu texto clássico com uma espécie de manifesto contra o vulgo e o senso comum, afirmando que “o

objetivo de toda ciência é descobrir, e toda descoberta desconserta mais ou menos as opiniões formadas” (BEHRING & BOSCHETTI, p 26-26. 2011).

Em consonância Behring & Boschetti (2011), Durkheim foi criador da sociologia em educação que ficou conhecida como teoria funcionalista, sendo oposto ao idealismo, ele mantinha a opinião que a construção do ser social é feita em boa parte pela educação sendo assimilada pelo indivíduo de uma série de normas e princípios sejam eles morais, religiosos, éticos ou de comportamento. Durkheim descreveu que “O homem, mais do que formador da sociedade, é um produto dela”.

Durkheim não desenvolveu fundamentalmente um método pedagógico, mas suas idéias e forma de pensar foram de grande valia para compreender o significado social do trabalho do professor, ele tinha a visão de que o professor era o material sedutor que moldaria a “coisa” denominada por ele sendo os alunos, segundo Durkheim o papel do professor ou da ação educativa é formar um cidadão que tomará parte do espaço público, não somente o desenvolvimento individual do aluno.

Em uma de suas descrições o mesmo relata que “a educação tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança estados físicos e morais que são requeridos pela sociedade política no seu conjunto”. Sendo possível observar que vários meios em que essas crianças se encontravam podiam fazer parte da sua formação educacional de forma a influenciar em sua personalidade futura de um cidadão, sendo esse ambiente religioso, político entre outros.

Dessa forma educação manteria vínculo e não se desligaria dessas causas históricas fazendo com que o desenvolvimento individual e o exercício da vontade relacionado ao desenvolvimento e formação dessa criança cainhassem paralelos, sendo capaz de realizar não só o que fossem de sua vontade e também o que de fato seria necessário no momento.

Dessa forma, o elencado teórico sugeria que os professores se portassem de forma normativa com as crianças, dessa forma elas os respeitariam e em seguida estariam prontas para assimilar conhecimentos e consequentemente o professor bem preparado dominando as circunstâncias que viesse a acontecer no ambiente escolar.

Durkheim acreditava em forma de educação e padrão social onde ele descreveu “que os currículos são sugeridos para todos”, quando ele escreveu essa frase quis dizer que deve colocar as pessoas certas nos lugares certos, onde a comunidade precisa, onde cada estabelecimento de ensino acolheria os seus alunos e ia moldá-los de certo ponto aconteceria as divisões de conhecimentos e aptidões dos alunos.

3 A EDUCAÇÃO SOB O LIMAR DE ÉMILE DURKHEIM

Para compreendermos as minúcias que circundam a teoria de Durkheim sobre a questão educacional, vale a priori, salientar que seus estudos foram edificados a partir do viés sociológico, visto que, inspirada na sua teoria sociológica geral, reconhece a educação como fenômeno social, a ser examinado pelo processo positivo.

A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina (DURKHEIM, 1978, p. 41).

Tomando como limiar a citação acima denotada vale salientar que os estudos de Durkheim direcionam a compreensão da educação como meio de disciplinar e integrar os sujeitos sociais (em fase de aprendizado) à sociedade, às normas vigentes a partir da aceitação da mesma, e dessa forma apresentando o processo educativo como regulamentação social estática em cada momento de equilíbrio da evolução social é definido pela sociedade através da escolha dos fins.

De acordo com a temática explicitada no cenário acima, pode-se inferir que há a existência de pouca possibilidade de mobilidade social, sendo que os sujeitos sociais são preparadas para viver em consonância com o modelo proposto (imposto) pela sociedade civil, de forma conformista em relação ao meio social a que se destinam.

A educação para o denotado autor constitui uma ação essencialmente coletiva, assim:

(...) o ser novo que a acção coletiva, por via da educação, edifica assim em cada um de nós, representa o que há de melhor em nós, o que há em nós de verdadeiramente humano. O homem, com efeito, só é um homem porque vivem em sociedade (DURKHEIM, 2009. p.57).

Por essa vertente a formação educacional caracterizaria um processo de socialização contínuo do indivíduo que o envereda a configuração precisa do ser humano. De acordo com o exposto, infere-se que o processo educacional exerce um importante papel dentro do contexto social, político e cultural do sujeito social, visando o desenvolvimento integral do homem e seu preparo para o exercício da cidadania e do trabalho e conseqüentemente de sua inalienável dignidade humana.

Em equilíbrio com o discurso de Durkheim, Heath (2001), sobre a questão da relevância da educação para a formação a sociedade e manutenção dos valores

convencionados, expõe que: “Ensinar valores é um processo que acontece diariamente” (HEATH, 2001, p.20).

Nesta vertente, considera-se enquanto análise que a educação é a mola mestra para o equilíbrio e manutenção da ordem social, sendo que é através dela que torna-se possível a transmissão dos valores sociais fundamentais ao crescimento e desenvolvimento da sociedade.

Em sintonia com a literatura acima mencionada vale salientar que a educação para Durkheim não se configura como é elemento transformador, mas como mecanismo de reprodução do fato social, o qual viabiliza a formação de uma sociedade que se adéque aos padrões e normas sociais, ao passo que evita os chamados “desvios de condutas sociais”, pois, caso contrário àquele que não se comporta e/ou apresenta um perfil de acordo com o que socialmente desejável e aceito é considerado anômico e precisa se adequar aos valores e regras sociais vigentes.

Assim, seria papel dos mais experientes (da família, da escola etc) preparar os novos pupilos para conviver socialmente e garantir a ordem social em detrimento a não instauração do caos social.

É fato social toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentado uma existência própria, independentemente das manifestações individuais que se possa ter (DURKHEIM, 1978, p. 11).

De maneira geral, a citação acima nos permite analisar, sob o limiar da educação, que a mesma age como fato social, ao passo que se impõe coercitivamente. Vale salientar que a educação como toda e quaisquer regras de conduta, direciona o indivíduo à integração na sociedade e conseqüentemente uma identificação do indivíduo com a sociedade.

Sobre tais circunstâncias Durkheim reconhece a educação como forma de habituar os indivíduos a uma disciplina, a qual deve ter, e não pode deixar de ter, um caráter autoritário, em prol do bem e equilíbrio social da coletividade.

As variações que promovem a aproximação e o intercâmbio ativo entre os indivíduos – ‘a densidade dinâmica da moral’ de uma dada sociedade -, ou seja, a alteração dos importantes fatores morfológicos que compõem a base da estrutura social, terão seus efeitos morais, o que significa dizer que as idéias e os sentimentos individuais são reflexos morais de um tipo concreto de estrutura social, e, que por isso, a organização social pode explicar os modos de pensar de um determinado povo, tomado no tempo e no espaço (DURKHEIM, 1978, p. 252).

Neste prisma, para ele a formação educacional dos indivíduos, tendo em vista a integração na sociedade, acaba por desencadear inúmeros fatores que se entrelaçam na ordem social, assim, a sociedade configuraria um grande organismo vivo, em que cada grupo ou

classe social cumpria seu papel na organização social, e por tal vertente torna-se preponderante, que os mais experientes primem por polir os que começam a florescer (as crianças) e torná-los conscientes das normas que devem orientar a conduta de cada um e do valor imanente e transcendente das coletividades que cada homem pertence ou deverá pertencer.

Refletindo sobre as considerações de Durkheim pode-se ressaltar que sua teoria Durkheim encontra-se muitas vezes pautada em um antagonismo quando a percepção da aprendizagem, visto que considerava que a criança, ao nascer, trazia consigo só a sua natureza de indivíduo, seria, pois, uma tábua rasa a qual seria tarefa da sociedade a construção social desse sujeito.

Ainda segundo a visão positivista do denotado autor, os professores seria considerada a mola essencial ao desenvolvimento efetivo dos indivíduos, os mesmos teriam um papel determinante e delicado, pois deveriam transmitir os conhecimentos adquiridos, com cuidado para não tirar a autonomia de pensamento dos jovens. Desta forma, “constituir esse ser social em cada um de nós – tal é o fim da educação” (DURKHEIM, 1975, p. 43).

Por esse prisma pode-se inferir que a proposta de Durkheim andaria em uma mão única, sendo que, ao valorizar, somente, o fator social acabava por limitar a educação ao âmbito da satisfação de padrões meramente sociais e políticos sem buscar compreender as peculiaridades intrínsecas no indivíduo enquanto pessoa humana que existe além das convenções sociais.

4 CONTRIBUIÇÕES DE ÉMILE DURKHEIM PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A escola tem cumprido uma função social secular que não pode passar despercebida, segundo Nogueira (1999) a escola é o nicho tradicional de socialização de conhecimentos, é o espaço privilegiado para efetivações de mudanças, ao envolver a comunidade nas questões educacionais.

O autor anteriormente citado elenca ainda que é a partir da relação intrínseca que existe entre a escola e a sociedade que surgem outras indagações, tais como:

Da formação para a cidadania, da possibilidade de promover uma educação mais significativa na escola, da solução de problemas de violência e vandalismo nas unidades escolares, da permanência das crianças na escola, das questões sobre a relação entre educação e trabalho... (NOGUEIRA, 1999, p. 14).

De acordo com a citação anterior vale denotarmos que a política da educação brasileira, no âmbito da compreensão da escola como ambiente de socialização, teve sua configuração legal no auge do militarismo, em meados da década de 1960. Segundo o texto da Secretaria de Educação Básica (2014), nesse período surgia a primeira lei sobre a educação; a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, a qual estabelecia 04 anos de Ensino Fundamental, nesta época a educação encontrava-se entre os limites da ditadura militar.

Devido a opressão instaurada nessa época, a educação brasileira deleita-se a busca por pensadores que fomentem a formação de uma sociedade (povo) dominável ante aos “valores” (convenções sociais), e é exatamente neste contexto antagônico, assim, nada cairia melhor quanto a teoria social da educação de Durkheim, a qual explicitava o processo educacional comum fato social e como resultado de tal característica, seria, pois, coercitiva, ou seja, é imposto às pessoas, independente de sua vontade por serem incapazes de reagir diante da ação educativa. Por esse prisma, a peculiaridade da sociologia educacional de Durkheim, cairia como uma luva com os preceitos, também coercitivos, da Ditadura Militar.

Segundo o texto “Educação, sociedade e trabalho” do Ministério da Educação:

Essa característica coercitiva da educação é fundamental para socializar os indivíduos. Na visão de Durkheim, as pessoas têm incorporadas em si dois seres. O primeiro é o ser individual, que se caracteriza pelos estados mentais de cada um e pelos aspectos de sua vida pessoal. O segundo é o ser social, voltado para os comportamentos relacionados à sociedade em que vivemos. A sociedade, para Durkheim, é composta dos seres socializados e integrados às regras do seu grupo. Assim como cabe à Biologia repassar a herança genética que caracteriza os aspectos individuais de cada ser humano, cabe à educação a tarefa da transmissão das tradições e de códigos às pessoas, para adaptá-las à convivência social. (BRASIL, p.39, 2006)

Em consonância com a citação acima a teoria sociológica de Émile Durkheim contribuiria para a formação da educação brasileira quanto à elaboração, adoção e socialização dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) sob o limiar de um ideário educacional que moldasse os sujeitos sociais Esses às necessidades da sociedade. De maneira clara, o pano de fundo pautaria em colocar os indivíduos certos nos lugares “ditos” certos, onde a comunidade precisa, e assim desencadearia a ordem social e a manutenção dos valores que acarretam com as divisões societárias.

Neste rol, a educação brasileira estaria atrelada a uma visão funcionalista de Durkheim, onde a educação tem seu objetivo crucial é a defesa do Estado, assim:

A nação, a pátria, a integração nacional, a tradição, a lei, o trabalho, os heróis:esses conceitos passaram a ser o centro dos programas da disciplina Educação Moral e Cívica, como também deviam “marcar” o trabalho de todas as outras áreas específicas e das atividades extra-classe com a participação dos professores e das

famílias imbuídas dos mesmos ideais e responsabilidades cívicas (FONSECA, p. 37-38, 1993)

Por esse prisma, a formação da educação brasileira, pautada nas idéias de Durkheim, teria um caráter moralizador, e como confirmação de tal afirmação, no período ditatorial, foi instituído no currículo nacional os programas de Moral e Cívica com o intuito de moldar, disciplinar a criança e a sua família, através da escola, para servir a pátria, ao Estado (ou mais precisamente aos mandos e desmandos dos militares) tal como Durkheim defendia ao comparar o ato do ensino e da aprendizagem à hipnose: segundo ele, era necessário que o estudante estivesse em total condição de passividade e que o educador (“magnetizador”) falasse em tom de comando e com autoridade (DURKHEIM, 1978: pp. 52,53).

Por tais circunstâncias, o pensamento de Durkheim na formação da política educacional brasileira ia de encontro a proposta da Ditadura Militar, visto que, favorecia expressivamente a manutenção dessa política conservadora e opressora por meio de uma educação que polia a servidão das pessoas face a imposição e aclamação ao “Patriotismo”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo viabilizou a análise da teoria sociologia da educação formulada por Émile Durkheim para que assim se torne possível a compreensão dos processos educacionais enquanto, segundo o referido autor, meio de coesão social para o equilíbrio dos valores sociais.

Dessa forma, neste estudo foi possível verificar, a luz de Durkheim, que o sujeito vive em profunda crise moral, e, para tanto, necessita ser disciplinado, afim de que possa viver em harmonia com a sociedade civil organizada. Ainda segundo o autor a vontade individual deve ser substituída pela vontade coletiva. Pensando nisso, tal teoria adequou-se perfeitamente a Política militarista da década de 1960, visto que, ao seguir os preceitos desse teórico poderia controlar toda a sociedade por meio de técnicas de formação educacional como mecanismo disciplinador e controlador do indivíduo, tornando preparado para convívio social.

Nesta perspectiva acreditamos que o denotado artigo possa contribuir para a promoção do conhecimento adquirido, bem como aprofundar mais sobre questões que permeiam a compreensão da educação em suas inúmeras instâncias, e não somente como fator de socialização do indivíduo para manutenção da ordem social. De maneira geral, acredita-se que

o denotado trabalho poderá vir a contribuir para os profissionais da educação, enquanto fonte de pesquisa e aprimoramento dos conhecimentos sobre a temática.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E.R., BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história** – 9.ed – Cortez, 2011. (Biblioteca básica de serviço social; v.2)

BONTEMPI JR., B. **A presença visível e invisível de Durkheim na historiografia da educação brasileira**. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Pensadores Sociais e História da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. PP. 47-63.

BRASIL. **Ensino Fundamental de nove anos: perguntas mais frequentes e respostas da Secretaria De Educação Básica (Seb/Mec)**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensfund9_perfreq.pdf. Acesso em 15 Maio 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. B823. **Educação, sociedade e trabalho : abordagem sociológica da educação** / Ricardo Gonçalves Pacheco e Erasto Fortes Mendonça. – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006. 88 p. – (Curso técnico de formação para os funcionários da educação. Profuncionário ; 5)

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

_____. **Educação e sociologia**. 11 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas: Papyrus, 1993.

HEATH, H. 2001. **Ensinando Valores**. São Paulo: Madras.

NOGUEIRA, N. 1999. **A relação entre escola e comunidade na perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Pátio-Revista Pedagógica, Porto Alegre, ano 3, n. 10, p. 13-17, ago/out.

OS IMPACTOS CAUSADOS PELAS RESTRIÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS NA FORMAÇÃO ESCOLAR

Aderbal Albuquerque Bezerra

RESUMO

O grande desafio social da atualidade é a relação entre a escola e as desigualdades sociais. Aqui faremos diversos paralelos abordando essa relação desde o surgimento até os dias atuais sob uma perspectiva de classes divergentes com seus impactos causados pelas restrições sociais e culturais. O indivíduo com o maior poder aquisitivo consegue facilmente ter acesso a educação de qualidade, enquanto que o menos favorecido fica a mercê das políticas públicas.

Palavras-chave: Educação. Escola. Sociedade. Indivíduo.

INTRODUÇÃO

A sociedade atual vive sob um novo paradigma da não discriminação de todos os tipos de diferenças e adversidade. Contudo, o combate a exclusão social não é tarefa fácil, pois o seu objetivo é mudar o pensamento daqueles que excluem de seus grupos os indivíduos diferentes. Sabemos que uma sociedade se faz com educação, sendo esse o principal instrumento da sua transformação e a única forma de quebrar a “miséria-ignorância-miséria”. No entanto, estamos divididos e classificados socialmente de acordo com o parâmetro poder aquisitivo. E, quem têm mais naturalmente consegue se destacar, estudar, qualificar, viajar em relação aos que não tem condições financeiras favoráveis, explicitando assim a real desigualdade social e cultural.

1. SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

A educação escolar surgiu de uma construção histórica, onde o homem desenvolveu a educação por meio da aprendizagem mútua. Na antiguidade os ensinamentos eram repassados de pais para filhos. Na idade média a educação já é encarada de forma diferenciada pelas classes dominantes que pagavam aos mestres para transmitir ensinamentos aos seus filhos, sendo apenas no século XVIII que surgiram as primeiras escolas públicas mantidas pelo Estado. Contudo, embora tenha existido essa construção histórica a escola sempre foi espaço das classes dominantes.

Um fator relevante é que a escola como constituição de “direito” foi garantido a partir da revolução francesa quando a burguesia é tida como classe revolucionária assumindo o poder.

É através da educação que se inicia a formação do ser pensante em nossa sociedade, onde desde os primeiros passos escolares o indivíduo é inserido em um ambiente o qual lhe estimulará a aprender coisas novas, mesmo que sendo as velhas regras pré concebidas e é nesse meio escolar que se constitui historicamente a divisão materializada dos que terão acesso ao conhecimento com todos os seus requisitos tecnológicos disponíveis.

A constituição brasileira de 1988 diz que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No entanto, ela se esquece de dizer que esse “direito de todos” é suprimido quando o Estado não oferece o mesmo ambiente de aprendizado frequentado por indivíduos de classes média e alta.

Os alunos de classes inferiores lutam para chegar até a escola, muitas vezes vão a pé ou em transportes com condições precárias. As instalações não lhes oferecem o mínimo de conforto ou atrativo para despertar o aprendizado. O material didático é escasso e de difícil acesso e os meios tecnológicos quase não existem. Enquanto que um aluno de classe média vai estudar em escolas particulares, altamente equipadas e com diversos recursos que facilitam o aprendizado garantindo assim mais fácil o acesso as universidades públicas e privadas.

2. AS DESIGUALDADES SOCIAIS

As desigualdades sociais são percebidas por diferentes aspectos: raça, sexo, bens materiais, de cultura, entre outros e constatamos isso principalmente nos aspectos físicos e sociais. Enquanto existem pessoas que vivem em casas luxuosas e na mais pura fartura, existem indivíduos que vivem na miséria. É o conjunto de vários elementos econômicos, políticos e culturais que formam essas desigualdades. As classes sociais mostram as desigualdades da sociedade capitalista que por muitos são encaradas como coisas normais, fruto do convívio do homem em sociedade e se analisado atentamente descobrimos que para alguns essas desigualdades são adquiridas socialmente, pois as divisões em classes se dão mediante como o indivíduo está situado economicamente e sócio-politicamente em sua sociedade.

Recentemente o Brasil foi tomado por manifestações que teve como estopim a desigualdade social. A distribuição desigual dos bens econômicos representou a principal motivação para a onda de protestos, fato este reconhecido pelo Fórum Econômico Mundial em Davos na Suíça. No entanto, quando falamos em desigualdades sociais no mundo e principalmente no Brasil temos que considerar que atrelada a essa desigualdade estão um leque de outras que vão desde a desigualdade de oportunidades, de resultados, até a desigualdade de escolaridade.

3. AS RESTRIÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS

A de se convir que com a má distribuição de renda a maioria dos indivíduos de uma sociedade são privados de acessos aos bens de consumo e serviços e essas privações acarretam intrinsecamente na formação do indivíduo que por não ter condições financeiras são forçados a desconhecer os bens culturais materiais e imateriais.

Tomemos como comparativo os primeiros passos escolares de uma criança que os pais possuem uma condição financeira favorável em relação a uma criança filha de pais pobres. No primeiro caso a criança é inserida numa escola de rede particular em que o ambiente físico lhe oferece conforto, praticidade e comodidade. A transmissão do conhecimento se dá através de métodos educativos que desperta na criança o desejo de aprender e a vontade de frequentar a escola, sem contar que a todo instante recebem estímulos culturais. No ensino fundamental e médio o que se prima é a qualidade superior a rede pública. Já no segundo caso a criança é inserida na escola pública, muitas das vezes mal conservada, desprovida de recursos didáticos educativos. Sem contar que ela já sai perdendo desde que nasce, pois geralmente são filhos de analfabetos ou semi-escolarizados com uma tendência a apresentar um desempenho acadêmico inferior e sem o acompanhamento da família. Não possuem computador em casa, não tem aulas de laboratórios, práticas, esportivas e línguas estrangeiras. Alguns abandonam ou já abandonaram os estudos para trabalhar e ajudar no sustento da família.

No entanto, a criança se desenvolve plenamente quando estimulada e incentivada pela própria família. Para Lancam:

A importância da primeira educação é tão grande na formação da pessoa que podemos compará-la ao alicerce da construção de uma casa. Depois, ao longo de sua vida, virão novas experiências que continuarão a construir a casa/indivíduo, relativizando o poder da família (LANCAM, 1980 apud BOCK, 1989, p. 143).

Mais como promover o estímulo e incentivar as crianças de classes inferiores, quando seus pais também não tiveram acesso a tal educação?

Assim seguem as séries seguintes, ambos sendo educados com meios e formas diferentes e oportunidades diferentes. O meio social em que está inserido também é fator primordial para o desenvolvimento do indivíduo escolar. Enquanto uns têm acessos a revistas, jornais, tv por assinatura, internet e suas redes sociais, Os outros não têm acessos a quase nada.

Os ambientes sociais e culturais de lazer é mais outro fator que influencia nessa formação. O acesso a parques, shoppings, cinemas, teatros, museus, viagens entre outros impactam fortemente, uma vez que, os que têm acesso, passam a ter uma percepção maior das coisas e dos fatos cotidianos.

Contudo, há de se relatar que o Estado oferece escolas públicas com o intuito de formar um aluno para o mercado de trabalho na condição de operário, quando incentivam esses alunos a frequentarem escolas técnicas, criando barreiras para que almejem a graduação.

4. OS IMPACTOS

Não tem como não atribuir que as desigualdades sociais impactam na formação do indivíduo de tal forma que é raro encontrar profissionais bem sucedidos, médicos, advogados, engenheiros entre outros que tenha saído das favelas e periferias. O próprio sistema os exclui criando barreiras quase sempre inquebráveis. Como é possível que pessoas de classes diferentes, com acessos diferentes, concorrerem em igualdade em universidades, concursos e mercado de trabalho? A resposta é simples: impossível. Os conhecimentos adquiridos no ambiente escolar e no meio de convivência em sociedade foram totalmente diferentes, o convívio familiar também apresenta uma disparidade.

Outro fato a se considera é que com a falta de condição financeira fica difícil ter acesso ao conhecimento. Existem poucos programas, treinamentos e capacitações com o objetivo atender aos “desprovidos”. Fazer um curso de línguas, ou, cursar uma faculdade, tem ficado cada vez mais distante. O intercambio além de ser impossível, pra muitos é desconhecido.

O fato é que esses impactos poderiam ser amenizados se o Brasil não possuísse uma das maiores desigualdade social do mundo. Embora muitos brasileiros já se acostumaram a conviver com isso, mas em nenhum outro país do mundo a diferença entre ricos e pobres é tão grande como aqui. Se pegarmos os números da desigualdade brasileira constatamos que afetam o próprio desenvolvimento humano do país.

CONCLUSÃO

O Estado é exclusivamente responsável por garantir a educação, mais muitas vezes somos omissos e não cobramos uma educação com ensino de qualidade. Mais é de suma importância que o país coloque como prioridade a educação, sendo ela a pilastra de sustentação de uma sociedade.

É preciso vencer as diferenças e encarar a responsabilidade dando acesso igualitário a todos. É preciso que haja uma escola qualitativa e não inclusiva para não ser somente acolhedora, mas desempenhadora de um ensino de qualidade para todos. Faz-se necessário também o empenho da família em empunhar a bandeira no combate principalmente ao preconceito e a discriminação. Um ponto a ser focado é a implementação e a qualificação dos professores para que a escola não só acolha, mas atenda, o educando, com aprendizagem de qualidade.

Conclui-se que para que não haja impactos na formação do indivíduo escolar é preciso uma transformação não só das escolas, mais também da sociedade como um todo, com as relações sociais não discriminatórias que venha beneficiar toda e qualquer pessoa, levando em conta a especificidade do sujeito e não mais a sua condição financeira.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Daniela: **Os desafios da Educação inclusiva**: foco nas redes de apoio <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/palavra-especialista-desafios-educacao-inclusiva-foco-redes-apoio-734436.shtml> Acesso em: 10/09/2013.

LUZURIAGA, L. **História da educação pública**. Tradução e notas: Luiz Damasco Penna; J. B. Damasco Penna. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. (Atualidades Pedagógicas). v.71.

MANACORDA, M. A. **História da Educação**: da antiguidade aos novos dias. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PONCE, A. **Educação e luta de classes**. Tradução: José Severo de Camargo Pereira. 6. Ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986. (Coleção Educação Contemporânea).

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.25, ano 9, junho de 1994 (p. 26-37).

O PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA: SEUS EFEITOS ECONÔMICOS NO PROCESSO DE INCLUSÃO OU EXCLUSÃO SOCIAL

Amanda Adna Silva ferreira

Alanna Agla Silva Ferreira

Débora Maria Gonçalves Ferreira

Renata Cosme Santana

RESUMO:

O Bolsa Família é um programa de bem-estar social desenvolvido pelo governo federal brasileiro desde 2003 como integrante da Fome Zero. Consiste na ajuda financeira às famílias pobres e indigentes do país, que tenha em sua percapta 1/3 de salário mínimo para cada membro da família, com a condição de que estas mantenham seus filhos na escola. O programa visa reduzir a pobreza a curto e em longo prazo através de transferências condicionada de renda, que por sua vez, visa acabar com a transmissão da miséria de geração a geração. É considerado um dos principais programas de combate à pobreza no mundo. Este artigo apresenta um pequeno estudo sobre a importância do Bolsa Família como forma de inclusão ou exclusão na nossa sociedade.

Palavras-chaves: Bolsa Família. distribuição de renda. inclusão ou exclusão.

INTRODUÇÃO

Estas indagações motivaram a realização deste trabalho, partindo da constatação da importância de aprofundar os estudos sobre os programas de transferência direta de renda, em particular do Programa Bolsa Família (PBF). Essa opção teve origem no conjunto de observações empíricas e questionamentos teóricos e políticos por parte da aula sobre inclusão social que com este tema nos causou um disparate de indagações com relação ao fato do PBF ser um programa de inclusão ou exclusão e que vem mostrando a preocupação em dimensionar a existência e a magnitude dos fenômenos sociais no Brasil. Tomando como questões norteadoras o fato de inúmeras famílias estarem no programa desde a sua implantação, não tendo avanço nenhum em seu quadro de desenvolvimento, ficando estagnado tanto no fator econômico quanto no sócio-educativo. A questão é, muitos usuários do Bolsa Família, se acomodaram e perderam a visão de crescimento pessoal, se negando a trabalhar ou estudar, com isso permanecem no perfil de baixa renda.

O Brasil tem historicamente sofrido com a má distribuição de renda, por ter um grande número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, apresentando alto índice de desemprego e analfabetismo, sendo em sua maioria no nordeste.

Por isso, a necessidade de criar políticas sociais compensatórias para um eficiente funcionamento da sociedade, com o intuito de remediar os danos causados pelo capitalismo, que gera esta lacuna entre ricos e pobres. O Estado tem o papel de intermediador entre as duas classes com o dever de reduzir cada vez mais a pobreza e a desigualdade. Onde temos as políticas sociais que se destinam a atender aos direitos e necessidades universais que são estabelecidas constitucionalmente, como Educação, Saúde e Trabalho.

Os Programas de Transferência de Renda passam a serem considerados importantes mecanismos para o enfrentamento da pobreza e como possibilidade de dinamização da economia, principalmente em pequenos municípios encontrados em todo o Brasil. Partindo desse referencial, os Programas de Transferência de Renda são considerados como eixo prevalente no atual Sistema Brasileiro de Proteção Social, situando-se no âmbito das transformações econômicas e societárias que vêm marcando a reestruturação do capitalismo mundial na sua fase mais recente, identificada a partir dos anos 1970, com maior aprofundamento nos anos 1980 e no Brasil, nos anos 1990.

Neste artigo é apresentada uma pequena reflexão sobre o Programa Bolsa Família ser fator de inclusão ou exclusão social que representa na atualidade o principal componente do Sistema Brasileiro de Proteção Social, o PBF tem de fato reduzido o nível de pobreza das famílias brasileiras ou tem excluídos cada vez mais essa população da sociedade, pois pelo menos no mercado de trabalho formal esses usuários tem abdicado da sua inserção, com receio de perder o benefício.

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)

A Bolsa Família, criado pela medida provisória nº 132, de 20 de Outubro de 2003, transformada na Lei nº 10.836, de 09 de Janeiro de 2004, e regulamentada pelo Decreto nº 5.209, de 17 de Setembro de 2004, é o principal programa de transferência de renda do governo federal. Constitui-se num programa estratégico no âmbito do Fome Zero – uma proposta de política de segurança alimentar, orientando-se pelos seguintes objetivos: combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram (BRASIL. MDS, 2006).

No entanto não é isso que percebemos, pois observamos que é insignificante a quantidade de famílias desvinculadas ao programa que, por outro lado, é imensurável o número de famílias que são beneficiadas a cada mês. Infelizmente é uma triste realidade, pois o interessante seria que as famílias conseguissem com o auxílio do governo sair da linha de pobreza, através da sua própria geração de renda, passando assim há não necessitar mais deste benefício, dando oportunidade a uma nova família que realmente esteja precisando.

A instituição da Bolsa Família decorreu da necessidade de unificação dos programas de transferência de renda no Brasil, conforme diagnóstico sobre os programas sociais em desenvolvimento, elaborado durante a transição do governo Fernando Henrique Cardoso para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Foi organizado visando minimizar: 1) a ocorrência de sobreposições de programas, definindo objetivos e público alvo; 2) desperdício de recursos por falta de uma coordenação geral e dispersão dos programas em diversos ministérios; 3) falta de planejamento e mobilidade do pessoal executor, 4) alocações orçamentárias insuficientes, com o não atendimento do público alvo conforme os critérios de elegibilidade determinados (BRASIL, 2006).

A Bolsa Família procura enfrentar o problema da pobreza em dois momentos. No curto prazo, o programa pretende oferecer alívio aos problemas imediatos e urgentes da pobreza, como a fome e a desintegração do ambiente familiar. No longo prazo, o Bolsa Família tem como objetivo o combate à transferência da pobreza, induzindo a melhoria dos status educacional e da saúde de seus beneficiários por meio das condicionalidades, promovendo assim melhores oportunidades de qualificação e consequente inserção futura no mercado de trabalho.

Estes grupos mais pobres da população têm grande dificuldade para ter acesso aos serviços e benefícios sociais de que necessitam. Diante desta situação, a principal finalidade seria desenvolver uma estratégia que facilitasse o acesso das famílias mais pobres aos serviços e benefícios que é oferecido pelo Estado dentro da saúde, educação, habitação, etc. Desta forma, o Bolsa Família imputou condicionalidades para que fossem cumpridas, atribuindo ao poder público a responsabilidade de provedor do acesso à saúde e à educação (Manual de gestão de condicionalidade, 2006, p.13).

Neste sentido, o adequado cumprimento do programa é fazer com que as famílias beneficiárias tenham acesso às políticas sociais, as quais são de direito de cada cidadão, com a intenção de que em um longo prazo as famílias tenham mais chances de sair e de superar a sua situação de pobreza. Mas, como já foi citado anteriormente infelizmente algumas famílias que estão vinculadas ao PBF não tem este pensamento que ele serve para alavancar para uma

melhoria da qualidade de vida, mas sim para se acomodar diante da facilidade em estar recebendo este benefício.

A iniciativa do PBF possui três eixos principais focados na transferência de renda, condicionalidades e ações e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

O ingresso das famílias no PBF ocorre por meio do Cadastramento Único do governo federal instituído em 2001, ainda, no governo de Fernando Henrique Cardoso. O objetivo desse cadastro é uniformizar as informações socioeconômicas da população de baixa renda, a fim de mapear e identificar possíveis beneficiários do PBF e dos demais programas sociais, propondo-se também a subsidiar o planejamento de políticas públicas dos diferentes níveis de governo. Para tanto, cabe aos municípios o papel de executar o processo de coleta, inclusão, atualização e exclusão sistemática dos dados referentes ao Cadastro Único. Criado o PBF, em 2003, para apoiar as famílias mais pobres e garantir o direito à alimentação. Para isso, há a transferência de uma renda mensal diretamente para as famílias e as mesmas fazem o resgate deste valor através de saque com cartão magnético distribuído pela Caixa Econômica Federal. Os valores dos benefícios pagos pelo Bolsa Família variam de acordo com as características de cada família, considerando a renda mensal da família por pessoa, o número de crianças e adolescentes de até 17 anos, de gestantes, e de pessoas idosas da família (PORTAL BRASIL, 2013).

POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

Entende-se por Políticas Sociais a intervenção do Estado nas questões sociais existentes, para compensar as distorções decorrentes do processo de desenvolvimento capitalista, que discrimina e faz com que a distância entre ricos e pobres seja cada vez maior. As famílias na sociedade capitalista não dispõem de igualdade de condições sendo que os mais pobres tendem a reproduzir continuamente o ciclo da pobreza: baixo nível educacional, má alimentação e saúde, instabilidade no emprego e baixa renda. Ao desencadear políticas sociais, o Estado procura equiparar as oportunidades entre pobres e ricos, diminuindo a distância entre esses dois grupos e permitindo que as novas gerações quebrem o ciclo da pobreza.

Educação, saúde e moradia são direitos sociais que devem se disponibilizar para todos. No Brasil, todos os municípios possuem escola para educação infantil e fundamental, que garanti a alfabetização das crianças, jovens e adultos. Em relação à saúde existem hospitais e postos distribuídos em cada cidade para atender a população. Mas, não se pode esquecer que o Brasil é um país subdesenvolvido, onde as carências são enorme e o Estado não tem condições de atender a todos os direitos básicos ao mesmo tempo.

É importante analisar que as políticas sociais são voltadas para um público em situação mais crítica, onde a ideia de focalização abrange os direitos sociais e assume que os recursos não são suficientes para atender a todos. Trata-se de uma política com elevado custo para o Estado, principalmente porque se fala em transferir recursos, como é proposto nos programas de transferências de renda mínima. Se tratando do caso brasileiro, este custo é bem elevado, pois a parcela maior da população que é considerada pobre é a que recebe assistência destes programas.

Para Cohn (1995), deve-se entender que as políticas sociais que são voltadas para o alívio da pobreza, são aquelas que têm ação e resultado de imediato, direcionadas a classe mais necessitada, buscando a superação da pobreza, e possibilitando um crescimento sustentável destes indivíduos. Este autor sugere ainda que as políticas sociais devem buscar a articulação entre aquelas (ações) de curto prazo, de caráter mais imediatista, focalizada naqueles grupos identificados como os mais despossuídos, e aquelas de longo prazo, de caráter permanente, universais, voltadas para a equidade do acesso dos cidadãos aos direitos sociais, independentemente do nível de renda e da inserção no mercado de trabalho.

Em resumo, é muito difícil fazer apenas uma escolha ou eleger apenas um público beneficiário. As políticas sociais têm por obrigação apresentar um tratamento sem distinção e, mais ainda, devem proporcionar – além de uma porta de entrada – uma oportunidade de saída também para a situação vivida pela classe mais pobre.

No Mapa da Exclusão Social no Brasil (POCHMANN; AMORIM, 2003) indica que 41,6% das cidades do Brasil apresentam os piores resultados no que se refere à exclusão social, sendo a grande maioria situada nas Regiões Norte e Nordeste. Ainda seguindo o autor:

A ‘selva’ da exclusão mostra-se aí intensa e generalizada, com poucos ‘acampamentos’ de inclusão social, pontuando uma realidade marcada pela pobreza e pela fome, que atinge famílias extensas, jovens, população pouco instruída e sem experiências assalariada formal (POCHMANN; AMORIM, 2003, p. 25).

ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO PBF

Os beneficiários residentes na região Nordeste recebem R\$ 1 bilhão. São 6,8 milhões de famílias atendidas. A Bahia é o estado que tem o maior número de beneficiários e o maior volume de recursos, seguido por São Paulo, Pernambuco e Ceará (REVISTA FORUM S/D).

O Programa Bolsa Família vem se fortalecendo e se apresentando como resposta ao apelo silencioso da população mais pobre: "os governos democráticos da América Latina começaram a produzir grandes e inovadores esforços para tratar da pobreza" (WEISSHEIMER, 2006, p. 47). Acrescento que esse esforço se baseia em programas que oferecem às famílias pobres pagamentos em dinheiro mediante a condição, por exemplo, da manutenção das crianças na escola ou da realização de exames de saúde com regularidade.

Weissheimer (2006, p. 39), ainda enfatiza que [...] pode parecer um paradoxo, mas não é. O objetivo do programa Bolsa Família é justamente fazer com que seus beneficiados deixem de sê-lo. Essa é uma tarefa para muitos anos e não apenas para um programa isolado.

Este paradoxo é complexo e necessita de uma profunda análise conjunta do governo, da sociedade, dos poderes públicos e privados, considerando todas as mudanças socioeconômicas advindas com o fortalecimento do programa, para gerar ações conjuntas com o intuito de equalizar cada vez mais a distribuição de renda.

Essas mudanças através de ações conjuntas são defendidas por Weissheimer (2006, p. 39):

[...] promover o desenvolvimento socioeconômico de famílias em estado de insegurança alimentar, gerar trabalho e renda, desenvolver ou mesmo criar uma dignidade capaz de levar que possa ser chamado de cidadania. Esse é o caminho para a saída do Bolsa Família.

Outro aspecto positivo está relacionado ao acesso ao crédito com os comerciantes do bairro ter melhorado após o ingresso no Bolsa Família. Esta facilidade de crédito tende a viabilizar possibilidades concretas de melhoria da qualidade de vida das famílias, apesar das inúmeras limitações impostas pela condição de pobreza.

As mudanças sociais que o programa vem provocando, principalmente no âmbito familiar é outra questão de suma importância. A característica do Bolsa Família em transferir a renda para beneficiários principalmente do público feminino vem provocando alterações significativas nas relações sociais vigentes. A ouvidoria da Petrobrás, em uma reportagem, veiculou que:

O Bolsa Família dá mais autonomia às mulheres, maior inserção social e poder de compra, mais afirmação no espaço doméstico e ampliação do acesso a serviços públicos de educação e saúde. O aumento da presença nas decisões do lar e da comunidade e a melhoria na qualidade de vida foram alguns dos impactos do Bolsa

Família no dia-a-dia das mulheres. É o que constata pesquisa qualitativa divulgada nesta quinta-feira, 08/03, pelo MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), e pelo Núcleo de Estudos sobre a mulher da Universidade de Brasília. (OUVIDORIA PETROBRÁS, 2007, p 2).

O desafio ainda é grande, o critério de inclusão precisa permitir a ultrapassagem para o atendimento de famílias pobres e não apenas indigentes, como de fato vem ocorrendo, o benefício precisa ser elevado para um patamar de pelo menos um salário mínimo, a transferência monetária precisa ser mais articulada ao acesso a serviços sociais básicos e a políticas e programas sociais estruturantes, os Programas de Transferência de Renda, como outros programas sociais, precisam, sobretudo, ser articulados a uma Política Econômica que seja capaz de distribuir a renda e a riqueza socialmente produzida, gerar emprego e renda para a população que tenha condições de se autonomizar.

Todavia, estudo também recente, desenvolvido sobre os impactos dos Programas de Transferência de Renda sobre a redução da desigualdade e da pobreza no Brasil, demonstrou que o PBF é bem focalizado nas famílias pobres brasileiras (SOARES, 2006). Contudo, tem sido capaz apenas de melhorar a situação de vida dessas famílias, sem, entretanto, retirá-las do nível de pobreza em que se encontram. Esses programas, quando não articulados a uma política macroeconômica de crescimento sustentável e de redistribuição de renda, podem significar melhorias imediatas de famílias que vivem em extrema pobreza, mas não a superam, melhorando a situação vivenciada pelas famílias pobres, sem ultrapassar a denominada linha de pobreza.

Dados fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome mostram que 1,69 milhão de famílias beneficiadas pela Bolsa Família deixaram espontaneamente o programa, declarando que sua renda já ultrapassava o limite de R\$ 140 por pessoa. Estas famílias representam 12% de um total de 13,8 milhões de famílias atendidas. Os dados abrangem todo o período de existência do Bolsa Família, entre outubro de 2003 e fevereiro de 2013. Os dados do ministério contrariam a alegação dos críticos do Bolsa Família de que o programa de transferência de renda estimularia os beneficiados a não procurar emprego e melhores condições de vida (PORTAL BRASIL, 2013).

O aumento do volume de recursos destinado a programas sociais, como o Bolsa Família divide os especialistas do setor, onde para alguns, trata-se de inclusão e exclusão da população. O impacto do Bolsa Família sobre a redução consistente da desigualdade social no Brasil não é livre de polêmicas, onde há quem acredite que, embora tenha efeitos positivos

para a melhoria da vida de famílias mais pobres, o programa é insuficiente para alterar o quadro da desigualdade social no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que as políticas sociais surgem para compensar as distorções decorrentes do processo de desenvolvimento capitalista, que discrimina e faz com que exista uma distância entre pobres e ricos cada vez maiores.

O papel do Estado é constituir fundos com o objetivo de assegurar o bem-estar social e cumprir o direito estabelecido constitucionalmente que é a garantia de saúde, educação, trabalho e alimentação para todo indivíduo. O Estado vem como provedor destas necessidades criando políticas sociais que garantam a sobrevivência para os que vivem em situação de extrema pobreza.

Como se viu, desde os anos 90, que os programas de transferência direta de renda transformaram-se num instrumento valioso, com implicações econômicas e sociais, para o enfrentamento da pobreza massificada no Brasil. Neste sentido, o principal programa dessa natureza, o PBF tem se expandido e gerado efeitos relevantes, mas ainda insuficientes sobre os índices sociais, não estando isento de críticas e problemas. Na verdade, os estudos realizados têm apontado que, apesar dos limites, o PBF tornou-se um indicador do quanto é possível fazer com políticas públicas.

Criaram-se então os programas de transferência de renda que são considerados como eixo do atual sistema brasileiro de proteção social. A finalidade desses programas, no curto prazo, é aliviar os problemas decorrentes da situação de pobreza e, no longo prazo, investir no capital humano, quebrando o ciclo intergeracional da pobreza.

Embora se reconheça o mérito e o efeito distributivo do PBF, a focalização das suas ações no combate à pobreza, sem integração com outras políticas que atendam as necessidades básicas da população e que forneçam bens e serviços públicos de qualidade, pode gerar o enfraquecimento da consolidação da cidadania. Portanto, para o enfrentamento da pobreza brasileira é primordial que os programas venham acompanhados de uma ativa e permanente política de geração de emprego e renda e de um ambiente macroeconômica favorável às políticas sociais, o que requer que se faça um mínimo de incursão sobre o comportamento recente e as perspectivas que se abrem para a economia brasileira e para as políticas sociais (CARDOSO JUNIOR; JACCOUD, 2005).

Muito embora o governo federal tenha dado seus primeiros passos em busca da inserção de pessoas oriundas do Cad Único no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal, através de programas de capacitação profissional, como é o caso do PRONATEC, ACESSUAS TRABALHO e PROJOVEM TRABALHADOR. Com o objetivo de que essas famílias após sua estruturação econômica e a partir da sua própria geração de renda venham a conscientizar-se que não necessitam mais da “ajuda” do governo federal, saindo da linha de pobreza, levando o indivíduo a adquirir assim sua autonomia pessoal. Esse trabalho nos fez refletir sobre o fato do programa ocasionar exclusão ou a inclusão perante a sociedade, pois na verdade não depende dele esta ação, pois ele é um instrumento que cada cidadão pode utiliza-lo da melhor maneira possível para seu crescimento e desenvolvimento individual, familiar, pessoal e profissional na sociedade.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO JÚNIOR, J. C.; JACCOUD, L. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, L. (Org.) ... [et. al.]. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 181-260.
- BRASIL; **Presidência da República. Lei nº 10.836** de 9 de Janeiro de 2004. Institui o Programa Bolsa Família, 2006.
- BRASIL; **Presidência da República. Decreto nº 5.209** de 17 de Setembro de 2004. Regulamenta o Programa Bolsa Família, 2006.
- BRASIL; Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Perguntas e respostas sobre o Bolsa Família**. Brasília, 2005, disponível na página www.mds.gov.br acesso em 01/10/2013.
- COHN, A. **Políticas sociais e pobreza no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas nº 12, jun./dez. 1995. Brasília. www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp12/parte1.pdf. Acesso 01/10/2013
- POCHMANN; M. e AMORIM, R. **Atlas da Exclusão Social no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2003
- PORTAL BRASIL. **Benefícios do Bolsa Família receberão investimento de R\$ 2 Bilhões**. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/governo/2013/04/beneficiarios-de-programa-social-receberao-investimentos-de-r-2-bilhoes>. Acesso em 06/10/2013.
- REVISTA FORUM: **1.69 milhão de famílias abrem mão do bolsa família**. S/d. Disponível em: <http://revistaforum.com.br/blog/2013/05/169-milhao-de-familias-abrem-mao-do-bolsa-familia/>. Acesso dia 06/10/2013
- SOARES, Sergei. **Trabalho bate Bolsa-Família na redução da desigualdade**. Jornal Folha de S.Paulo online, São Paulo, 05 de março de 2006. site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u76227.shtml> acesso em: 02/10/2013
- WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família: Avanços, limites e possibilidades do Programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. São Paulo. Editora PerseuAbramo: 2006.

A SOCIOLOGIA SEGUNDO PIERRE BOURDIEU NA CONJUTURA ATUAL DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Amanda Adna Silva ferreira

Alanna Agla Silva Ferreira

Débora Maria Gonçalves Ferreira

Renata Cosme Santana

RESUMO:

O objetivo desse artigo é promover uma discussão sobre os conceitos do sociólogo francês Pierre Bourdieu, direcionados a situação atual da educação brasileira à análise de pesquisar em educação. A educação no Brasil vem se modificando ao longo dos anos, mais ainda assim com todos os avanços, está longe de ser ideal e satisfatória. Neste texto, apresentamos uma visão ampla das origens do ensino brasileiro, e a parti daí, tentamos identificar algumas de suas características fundamentais. Assim, podemos compreender melhor as condições vigentes e abrir então um leque de discussões inerentes as políticas públicas que estão em teses e já disponíveis. As questões de ensino são sempre polêmicas, no entanto tentamos aprimorar e esclarecer alguns dos temas em debates.

Palavras- chaves: Bourdieu. Sociologia da Educação. Política e Escola.

INTRODUÇÃO

É difícil fazer um balanço equilibrado das contribuições e dos limites da obra de Pierre Bourdieu no que se refere ao campo da sociologia educacional. Mas na década de 1920, com a crescente industrialização e a urbanização em todo o mundo, a necessidade de preparar o país para o desenvolvimento levou um grupo de intelectuais brasileiros a se interessar pela educação, vista como elemento central para remodelar o país. No entanto os teóricos deste movimento, denominado Escola Nova, viam num sistema público de ensino livre e aberto o único meio efetivo de combater as desigualdades sociais (SAVIANI, 2004). Neste cenário, a educação estava baseada no ideal de confiança na razão humana, ou seja, a teoria iluminista, para compreender e transformar a realidade, portanto a educação e a própria escola tinham este papel. Diante disto Bourdieu teve um mérito de formular, a partir dos anos 60, uma resposta original, abrangente e bem fundamentada, teórica e empiricamente, para o problema das desigualdades escolares que conseqüentemente acarretaria numa mudança para minimizar as desigualdades sociais.

Para Bourdieu, como crítico dos sistemas de ensino, em particular o francês, a escola e seu método de ensino asseguram a continuidade dos privilégios culturais ao reproduzir as relações de classes presentes na sociedade (MOREIRA, 2008).

Suponha-se que por meios da escola pública e gratuita seria resolvido o problema do acesso á educação e, assim, garantia, em princípio, a igualdade de oportunidades entre todos os cidadãos. Os indivíduos competiriam dentro do sistema de ensino, em condições iguais, e aqueles que se destacassem por seus dons individuais seriam levados, por uma questão de justiça, a avançar em suas carreiras escolares e, posteriormente, a ocupar as posições superiores na hierarquia social (NOGUEIRA, 2002). Sabemos que ainda hoje, a escola vive o Marketing que seleciona os alunos que estão se destacando como mais estudiosos, separam e potencializam seus estudos para que assim possam se sair melhor numa prova e conseqüentemente valorizam a escola onde estudam como também já são contratados com grau de hierarquia superior perante a sociedade numa dada instituição. Nesse sentido a escola seria uma instituição neutra, que difundiria um conhecimento racional e objetivo no qual selecionaria seus alunos com base em critérios racionais.

Não se pode negar que esta visão da educação ainda permanece no senso comum de grande parte da população brasileira, mas, segundo Bourdieu, esta organização das hierarquias sociais, em hierarquias simbólicas, permitiriam a legitimação ou justificação das diferentes e da própria hierarquia, motivo pelo qual, o individuo que ocupa posições elevadas entender-se-ia como merecedor desta posição que ocupa e não como o resultado de uma dominação, vista a validação de uma qualidade intrínseca cultural superior.

Uma das teses centrais da Sociologia da Educação de Bourdieu é a de que os alunos não são indivíduos abstratos que competem em condições relativamente igualitárias na escola, mas atores socialmente constituídos que trazem consigo uma bagagem social e cultural diferenciada e mais ou menos rentável no mercado escolar. O grau variado de sucesso alcançado pelos alunos ao longo de seus percursos escolares não poderiam ser explicados por seus dons pessoais – relacionados à sua constituição biológica ou psicológica particular – mas por sua origem social, que os colocaria em condições mais ou menos favoráveis diante das exigências escolares (NOGUEIRA, 2002). Bourdieu questiona ainda a neutralidade da escola e do conhecimento escolar, argumentado que essa instituição representa e cobra dos alunos, basicamente, os gastos, as crenças, as posturas e os valores e dos grupos dominantes, dissimuladamente apresentados como cultura universal. A escola teria assim um papel ativo ao definir seu currículo, seus métodos de ensino bem como sua forma de avaliação no processo social de reprodução das desigualdades sociais. Mais do que isso cumpriria o papel essencial de legitimação.

Valle (2013) observa em Pierre Bourdieu e seus colaboradores onde dedicaram muitas décadas à análise do sistema de ensino (francês), sem deixarem de observar com atenção outros sistemas educacionais, evidenciando a distancia entre a realidade escolar bem como os princípios preconizados pelas políticas para a educação. Seus estudos ainda demonstraram que a educação nacional francesa – mas não apenas ela – diferencia-se do modelo puro e politicamente desinteressado requerido pelo crescimento econômico. Com isso lhes permitiu

estabelecer importantes rupturas epistemológicas ao desvelarem interesse e objetivos dissimulados pela escola, pelos currículos, pelos saberes escolares, pela prática dos profissionais da educação, enfim, pelas estratégias dos agentes mais bem posicionados na hierarquia escolar.

Ainda assim o sociólogo Pierre Bourdieu, através da sua análise (teoria) compreende que na escola preserva-se muito da origem social sobre os destinos escolares, desta forma, a escola funcionava, e funciona, como uma produtora e/ou reprodutora dos padrões sociais, linguísticos e comportamentais das classes dominantes. Até porque muitas escolas vivem de produzir gênios seja para um fim específico desejável, ou indiretamente proposital. Nesta forma percebemos que Bourdieu faz uma ligação da sua teoria da educação com a educação atual que ainda quer que o indivíduo não tenha poder crítico, mas siga as normas da escola atual de acordo com as regras imposta pelo estado. Mesmo após inúmeras modificações de leis, tentativas de dar uma nova roupagem a educação, percebe-se que ainda se encontra com regras e princípios estabelecidos pela sociedade.

A educação, na teoria de Bourdieu, perde o papel que lhe fora atribuído de instancia transformadora das sociedades e passa a ser vista como uma das principais instituições por meio da qual se mantêm e se legitimam os privilégios sociais (NOGUEIRA, 2006 p. 15).

Com tudo deve-se considerar que para Bourdieu é inviável estudar os fenômenos que ocorrem na sociedade isolando indivíduos ou a própria estrutura social, já que um pressupõe o outro. Ou seja, um indivíduo pode mudar uma sociedade, como uma sociedade pode modificar um indivíduo.

A partir dos estudos deste sociólogo podem-se destacar ainda os conceitos do capital cultural e violência simbólica, relacionando-os aos aspectos cultural, econômicos e sociais, por meio dos quais é possível compreender diversos aspectos. Até porque para entendermos o indivíduo temos que entendê-lo como um todo (biopsicosociocultural) e somente assim poder analisá-lo.

Valle (2013) considera violência simbólica como toda:

Coerção que só se institui por intermédio da adesão que o dominado acorda ao dominante (portanto à dominação) quando, para pensar e se pensar ou para pensar sua relação com ele dispõe apenas de instrumentos de conhecimento que tem em comum com o dominante e que faz com que essa relação pareça natural.

Na perspectiva Bourdieusiana, a violência simbólica se expressa na imposição legítima e dissimulada, com a interiorização da cultura dominante e há uma correlação entre as desigualdades sociais e escolares (SOUZA, 2012). Por mais que se democratize o acesso ao

ensino por meio da escola pública e gratuita, continuará existindo uma forte correlação entre as desigualdades sociais, sobretudo culturais.

Não podemos deixar de destacar ainda a importância de um componente específico que é o capital cultural, a informação sobre a estrutura e o funcionamento do sistema de ensino. Não se trata apenas do conhecimento maior ou menor que se possa ter da organização formal do sistema escolar (ramos de ensino, cursos, estabelecimentos), mas, sobretudo, da compreensão que se tenha das hierarquias mais ou menos sutis que distinguem as ramificações escolares do ponto de vista de sua qualidade acadêmica, prestígio social e retorno financeiro (NOGUEIRA, 2002). Na verdade, Bourdieu explica que o capital cultural tem como ponto de partida o desenvolvimento escolar, mediante o conhecimento formal escolar. Mas cabe salientar que o capital cultural vai além da noção de capital escolar, caracterizando-se também como um conhecimento informal que se constitui a partir dos costumes, hábitos de cada pessoa e grupo social.

No entanto o vínculo entre educação e desigualdade social é inegável e tem consequências importantes para se pensarem em estratégias políticas destinadas a enfrentar os problemas de desigualdade social. Não se pretende responder a esses desafios sem levar em consideração a questão social mais ampla. A baixa escolaridade das gerações anteriores, no caso brasileiro, onde a pouca integração observada no sistema federativo brasileiro e os entraves a real repartição das obrigações e de recursos tributários. Além disso, a crise observada em nossas escolas públicas frequentemente constatada nos depoimentos dos docentes, que identificam como seus sintomas a indisciplina e o desinteresse dos alunos, os maus tratos que dão a escola e aos professores, as constantes evidências de violência na escola podem refletir o baixo nível de coesão de nosso sistema escolar. E isso é resultado de uma herança histórica, de desigualdades persistentes.

Até pouco tempo atrás, parecia existir consenso quanto ao fato de que os problemas do ensino brasileiro era a falta de escola, a evasão escolar de muitas crianças em idade precoce e a carência de verbas governamentais para a educação. Considerava-se necessário construir mais escolas, pagar melhores salários aos professores e convencerem as famílias a mandarem seus filhos à escola (SCHWARTZMAN, 2005).

O caso do Brasil é interessante falar-se que a educação é o gargalo do nosso crescimento. A escassez de educação seria uma chaga, impedindo o funcionamento mais eficiente de uma sociedade moderna e complexa. A história recente parece contradizer esta tese. Até a década de 1980, nossa educação era muito pior do que é hoje e não bloqueou o

crescimento do país. Por décadas, o Brasil liderou o crescimento mundial, a pesar de ter uma educação pífia (SCHULTZ,2006).

Para Oliveira (2011),as estratégias de ação para alterar esse quadro devem considerar a articulação inevitável entre políticas educacionais e a dimensão social, contemplando os processos de crescimento e desenvolvimento econômico do país. Sendo assim as políticas destinadas à promoção de distribuição de renda mais democráticas devem contemplar a educação, mas, sobretudo, a criação e manutenção de empregos. As pressões sobre tudo na escola são maiores quanto menos a sociedade é capaz de desenvolver outras formas de distribuição de posições sociais. Da mesma maneira como também não é possível pensar em oferecer uma educação de qualidade que permita a melhoria da inserção social das futuras gerações sem levar os custos dessa oferta.

Ao longo dos anos mesmo a passos lentos, o governo federal vem desenvolvendo programas para tentar incentivar as famílias a inserirem os seus membros na escola, como é o caso do programa de transferência direta de renda, o bolsa família, em que para que a família receba o benefício as crianças tem que estar matriculadas e a frequência, é enviada da escola para o Bolsa família como forma de monitoramento. O PROUNE, que destina bolsas a pessoas de baixa renda para universidades particulares. O PRONATEC, programa de capacitação técnica profissional para pessoas oriundas do ensino médio de escolas públicas. O Projovem Urbano que possibilita a conclusão do Ensino Fundamental, iniciação profissional e inclusão digital, a fim de efetivar oportunidades de continuação dos estudos e trabalho para a juventude. Todos esses projetos possibilitam para que as crianças, os jovens e os adultos possam ter um futuro mais digno e com autonomia de escolhas perante a sociedade que pode querer impor situações que ele estando fortalecido intelectualmente possa atuar perante as violências simbólicas e culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a discussão do artigo sobre o filósofo Pierre Bourdieu, pode-se perceber a grande contribuição que foi mostrar o quanto se tornou praticamente impossível analisar as desigualdades escolares, simplesmente, como frutos das diferenças naturais entre os indivíduos.As limitações dessa abordagem, se revelam sempre que se busca a compreensão de casos particulares (famílias, indivíduos, escolas e professores concretos). Pois Bourdieu nos forneceu uma importante análise das relações entre o sistema de ensino e a estrutura

social. No entanto faz-se necessário uma análise mais fina das diferenças sociais entre famílias e contextos de escolarização.

REFERÊNCIAS

- CHAGAS, R DE C. A.; MORAES, L. J. R. **Conceitos da sociologia de Pierre Bourdieu para pesquisar em educação**. Disponível em: <http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/eventos/PA%2020.pdf>. Acesso em: 07 de set. 2013.
- MOREIRA, K. H. Sociologia da Educação e Pierre Bourdieu: Algumas considerações. **Cadernos da Pedagogia**, v. 2, n. 3, p. 364-369, jan/junho. 2008.
- NOGUEIRA, C. M.; NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: Limites e Contribuições. **Educação & Sociedade**, v.?, n. 78, p. 15-36, abr.2002.
- NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. **Bourdieu & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- OLIVEIRA, D. A. Das políticas de governos à políticas de estado: Reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Educ. soc.**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr.jun.2011.
- SAVIANI, Dermevalet al. **O legado educacional do “longo século XX” no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. 224p.
- SCHUWARTZMAN, S. **Os Desafios da Educação no Brasil**. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios/1desafios.pdf>. Acesso em: 12 de Set. 2013. 22:37.
- VALLE, I. R. O lugar da educação (escola) na sociologia de Pierre Bourdieu. **Rev. Diálogo educ.** Curitiba, v. 13, n. 38, p. 411-437, jan/abri. 2013.

CONTRIBUIÇÃO DO MARXISMO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Aurélio Duarte de Almeida
 Francisco Cartegiane Duarte Gomes
 Francisco Robson de Brito Gonçalves
 Francisca Noeme Silveira Macêdo
 José Demontier Guedes
 Normelia Teixeira Cordeiro
 Otoniel Moreira Leite Lima
 Wolhfagon Costa de Araújo

RESUMO

A questão colocada neste trabalho consiste na busca pela compreensão do processo educacional no contexto Marxista, apesar de sabermos que a educação não foi uma temática dominante na obra de Karl Marx, mas não podemos negar a relevante contribuição de suas ideias para a educação tendo como embasamento o materialismo histórico ou dialético. Para Marx a educação perpassa pela relação dos homens com a natureza e dos homens entre si. Para tanto ele quis compreender a relação do conhecimento com os modos de produção: escravista, feudal (os saberes eram passados individualmente) e capitalista (saberes repassados em grupos). Marx queria que a educação ajudasse a construir um ser autoconsciente, autônomo e auto-centrado. A concepção do homem ideal – homem total - para Marx era aquele que fosse capaz de ser um trabalhador manual e intelectual ao mesmo tempo e a escola deveria, portanto conjugar trabalho com a educação rompendo assim com a alienação. Nesse contexto a educação pode ser um instrumento de emancipação como também de alienação. A escola Marxista deveria então apresentar três dimensões dos conteúdos educacionais: educação mental, educação física e educação tecnológica.

Palavras-chave: Educação. Trabalho. Marxismo.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma análise da relação do Marxismo com o processo educacional, salientando que esse não é uma teoria própria da educação. Propõe-se então fazer esta análise a partir do contexto do modo de produção capitalista, onde a questão da educação e do ensino não é trabalhada de modo geral e sim mais especificamente para a classe trabalhadora, ou seja, não está preocupado em discutir de forma genérica, há uma análise dessa problemática a partir das condições e situações concretas em que o ensino aparece no modo de produção capitalista.

A educação do trabalhador é analisada de acordo com o processo de trabalho, sendo que o capitalista está interessado que os proletariados tenham uma qualificação apenas para que saibam ler como as máquinas funcionam e tenham competência para preencher fichas, ou

seja, o trabalhador é convencido a ser letrado e não ir contra quem está no poder, o interesse da educação para os trabalhadores não é para que tenham liberdade de pensamento e analisem criticamente os acontecimentos para que não possam causar problemas para seus “senhores”, eles desejam que seus funcionários tenham aprendido somente para que possam desenvolver uma maior capacidade de produção.

Os objetivos da educação marxista podem ser encontrados tanto na concepção marxista da história quanto na análise crítica das condições existentes, porque a teoria marxista sustenta que a sociedade humana deve ir do capitalismo para o socialismo e, finalmente, para o comunismo. Os objetivos educacionais são vistos basicamente em termos desse movimento dialético, cujo objetivo específico é moldar uma consciência e uma sociedade socialistas. A educação deve ser um instrumento impulsionador que vise desenvolver um novo ser humano socialista.

Marx queria superar a alienação humana, a qual pensava ser o resultado direto da propriedade privada e do controle da produção por uma elite. O objetivo era libertar a atividade humana consciente e vital, colocando os indivíduos de volta ao controle de seu próprio trabalho. Marx pensava que sua tarefa particular era desenvolver bases teóricas adequadas para que a classe trabalhadora pudesse conscientizar-se das direções gerais a serem tomadas e é nesse sentido, que pode ser dito que Marx teve um importante papel na educação.

2. DESENVOLVIMENTO

Vários fatores sociais e econômicos analisados por Karl Marx ainda encontram-se presentes na nossa sociedade, visto que o modo de produção capitalista continua imperando, e conseqüentemente, determinando suas regras e executando seu predomínio de poder. Deste modo temos que analisar a situação da educação brasileira, como sendo socializadora e integradora das pessoas, porém impostas por classes sociais, fazendo com que aqueles que tenham um maior poder econômico tenham condições de melhores estudos, e a maioria fique a mercê, apenas absorvendo o que a classe burguesa dita, sendo preparados apenas para o mercado de trabalho.

Nesta perspectiva, acrescenta Santos que:

a escola organiza um sistema de pensamento capaz de dar eficácia ao funcionamento da cultura dominante, seja ela de uma classe social, de um grupo ou camada determinada. Para tanto, estabelece-se uma comunicação adequada para a transmissão daquilo que é digno de ser conhecido; os símbolos, os códigos e os valores que devem ser transmitidos ou inculcados e que têm, na

escola, o veículo fundamental na constituição de um habitus capaz de orientar as ações dos indivíduos no interior da sociedade (SANTOS, 2002, p.102).

A educação de classes é organizada para atender aos interesses das classes dominantes, teoricamente a educação é universal, porém segundo a lógica do capital existe uma relação que não se separa entre desigualdade real e igualdade formal, ou seja, deve-se existir uma igualdade nas condições de aprendizagem, nos aspectos físicos das escolas, no acesso a uma educação de qualidade. No entanto o que vemos é um enorme contingente de pessoas sendo alienadas nas escolas, para manter a ordem e torná-las trabalhadoras vendendo sua força de trabalho para o capitalismo. Decerto a classe capitalista não visa à universalização da educação, e as classes dominadas apenas tem acesso a certo nível básico de conhecimento.

Aparentemente, a sociedade, de forma geral, é a favor da educação universal e igualitária para todos independente de poder aquisitivo, e que as pessoas deveriam ter as mesmas chances no que diz respeito à educação. No entanto o que se tem é totalmente ao contrário, apenas uma pequena parcela tem o direito a uma educação com sistemas de “cotas”, financiamento estudantil e bolsas de estudos para alienação da massa explorada.

Saes relata:

Tomemos a classe capitalista. Tal classe social, que se subdivide em frações (industrial, bancária, comercial), tem, no seu conjunto, interesse econômico em que à sua mão de obra se assegure acesso à instrução elementar. Isso não a converte, entretanto, em adepta da educação básica universal. A adoção desse princípio pelo Estado implicaria propiciar educação elementar gratuita e obrigatória para todos, inclusive para as classes trabalhadoras. Ora, a classe capitalista teme que a dinâmica da vida escolar leve os seus trabalhadores a adquirirem mais conhecimentos que aqueles estritamente necessários para a sua inserção, em caráter subordinado, no processo de trabalho (industrial, comercial, bancário). Ou seja, a classe capitalista teme que a escola, obedecendo a um princípio constitucional ao invés de trabalhar por encomenda direta do capital, crie um amplo contingente de “sobrequalificados”, que se converterão em fator de atrito dentro do processo de trabalho e exercerão espontaneamente pressão a favor da redefinição dos seus objetivos gerais. É esse o impasse, como nos mostra Vitor Paro, em que vive a classe capitalista no terreno educacional: ela não quer que sua mão de obra tenha “educação de menos”, mas também não aceita que esta receba “educação demais” (SAES, 2005, p.98).

A escola conduz os valores burgueses e forçam à classe trabalhadora a absorver esses ensinamentos, não lhes dando qualquer alternativa de expor de forma crítica sua situação. Esses valores da burguesia estão presentes na escola, que funcionam como instituições que materializam a alienação da classe trabalhadora. A escola age pela violência simbólica, manifestando-se quando o aluno destrói sua visão de mundo para assumir a da classe dominante, levando-o a responsabilizar-se pelas consequências desse processo. Em função disso, os padrões culturais, estéticos e artísticos valorizados e privilegiados são os daqueles

grupos dominantes na sociedade, ou seja, uma contradição básica do funcionamento da escola na sociedade capitalista: favorecer os já favorecidos e excluir os já excluídos (BOURDIEU apud SOUSA, 2006, p.26).

A escola capitalista tem como fundamento impor os valores burgueses para a classe proletária, colaborando para as disparidades sociais, pois os alunos têm suas ideias próprias e visão de mundo, porém na escola eles estão perdendo essa criticidade e apenas absorvendo o que o capitalismo prega. Sendo assim a escola na lógica capitalista não tem a autonomia ou a capacidade de reparar as desigualdades sociais, por ser uma instituição reprodutora das classes dominantes impondo de maneira autoritária sua ideologia.

Galvão cita o seguinte:

a educação, longe de ser um fator de superação dos problemas socioeconômicos da nação, constitui um elemento reforçador dos mesmos. Transformando os alunos em reprodutores do sistema econômico dominante, a escola acentua o espírito de competição entre os indivíduos e faz com que os mais fortes ocupem os espaços disponíveis e os mais fracos sejam impiedosamente eliminados. A educação, diante do exposto, não passa de um processo pelo qual a sociedade, por intermédio da escola, transmite seus conhecimentos, seus valores, sua cultura de uma geração para outra. Lembrando, pois, que os valores, conhecimentos e cultura dominantes na educação de uma dada época, serão os valores, conhecimentos e cultura da classe dominante de então (GALVÃO, 2011, p.09).

As pessoas tem por obrigação aderirem a uma característica da educação em que adequa a sociedade para se ter um ganho no que diz respeito a criticidade nas relações sociais, para assim se tornar rotineira a luta por direitos. De certo a educação atrelada ao sistema capitalista fundamenta as desigualdades e as desordens, à medida que culmina nas pessoas ideais burgueses de cultura, política e economia. Porém mesmo com essas controversas a educação também é um modo de se libertar dessa prisão capitalista. “A escola está funcionalizada aos interesses capitalistas, prepara sujeitos para o mercado de trabalho, mas ela tem uma natureza institucional e social tal que lhe permite mover-se para outros interesses e para a busca de outras formas organizacionais” (LIBÂNEO, 2002, p.11).

Mesmo com os benefícios trazidos pela educação, no que diz respeito à autonomia do indivíduo, o sistema capitalista traz a mercê essas desigualdades sociais, na qual deixa a classe subalterna sem alternativas de luta, apenas aceitando o que lhes é regido pelo sistema, fazendo com que a miserabilidade educacional continue e o aluno seja cada vez mais alienado. A escola, por utilizar-se de material humano para se trabalhar, deve ter a noção de como utilizá-lo, pois ela é responsável por colocar aquele material na sociedade, com o objetivo de construir uma sociedade, pois a escola molda a sociedade através daquele material

utilizado, dando as melhores condições possíveis, de acordo com os perfis, para que ele seja bem aproveitado e se realize dentro do processo de formação.

Os educadores acham que os alunos vão se beneficiar com as informações trazidas pela escola, e na realidade não os preparam para mudanças sociais. A escola não deixa o aluno participar das decisões.

Marx sendo um dos sociólogos mais influentes traz uma crítica radical ao capitalismo, pois ele identificava nesse sistema uma força capaz de destruir a sociedade no que ela tinha de mais complexo que eram as suas classes sociais, e essa destruição estaria muito ligada ao conceito de exploração da mão de obra do proletariado. Em linhas gerais Marx previa um conflito entre a burguesia, os proprietários dos meios de produção, e o proletariado, aqueles que colocavam no mercado a sua força de trabalho, e essa relação conflituosa entre esses dois atores sociais, seria responsável pelas mudanças na história. Ao analisarmos uma perspectiva marxista sobre a educação, não se pode deixar de lado o conceito do trabalho, ideologia e alienação das classes sociais. O sistema capitalista anula a criatividade humana, no que tange trabalho, por que retira dele a possibilidade de se reconhecer dentro daquilo que está produzindo, ou seja, está se alienando.

O trabalhador está tão preocupado com outras coisas como o consumo, a moradia, com as condições sociais, que ele não consegue identificar que aquela atividade que ele está exercendo é dotada de autonomia, criatividade, de um potencial criativo, concebendo o espaço do trabalho como algo para satisfazer as necessidades, quando na verdade deveriam caminhar para buscar a liberdade, pois no campo do trabalho o homem é um ser explorado.

Tonet contribui dizendo que:

o trabalho, embora seja fundante, é apenas um dos momentos da realidade social. Além dele, muitos outros momentos da realidade social. Além dele, muitos outros momentos fazem parte dela. Alguns, como a socialidade, a linguagem, a educação, o conhecimento integrarão o ato do trabalho desde o seu momento mais original. Outros surgirão na medida em que, a partir do encremento das forças produtivas, a sociedade se tornar mais complexa, exigindo outras atividades que não aquelas voltadas à produção dos bens materiais. A natureza dessas atividades e sua função social sempre dependerá da natureza da demanda a ser satisfeita (TONET, 2009, p.07).

A sociedade capitalista não vive apenas das suas bases materiais, mas também de toda ideia que institui e que justificam essas bases materiais, ou seja, o plano das ideias, que criam valores, condições onde o capitalismo se apresenta como a única realidade existente. Porém toda realidade é passível de mudanças, manifestada na forma de uma insatisfação em relação as suas condições sociais de existência. Então apesar da alienação e de uma ideologia que faz com que o sistema capitalista seja uma força já propagada por tanto tempo, todo

trabalho também pode ser uma atividade consciente e criadora, desde que tomem consciência de classes, sendo assim o individuo isolado não consegue nada, mas ele engajado em classe social poderá mudar muita coisa.

Através de uma perspectiva Marxista podemos pensar educação em que o trabalho do educador também é trabalho, então potencialmente é uma atividade criadora, e pode gerar uma série de transformações e pequenas revoluções sociais. Mas Marx não é tão otimista em relação à escola, ele não acredita que esta instituição seja o palco da revolução, uma vez que a mesma é formada dentro do sistema capitalista. E um educador, antes de educar, também foi educado dentro do sistema capitalista. Então com essa perspectiva Marxista, podemos dizer que a escola está muito mais produtora dos laços sociais estabelecidos, dos interesses dos grupos sociais hegemônicos do que realmente comprometido com a emancipação e autonomia dos indivíduos. A partir da teoria Marxista o educador precisa passar conhecimentos, convicções para os seus alunos, só que uma vez fazendo isso em uma perspectiva auto reflexiva, autocrítica, mostrando para o aluno que aquela leitura sobre o mundo é a sua leitura, e que ela pode está influenciada pelo sistema capitalista.

O educador além de ensinar esses conhecimentos e mostrar essas convicções para seus alunos, também tem que ensina-los a duvidarem de tudo aquilo que ele próprio está aprendendo, ou seja, apenas a duvida, a curiosidade constante, a desconfiança de tudo aquilo que é construído socialmente dentro do capitalismo, seria capaz de fazer com que o conhecimento se libertasse, fazendo com que os indivíduos saiam da alienação, tomem consciência de classe, e possibilitando com que a escola seja um lugar interessante e propicio para essa tomada de consciência, desde que ela não se fixe dentro das possibilidades de dogmas e doutrinas, e que se constitua como um espaço legítimo de troca de informações e experiências e sobre tudo do reconhecimento das classes sociais, das desigualdades e da localização do conhecimento, pensando que o conhecimento não é neutro, ele está sempre ligado a uma perspectiva, a um conjunto de ideias, a uma ideologia.

Nesse sentido, afirma Lück:

O ensino público no Brasil está experimentando transformações profundas. Reformas nacionais juntamente com iniciativas em âmbito estadual e municipal estão alterando as práticas pedagógicas e a organização escolar, na tentativa de dar eficácia à escola e universalizar o seu acesso. Nunca antes na história do Brasil a questão da educação pública foi tão evidente na mídia, na vida política e na consciência do cidadão comum. Vem-se reconhecendo amplamente que a educação é um elemento fundamental no desenvolvimento social e econômico e que o ensino no Brasil, especialmente aquele oferecido por setores públicos é insatisfatório diante dos padrões internacionais, tanto na sua quantidade, quanto na sua qualidade (LUCK, 200, p.09)

E é justamente essa a contribuição de Marx para a educação, o reconhecimento de que o nosso discurso, está socialmente ligado e socialmente comprometido, então ao proferi-lo é preciso identificar esse pertencimento e mostrar a todos de onde nós estamos falando, tentando fazer com que essa informação sobre o lugar da nossa fala, possibilite leituras múltiplas sobre aquilo que agente fala e interpretações localizadas socialmente, ideologicamente, mas, sobretudo comprometida com essa dúvida, com essa transformação das consciências, em consciências mais críticas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto trás em seu bojo elementos que mostram que a educação, principalmente brasileira, torna o indivíduo alienado, já que está presa a padrões capitalistas. Isto acontece porque os agentes condutores do modelo educacional, receberam a formação advinda de outros que também faziam parte desse sistema.

O ensino tecnicista, que transforma um homem em um mero executor de serviços, não o proporciona uma visão de mundo em que o agente possa refletir sobre sua prática e sobre o que lhe é apresentado, para tornar-se um agente transformador.

O marxismo faz uma crítica ao modelo educacional imposto pela classe dominante e mostra o caminho através de uma educação libertadora, onde o indivíduo possa receber o conhecimento alienador, mas, ao mesmo tempo, torne-se um questionador, do padrão ora oferecido.

É através do despertar da consciência crítica, que os alunos poderão romper paradigmas, e buscarem um maior e melhor desenvolvimento social.

Para acompanhar os padrões internacionais, ainda há muito a ser feito no Brasil. O indivíduo precisa sair da alienação, tornar-se consciente de que pode ser diferente, que pode emancipar-se, para assim projetar uma sociedade mais justa e menos desigual.

REFERENCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Teorias administrativas / José Vieira de Sousa.** – Brasília: Universidade de Brasília, 2006. 100p. - (Profucionário – Curso técnico de formação para os funcionários da educação) I. Título II. Série.

GALVÃO, Roberto Carlos Simões. **Uma leitura Marxista da vinculação histórica entre educação e cidadania no brasil.** Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/resafe/article/download/5501/4608>>. Acessado em 18-08-2013.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da educação**, São Paulo: Cortez, 2000.

HOWARD A. Ozmon. e SAMUEL M. Craver. **Fundamentos filosóficos da educação.** Ed. Arimed, <http://www.artmed.com.br>

LIBÂNIO, José Carlos. **Educação, Cultura e Sociedade: Abordagens críticas da escola.** p.7-11. Prefácio. VIANA, Nildo (org) et al. Goiânia-Goiás, Edições Germinal, 2002.

LÜCK, H. et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar.** 4.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SAES, Décio Azevedo Marques de. **Classe média e escola capitalista. Crítica Marxista,** Rio de Janeiro: Ed. Revan, n. 21, p. 97-112, nov. 2005.

SANTOS, Cleito Pereira. Educação, estrutura e desigualdades sociais. **Educação, Cultura e Sociedade: Abordagens críticas da escola.** p.99-110. VIANA, Nildo (org) et al. Goiânia-Goiás, Edições Germinal, 2002.

TONET, Ivo. **Marxismo e educação.** Maceió, 2009. Disponível em: http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/MARXISMO_E_EDUCACAO.pdf. Acesso em 19 de agosto de 2013.

TOSI, Alberto Rodrigues. **Sociologia da Educação.** Rio de Janeiro – RJ, Ed. DP&A, p.59 – 82,2004

BOLSA FAMÍLIA E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DE INCLUSÃO

José Demontier Guedes²

Francisco Robson de Brito Gonçalves³

RESUMO

O estudo enfatiza considerações relevante sobre o Programa Bolsa Família, como alternativa que se destina a crianças de classes menos favorecidas, no que diz respeito ao assistencialismo social como fator de inclusão, essencialmente no desenvolvimento, manutenção e permanência escolar dos alunos beneficiários e respectivamente suas famílias. O processo metodológico quanto ao seu delineamento no intuito de atender aos objetivos propostos, caracterizou-se pelo embasamento de diversos autores que estudam a relação Bolsa Família e educação.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Inclusão. Crianças. Educação.

INTRODUÇÃO

O Brasil é historicamente marcado pelas intensas desigualdades sociais e regionais caracterizados por problemas socioeconômicos, onde o desenvolvimento pode ser conceituado como um processo pertinente de enriquecimento dos países e de seus habitantes, através do aspecto social e político.

Conforme afirma Barros (2010), o Brasil se constitui de um país de elevada desigualdade de renda e pobreza, e apesar da recente queda desses indicadores, observados a partir de 1994, estes permanecem elevados, em especial considerando-se todas as regiões, sendo o Nordeste a região com os maiores índices de pobreza e de concentração de renda do país.

Contudo, atualmente, a educação recebe uma ênfase especial, principalmente por sua relevância ao fato de abranger todas as questões de discussões sociais, como sendo uma forma de mudanças estruturais da sociedade.

Nesse contexto, a educação está voltada para a construção do conhecimento e a formação da consciência cidadã, pois a cada dia se estabelece como uma alternativa em busca de respostas a exigências e anseios da sociedade brasileira que visa melhorias na qualidade de vida.

² Pedagogo, Especialista em Português a Arte-educação, cursando Psicologia e Mestrando em Docência da Educação. E-mail: proerddemontierguedes@ig.com.br.

³ Graduado em Eletromecânica, Especialista em Matemática e Física. Mestrando em Docência da Educação Brasileira. E-mail: robson_matematica@yahoo.com.

Portanto, nesse sentido, o presente artigo aborda informações, tendo como referência e pressuposto a educação, a fim de vincular o surgimento do Programa Bolsa Família a transferência de renda na permanência da criança e adolescente na escola.

Segundo Rocha (2008), não é só com transferência monetária que se elimina a pobreza e a desigualdade de renda, pois estas tem caráter multidimensional. Assim, numa visão mais ampla, o trabalho propõe que as condicionalidades se tornam crucial para diminuir a pobreza e a alta desigualdade de renda, quando se investe na classe beneficente menos favorecida, para que se solidifique na base a permanência enquanto frequência escolar para crianças e adolescentes na diminuição do trabalho infantil e no aumento da segurança alimentar.

Tais transferências não se constituem como um fim em si mesma, mas como disparadora do processo de transferência de conhecimento de uma estrutura, de um campo de conhecimento, de um sistema, para outro que à primeira vista não apresentaria elos de ligação.

Para uma melhor compreensão da colocação acima, é necessário que se faça uma reflexão sobre conceitos que se preocupem com os aspectos transcendentais de cada análise, pois realça os objetivos a serem alcançados e que poderão elucidar o papel do homem na busca do exercício pela cidadania e inserir, nesse contexto, a contribuição da Bolsa Família como alternativa de beneficiar famílias de baixa renda, propiciando-lhes a oportunidade de promoção social, por meio da educação.

A inter-relação constante que se tentou proporcionar neste ensaio baseia-se na educação como meio de inclusão social, onde os órgãos governamentais buscaram novas oportunidades sociais, criando políticas públicas e sociais na esfera Federal, Estadual e Municipal como fruto da preocupação com os objetivos mais gerais de possibilitar ao sujeito o desenvolvimento de sua abstração nestes campos, nas quais, as políticas sociais têm por objetivo a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida, a sustentabilidade, a ampliação dos direitos de cidadania e a democratização da sociedade. Esses programas são destinados a pessoas de baixa renda, como é o caso do Programa Bolsa Família.

A proposta do tema partiu dos pressupostos das possíveis contribuições do Programa Bolsa Família para a inclusão e manutenção das crianças de classes menos favorecidas na escola.

1. EXCLUSÃO SOCIAL E POBREZA

O crescimento econômico é fator determinante na geração de novas oportunidades de trabalho. Entretanto, o desenvolvimento não é restrito apenas a aspectos econômicos, mas ao

político, cultural e social que partiu da percepção das desigualdades entre países e da disparidade entre regiões, onde as diferenças regionais são constantes, o que tem contribuído para a exclusão social.

O desenvolvimento brasileiro sempre teve feição regional. Algumas frações territoriais terminavam por se sobressair às demais, angariando recursos humanos, materiais e financeiros e confirmando a percepção corrente de um país de vastas extensões de terras e relativa escassez de homens (GALVÃO, 2004, p. 23).

Embora, mesmo no século XXI, a exclusão social permanece presente no Brasil, atingindo grande parte da população. Apesar das mudanças que o país teve nos últimos tempos, em termos sociopolíticos e socioeconômicos, as desigualdades sociais permanecem distanciando cada vez mais o poder aquisitivo entre os mais ricos e pobres.

A exclusão social é um fenômeno do passado e do presente e, se não houver mudanças substanciais na política socioeconômica para uma distribuição de renda mais justa, será também do futuro. Segundo Estivil (2003), os conceitos de exclusão e pobreza são considerados concomitantes, se sobrepõem e comumente são complementares.

Assim, sobrevém a pobreza no Brasil que é inteiramente derivada deste processo de negação dos direitos, ao longo da história do Brasil em que o debate sobre o problema muitas vezes é separado de igualdade e da justiça social.

Para Silva (2008) a determinação fundamental da pobreza é de natureza estrutural, decorrente, sobretudo da exploração do trabalho, geradora da desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida. No sentido de ilustrar esse processo no Brasil, concorda-se com Telles quando afirma que:

[...] a sociedade brasileira carrega todo o peso da tradição de um país compassado escravagista e que fez sua entrada na modernidade capitalista no interior de uma concepção patriarcal de mando e autoridade, concepção esta que traduz diferenças e desigualdades no registro de hierarquias que criam à figura do inferior e tem o dever da obediência, que merece o favor e proteção, mas jamais o direito. Tradição essa que se desdobra na prepotência e na violência presentes na vida social, que desfazem, na prática, o princípio formal da igualdade perante a lei, repondo no Brasil moderno a matriz histórica de uma cidadania definida como privilégio de classe. (TELES, 1999, p.88-89).

Contudo, não se pode restringir a concepção da pobreza exclusivamente como falta ou insuficiência de renda. Segundo Aguiar (2002), a definição usada pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD “que vê a pobreza como a ausência de escolhas e oportunidades básicas para o desenvolvimento da vida humana, o fenômeno é constituído por três eixos fundamentais: a pobreza material, a pobreza intelectual e a pobreza social” (AGUIAR, 2003, p. 16).

No entanto, a todo instante, os pobres são submetidos a situações de privação de capacidades e os exemplos são os mais diversos, entre eles, o trabalho infantil imposto às famílias por uma questão de sobrevivência, trazendo como consequência, a falta de acesso à educação e à saúde e/ou promovendo esse acesso de maneira precária, conforme o que diz Sen (2002) a seguir:

[...] a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de indefinição de pobreza. A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que a baixa renda é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser razão primordial da privação da capacidade de uma pessoa (SEN, 2002, p. 109).

Nesse quadro, a pobreza apresenta-se como algo natural, banal, inevitável, externo e que não é visualizada a partir da indignação dos indivíduos, mas pelos olhos da piedade e da pena.

Nos dias atuais a pobreza é alvo de muitas discussões e debates por parte de autoridades no país, porém são debates que não procuram a viabilização e garantia dos direitos e da justiça social, pois, o importante neste contexto neoliberal não é garantir a igualdade, mas garantir que o pobre tenha acesso aos mínimos para sua sobrevivência.

Aguiar (2002) diz ser possível afirmar que programas de garantia de renda mínima, aplicados de maneira independente, não são capazes de atuar efetivamente no rompimento dos ciclos geracionais de pobreza e de desigualdade social. Essas variáveis não representam mínimo de bens e acesso a serviços básicos de qualidade necessários nos padrões modernos, para sair da mínima, para se tornar um meio de combate à pobreza e à desigualdade, seria interessante estar vinculada a outras políticas sociais.

Cabe ao poder público, nesta conjuntura, buscar novos meios para a superação de barreiras existentes na sociedade, que acabam distanciando os excluídos dos acessos aos bens e serviços, neste caso, o da inclusão escolar, do direito à educação. Conforme afirma Pesaro (2002):

[...] O sucesso de uma política social depende, dentre outros fatores, da magnitude dos recursos envolvidos na execução e, principalmente, do correto emprego desses recursos. Portanto, a seleção dos potenciais beneficiários, ou seja, o foco da política.

A partir desta perspectiva de garantir pelo menos os mínimos necessários sociais para sua manutenção, surgem ideias sobre a criação de Programas de Transferência de Renda, também conhecidos como Programas de Renda Mínima como estratégia de enfrentamento da pobreza.

2. EDUCAÇÃO SISTEMÁTICA

Educar, do latim educare, é conduzir de um estado a outro, é modificar numa certa direção o que é suscetível de educação, conforme é explicado por LIBÂNEO:

O ato pedagógico pode ser então definido como uma atividade sistemática de interação entre seres sociais tanto no nível do intrapessoal como no nível de influência do meio, interação esta que se configura numa ação exercida sobre os sujeitos ou grupos de sujeitos visando provocar neles mudanças tão eficazes que os tornem elementos ativos desta própria ação exercida. Presume-se aí, a interligação de três elementos: um agente (alguém, um grupo, etc.), uma mensagem transmitida (conteúdos, métodos, habilidades) e um educando (aluno, grupo de alunos, uma geração) [...] (LIBÂNEO, 1994, p.56).

Considerando o processo educativo determinante para o ensino e aprendizagem, o cotidiano da escola, aliado ao contexto externo permite descobrir a rede de conhecimentos e a valorização dos envolvidos no processo de formação que compreendem docentes e discentes, já que a educação compõe um dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, devendo ser assegurada pelo poder público, designado para prover as condições necessárias à sua efetivação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A escola é uma instituição marcante na vida das pessoas, independentemente do ponto de vista político-educacional. Neste espaço, decorrem diferentes tipos de aprendizagens e de socialização entre os seres humanos.

O homem só é efetivamente cidadão se pode efetivamente usufruir os bens materiais necessários para a sustentação de sua existência física, dos bens simbólicos necessários para a sustentação de sua existência subjetiva e dos bens políticos necessários para a sua sustentação política (SEVERINO apud AZEVEDO, 1997, p. 308).

Portanto, o verdadeiro sentido e o objetivo da escola estão inseridos na compreensão de cidadania que considera a existência humana, compreendido aqui, como aquele que se reorganiza, se reconstrói e busca processos emergentes, através de relações objetivas e subjetivas.

Dessa forma, a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a partir da Lei 9.394/96, quer preparar o aluno para o exercício consciente pleno da cidadania, qualificando-o para o trabalho, a partir de princípios e bases filosóficas assim configuradas: respeito à igualdade, à gratuidade do ensino público. Isso tudo para que o aprendizado se processe, para que o ensino possa ser viabilizado, para que a pesquisa e a divulgação da cultura sejam

operacionalizadas, ensejando a expressão do pensamento, o desenvolvimento da arte e a obtenção do saber, a qual constitui o principal objetivo nessa reforma na educação.

Morin (2005) entende que só o pensamento complexo sobre uma realidade também complexa pode fazer avançar a reforma do pensamento na direção da contextualização, da articulação e da interdisciplinaridade do conhecimento produzido pela humanidade. Para ele,

[...] a reforma necessária do pensamento é aquela que gera um pensamento do contexto e do complexo. O pensamento contextual busca sempre a relação de inseparabilidade e as inter-retroações entre qualquer fenômeno e seu contexto, e deste com o contexto planetário. O complexo requer um pensamento que capte relações, inter-relações, implicações mútuas, fenômenos multidimensionais, realidades que são simultaneamente solidárias e conflitivas (como a própria democracia que é o sistema que se nutre de antagonismos e que, simultaneamente os regula), que respeite a diversidade, ao mesmo tempo em que a unidade, um pensamento organizador que conceba a relação recíproca entre todas as partes. (MORIN, 2005, p. 23).

A questão relacional acima fundamentada pode trazer uma nova visão de educação, proporcionando um entendimento maior do imaginário discente. Para tanto, é necessário estar atento à imagem construída pelos alunos a respeito das condições mínimas para assegurar sua atuação e permanência escolar, pois existe uma influência na produção de uma e outra.

3. SÍNTESE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Criado em 20 de outubro de 2003 pela medida provisória nº 132, foi legitimado pela lei nº 10.836, de 09 de Janeiro de 2004, e pelo decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, tendo como objetivo principal combater a pobreza no Brasil e para isso atua em duas frentes: a primeira Interpretando a pobreza como insuficiência monetária, busca-se seu alívio em curto prazo via transferência direta de renda, e a segunda admitindo o caráter multidimensional da pobreza, onde o governo impõe algumas condicionalidades às famílias beneficiadas, ligadas tanto a saúde, quanto a educação, no qual esta última visa desfazer o ciclo Inter geracional da pobreza por meio de estímulos ao aumento do capital humano.

Portanto, pode-se afirmar que o Bolsa Família é um programa de transferência de renda destinado às famílias em situação de pobreza, com renda per capita de até R\$ 140 mensais, cujo benefício financeiro permite o acesso aos direitos sociais básicos, saúde, alimentação, educação e assistência social. O programa se desdobra com condicionalidades, sendo uma fusão de outros programas, como a Bolsa Alimentação, Programa Bolsa Escola Federal, Vale Gás, dentre outros num único programa.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, a pobreza não é um fenômeno isolado e os programas sociais funcionando separados uns dos outros têm diferentes cadastros de beneficiários e, partes significativas das famílias são inscritas em apenas um programa. Essa medida propiciou uma maior agilidade na liberação do benefício, diminuindo burocracias e propondo a facilitação ao controle dos recursos.

4. APLICAÇÃO PRÁTICA DE INCLUSÃO

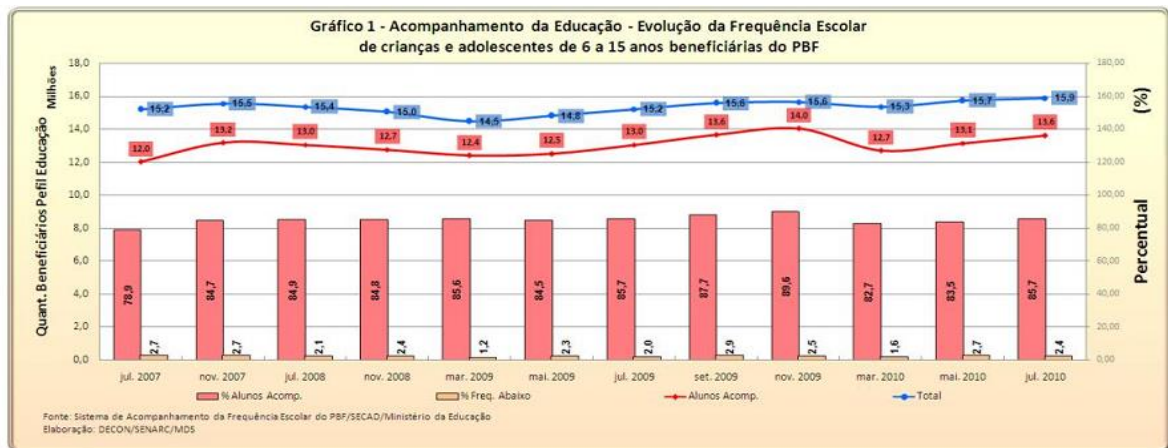
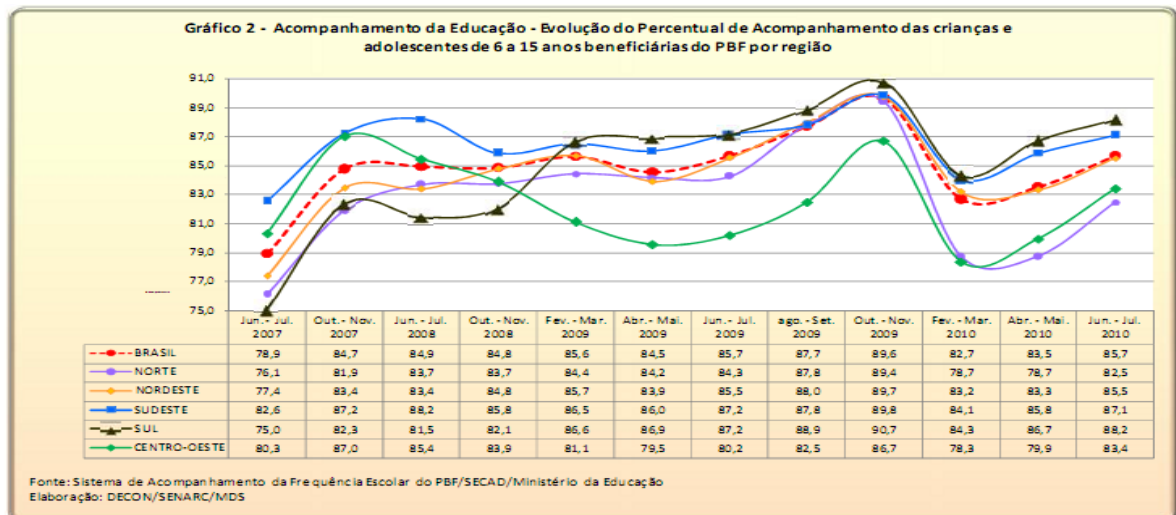
Ao participar do Programa Bolsa Família, a família elegível nos casos previstos, compromete-se a cumprir tais condições: a) manter crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola; b) cumprir cuidados básicos de saúde, calendário de vacinação para crianças de 0 a 6 anos; c) cumprir a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mulheres que estão amamentando.

O acesso à escola, já foi conquistado, o grande desafio é o de garantir a permanência da criança e do adolescente nos bancos escolares até concluir seus estudos, no que se assume uma relevante dimensão de significados em que ela permite abranger todo um contexto social e também até que tenha a possibilidade de subsidiar o seu sucesso na escola e na vida.

A inclusão educacional ocorre através de promoção, da mobilidade disponível para lidar com relação ao que vai ser proporcionando, do acesso e da qualidade, com a organização de escolas que atendam a todos os alunos sem nenhum tipo de discriminação, que valorizem as diferenças como fator de enriquecimento do processo educacional, transpondo barreiras para a aprendizagem e a participação com igualdade de oportunidades.

Programas de distribuição de renda mínima associados à educação, como o Programa Bolsa Família, fazem parte do conjunto de variáveis tanto de caráter pedagógico quanto socioeconômico. Essa política integra um dos mecanismos utilizados pelo Governo Federal como forma de acesso e permanência de crianças e adolescentes na escola.

A Bolsa Família é um Programa de renda mínima que agrega a complementação de renda ao acesso à educação, assim como a permanência escolar. Como já citado, os beneficiários do programa são, principalmente, crianças de famílias muito pobres que sem o auxílio de uma bolsa mensal provavelmente se evadiriam da escola. Essa ideia fundamenta teoricamente o intuito do Programa que justamente acaba ocorrendo na prática em elevar o grau de escolaridade e permanência das crianças para aumentar as oportunidades sociais, como observado nos gráficos a seguir:

Gráfico 01: Acompanhamento da Frequência Escolar – PBF**Gráfico 02: Acompanhamento da Frequência Escolar – PBF por região**

Entretanto, pode-se avaliar como satisfatório o impacto causado pelo Programa Bolsa Família nas crianças e jovens de baixa renda que frequentam a escola, e são protagonistas de uma realidade de vulnerabilidade. A diferença está na inclusão de outras variáveis, como a merenda escolar, a rede de ensino e o gênero do filho, no qual todas estas continuam no sentido de aumentar as chances a favor de uma família com essas características participarem do programa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo tem a intenção de mostrar alguns atributos relacionados ao Programa Bolsa Família, num processo de inclusão na educação, que pôde ser verificado como uma fonte de garantir um dos principais direitos fundamentais da criança e adolescente menos

favorecida através da educação, assim como, dá sustentabilidade para manter a permanência escolar, reduzindo consideravelmente o índice de evasão e a ausência dos pais na própria escola. Compreender o que se encontra escondido na formação discente é mais do que urgente para sua valorização. Mais do que suprir os anseios físicos e biológicos, o entendimento conceitual ao programa está relacionado a causas concretas na problematização de variáveis complexas, a fim de oportunizar o conhecimento a todas as crianças e jovens submetidos a determinadas condições, melhorando a compreensão dos aspectos que fazem parte do contexto de uma minoria vulnerável, sufocado pelo peso de todo determinismo e pela dura rotina do dia a dia. Para isso, o Programa Bolsa Família procura justificar através de dados estatísticos e divulgações os recursos distribuídos como um incentivo seletivo proporcionado pela transferência de renda investida no desenvolvimento, onde se observa avanços significativos, principalmente em termos de qualificação dos professores, redução na taxa de analfabetismo e aumento na taxa líquida de matrícula.

Considera-se o Programa não como uma medida permanente, mas como um fator transitório que pode contribuir para a emancipação dos sujeitos envolvidos, através de sua inserção e permanência no cotidiano da escola. Acredita-se que o Programa Bolsa Família atua de forma significativa no sustento de muitas famílias brasileiras, tem atenuado a pobreza, mas ainda não está conseguindo promover a emancipação de seus beneficiários, mas sim, no encaminhamento das etapas que desencadeiam e efetivam a construção do conhecimento, considerando como influências deste processo o contexto da educação e a coexistência de diferentes concepções ressaltadas de que o homem só será efetivamente cidadão quando estiver integrado à sociedade, ao mercado de trabalho, exercendo uma participação mais ativa e crítica da vida social e política, promovendo o crescimento pessoal e da sociedade em que está inserido.

Contudo, apesar de muitos avanços poderem ser observados, sabe-se que ainda há muitos pontos que necessitam ser retomados e redimensionados. O importante é que houve intervenção e alteração no contexto estudado. A proposta ora apresentada encontra-se aberta para qualquer consideração e sugestão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Marcelo. **Bolsa-escola: educação para enfrentar a pobreza**. Brasília: UNESCO, 2002.
- BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. **Determinantes da Queda na Desigualdade de Renda no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2010. (Texto para discussão, n. 1460).
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsa_familia>. Acesso em: 25 set. 2013.
- ESTIVILL, Jordil. **Panorama da luta contra a exclusão social. Conceitos e estratégias**. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza, 2003.
- GALVÃO, Antonio Carlos F. **Política de desenvolvimento regional e inovação: a experiência da União Européia**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- LIBÂNEO, Carlos José. **Didática**. São Paulo: Cortez Editora, 1994.
- MORIN, Edgar. **Educação e complexidade os sete saberes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 2005.
- PESARO, Antonio Floriano Pereira. Cartilha Bolsa Escola Federal. Brasília, 2002.
II Conferência de segurança alimentar. Brasília: 2004.
- ROCHA, S. **Transferências de renda federais: focalização e impactos sobre pobreza e desigualdade**. Economia Contemporânea. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 67-96, 2008.
- SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.
- SILVA, Maria Ozanira. **O Bolsa Família no enfrentamento a Pobreza no Maranhão e Piauí**. São Paulo: Cortez, 2008.
- TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

O USO DE JOGOS MATEMÁTICOS, E COMPUTADOR COMO UMA METODOLOGIA INOVADORA

Djalma Cleydson Barros Florêncio⁴

Resumo: Muitos dos fracassos na educação hoje tem se dado em relação aos métodos e estratégias utilizadas para conquistar os alunos, visando solucionar as dificuldades encontradas, os jogos educacionais e simuladores tornam-se recursos riquíssimos para conseguir a atenção e o interesse dos alunos, facilitando assim a aprendizagem. Portanto o conhecimento deve se desenvolver ao longo da vida antes, durante e depois da vida escolar. Na aprendizagem ativa os estudantes devem aprender a formular questões, adquirir, identificar e organizar as informações de diferentes fontes, fazer juízo e analisar as informações coletadas. Traduzindo estas informações e suas aplicações no mundo real. Nestas análises observou-se de que forma o uso de jogos matemáticos com o auxílio dos computadores podem melhorar o desempenho no ensino e aprendizagem de Matemática em duas turmas de 6^a ano do ensino fundamental de uma escola publica municipal. Verificaram-se tanto como os métodos tradicionais bem como os métodos inovadores utilizando as novas tecnologias produziram desenvolvimentos cognitivo nos alunos pesquisados. No momento inicial as análises se classificaram de formas quantitativas, em razão às verificações dos dados estatísticos alcançados por meio das questões de múltiplas escolhas dos questionários, e, em outros momentos destas análises, por terem as respostas dissertativas dos alunos que participaram às perguntas, ou seja, seguindo uma vertente qualitativa. Ao serem analisados os dados verificou-se que os alunos estão sempre abertos para as novidades e disposto a aprender desde que sejam de modo interessantes e atraentes para os mesmos que facilmente perdem a concentração e o estímulo pelas aulas .

Palavras-chave: Educação Matemática. Metodologia. Jogos.

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira vem passando por diversas dificuldades, contribuindo de maneira intensa para o desinteresse das nossas crianças, jovens e adultos pela educação e pela escola.

Pereira(2006) relata:

Os métodos tradicionais utilizados por muitos professores não estimulam os alunos para o aprendizado. O jogo matemático é uma tendência metodológica, ou seja, uma estratégia de ensino, que tem o intuito de fazer com que a matemática seja redescoberta pelos alunos, se tornando um agente ativo na construção do próprio conhecimento. (PEREIRA, 2006, p. 1)

⁴ Licenciado em Matemática (UVA). Pós-graduado em Educação Matemática (ISEC). Mestrando em Ciências da Educação (ISEL). E-mail: djalmacleydson@hotmail.com

Muitos dos fracassos na educação hoje tem se dado em relação aos métodos e estratégias utilizadas para conquistar os alunos, visando solucionar as dificuldades encontradas, os jogos educacionais e simuladores tornam-se recursos riquíssimos para conseguir a atenção e o interesse do aluno, facilitando assim a aprendizagem. De acordo com Miguel de Guzmán (1986): o objetivo dos jogos na educação não é apenas divertir, mas extrair dessa atividade conteúdos suficientes para gerar um conhecimento, interessar e fazer com que os estudantes pensem com certa motivação.

Com uso de novas estratégias como jogos e simuladores computacionais caracteriza-se, em uma mudança, onde o professor rever seus conceitos sobre o que é ensinar e aprender, sendo agora questionador, observador, facilitador, consultor, e incentivador da aprendizagem, no processo de construção do saber pelo aluno (PEREIRA, 2006).

O uso dos jogos no ensino de matemática tem o objetivo de fazer com que os adolescentes aprendam o conteúdo da mesma forma, mas de uma maneira diferenciada onde, é despertado o interesse do aluno envolvido. (SANTOS, 2009, p. 9)

Como observamos os jogos educacionais podem ser uma ferramenta importante no ensino-aprendizagem. O objetivo desta pesquisa é observar com os jogos matemáticos e a informática auxiliam no ensino e aprendizagem da matemática, e também analisar os benefícios que estes recursos podem contribuir ao ensino tanto na visão do aluno como do professor.

Paulo Freire (1996) em seu livro: *Pedagogia da autonomia* afirma:

Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mais criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, as suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento (FREIRE, 1996, p. 52)

2 MATERIAL E MÉTODOS

2.1 As dificuldades e necessidades da educação atual

Com o desenvolvimento e a globalização, fornecer uma educação de qualidade torna-se um desafio cada vez mais importante. Portanto temos que minimizar o abismo existente entre a educação de ricos que têm acesso a modernos sistemas de informação e conhecimento, e pobres que necessitam de acesso e capacitação para desfrutar ativamente na era da informação.

Tais alunos vem sendo discriminados também neste aspecto, uma vez que as escolas particulares estão oferecendo - embora quase sempre de modo superficial - acesso a computadores e à Internet. (CYSNEIROS, 2011, p. 20).

Portanto é de fundamental importância oferecer uma educação que vai muito além do básico. A educação deve contribuir para a construção de habilidades, fortalecendo os processos cognitivos e de socialização, tornando capazes de resolver problemas, dando-lhes uma formação adequada para o mercado de trabalho. Não existe uma única solução, são vários os caminhos para enfrentar esse gigantesco desafio. São necessárias abordagens e estratégias novas, o uso de jogos, de computadores, e as tecnologias na educação são uma parte importante nesta jornada.

Desta forma é necessário que aconteça uma revolução entre os métodos e abordagem dos conteúdos, onde tornaram atraente para todos, e não uma aula cansativa e monótona.

2.2 As novas tecnologias

A informática quando utilizada adequada e integrada às escolas, podem melhorar o processo de ensino aprendizagem, fortalecendo a interação entre os professores e alunos.

Aumentar a oferta de oportunidades educacionais só mostrara efeitos significativos se e somente se os alunos tenham uma formação para o mundo real, adquirido conhecimentos úteis, habilidades necessárias, ser capaz de trabalhar em colaboração, desenvolver capacidades cognitivas mais elevadas.

A satisfação destes objetivos para muitas nações é difícil por vários motivos, entre eles estão listados os problemas financeiros, a necessidade de educação em todos os níveis, falta de recursos humanos, entre outros. Repensar e prosseguir com os esforços para modernizar os conteúdos, melhorar a formação dos docentes, ampliando o acesso, aumentando os recursos e investimentos nas escolas. Não se limitando as estruturas físicas das escolas ou de uma sala de aula, mas em qualquer lugar como os laboratórios, nos computadores, através do rádio, internet ou televisores.

O professor está a evoluir a um tutor e facilitador. Os limites para o conhecimento estão desaparecendo à medida que os professores e alunos são capazes de se comunicarem, planejarem, desenvolverem projetos e trabalhos.

Os educadores precisam criar um ambiente de aprendizagem que permitem aos alunos o uso da informação e que os ajude compreender seu mundo e experiências e, eventualmente, gerar novas informações e conhecimentos. (ALBUQUERQUE e SOUKI, 2008, p. 7).

Portanto o conhecimento deve se desenvolver ao longo da vida antes, durante e depois da vida escolar. Na aprendizagem ativa os estudantes devem aprender a formula questões, adquirir, identificar e organizar as informações de diferentes fontes, fazer juízo e analisar as informações coletadas. Traduzindo estas informações e suas aplicações no mundo real.

2.3 Os benefícios na educação

São muitos os benefícios do uso das novas tecnologias, entre elas se encontra o uso da informática em especial o uso dos computadores e suas tecnologias, em todos os aspectos na educação. Os computadores podem ser usados para melhorar a aprendizagem “individualizada atividade” (OSIN, 1998). Os computadores possibilitam experiências únicas de aprendizagem interativa. Se integrados com as tecnologias da comunicação, trazem altos níveis de interatividade. Neste tocante, quando um aluno está usando uma planilha para usar princípios da matemática, rapidamente ele pode verificar como o gráfico se comporta ao mudarmos uma ou mais variáveis em uma equação. O estudante pode escolher quais variáveis devem mudar, o computador exibirá um novo gráfico. Da mesma forma quando estão trabalhando em grupo, o usuário tem uma experiência individual e outra em grupo. Outra forma bem interessante é quando os alunos se envolvem em jogos educativos interativos, que são projetados para ajudá-lo a desenvolver o raciocínio dedutivo e indutivamente eles resolvem tais problemas.

De uma forma geral, os alunos estão usando a lógica para resolver os problemas com as informações disponíveis. Através de processos de repetição e solucionando problemas cada vez mais difíceis, aguçando assim o raciocínio lógico e as habilidades.

2.4 Identificação

Esta pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Luciano Freire de Farias, que fica localizada na Rua Virgílio da Silva S/N, Bairro: Campo Novo, na cidade de Piancó-PB. As aulas foram ministradas com o mesmo assunto mais com metodologias distintas em duas turmas do 6º ano, em dois momentos.

2.5 Justificativa

Esta análise buscou confrontar qual das metodologias traz um melhor benefício, em relação ao ensino aprendizagem e a fixação das matérias estudadas, comparando o molde tradicional de se ministrar uma aula e o molde inovador, juntando a gama de aparatos que as tecnologias oferecem para ajudar a educação.

Portanto essa análise caracteriza-se como de natureza quanti-qualitativa.

No momento inicial a pesquisa se classifica de forma quantitativa, em razão à verificação dos dados estatísticos alcançados por meio das questões de múltipla escolha do questionário, e, em outro momento desta pesquisa, por ter as respostas dissertativas dos alunos que participaram às perguntas, ou seja, seguindo uma vertente qualitativa.

Segundo alguns estudiosos, essas abordagens não são paradoxais. Na verdade, elas são complementares. Uma preenche as lacunas que a outra não consegue suprir. De maneira análoga se pode dizer que elas são como matéria e espírito, que embora tenham naturezas diferentes formam um só corpo. (GOMES E ARAÚJO, 2004, p. 10).

Com essas reflexões, buscou-se responder às questões da realidade que são dadas à observação. Um exame com minúcia representa dimensões possíveis de um fenômeno complexo e totalizante; permite aos sujeitos participantes posicionar-se quanto aos objetos de análise. Desta forma, podem-se observar a evolução educativa, aspectos culturais, a qualidade social, etc. Pelo o que foi exposto, a pesquisa concentrou-se nos exames dos alunos sobre as aulas aplicadas nas turmas do 6º ano da Escola Luciano Freire de farias.

Sendo assim, convém ressaltar as seguintes palavras de Demo (1995, p. 244): “Não é possível fazer avaliação qualitativa à distância, ou de modo intermitente, esporádico, por encomenda, por terceiros. Convivência é o mínimo que se exige”.

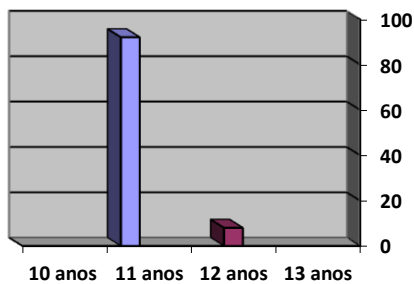
Os dados coletados foram considerados à luz da literatura. A interpretação dos elementos textuais e estatísticos se deram perante atenta leitura e compreensão das informações coletadas. Depois de total observação dos dados, os mesmos foram agrupados e catalogados segundo as características do tema em questão. Os itens que compõem o capítulo Resultados e Discussões tiveram sua apresentação em forma de gráficos que foram gerados a partir do software Microsoft Office Excel 2010.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados a seguir apresentam os dados extraídos com a aplicação do questionário aos 60 (sessenta) alunos participantes desta pesquisa, e as conclusões obtidas pelas respostas, de acordo com cada pergunta que o questionário levantado se baseia no perfil dos alunos participantes, na melhor forma de generalização dos conteúdos, no uso da informática na educação, nos usos de jogos e simuladores educacionais.

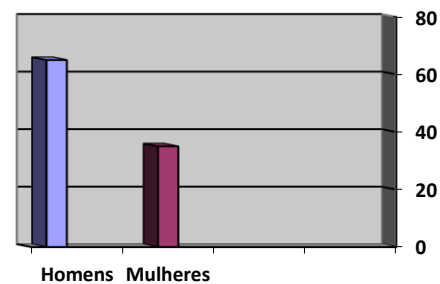
Conforme o levantamento desta pesquisa, verificou-se que a maioria dos alunos que participaram desta pesquisa têm idade igual há 11 anos totalizando 92% conforme o gráfico 1 e são do sexo masculino num total de 65% assim como mostra o gráfico 2.

Gráfico 1. Idade dos Alunos



Fonte: Pesquisa de Campo

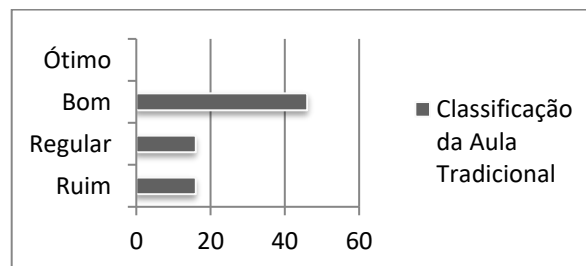
Gráfico 2. Sexo dos Alunos



Fonte: Pesquisa de Campo

Com relação às aulas aplicadas com metodologia tradicional para os alunos, pode se constatar pelos dados obtidos na pesquisa que 46% a qualificam como “Bom”, 38% como “Regular” e 16 como “Ruim”, ver gráfico 3.

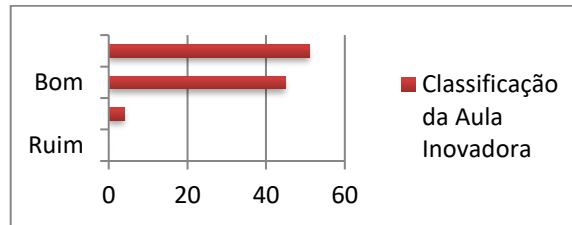
Gráfico 3. Classificação da Aula Tradicional



Fonte: Pesquisa de Campo

Já as aulas ministradas com o uso dos jogos e metodologias inovadoras verificou-se pelos dados obtidos na pesquisa que 96% a qualificam como “Ótimo” ou “Bom”, 4% como “Regular” e nenhum a classifica como “Ruim”, assim como mostra o gráfico 4.

Gráfico 4. Classificação da Aula Inovadora



Fonte: Pesquisa de Campo

Verificou-se também nas respostas às perguntas sobre quais os pontos fortes e pontos fracos de cada aula (tradicional e inovadora), percebeu-se que 80% têm as aulas tradicionais não interessantes, mas ao mesmo tempo relatam que são necessárias, mais já as aulas inovadoras os alunos apontam como ponto alto a interação e o uso das tecnologias para melhora a aprendizagem com 95% de aprovação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises tiveram como objetivos verificar qual das metodologias (tradicional ou inovadora) apresenta uma melhor eficácia, atendendo as necessidades da nova educação, da qual se exige num mundo globalizado. Foram aplicadas duas aulas com metodologias tradicionais, onde as aulas foram expostas de maneira explicativas, utilizando apenas livros e o quadro branco, verificou-se que apesar de ser importante esse momento, a grande maioria dos alunos não demonstrou interesse no assunto exposto.

No segundo momento, foram aplicadas duas aulas com metodologias inovadoras, com o uso de jogos matemáticos e de novas metodologias aliadas das tecnologias para conseguir uma aprendizagem mais eficaz, nesse momento constatou-se que os alunos mostraram maior interesse e absorveram de forma mais rápida e eficiente à matéria exposta, além de ter uma participação ativa no processo de ensino aprendizagem, conforme relatado pelos alunos nos questionários preenchido pelos mesmos.

Com estas análises e verificações dos dados coletados tornaram-se claras as necessidades que essa sociedade globalizada exige da educação, visto que só os moldes tradicionais não às atendem mais.

Podemos destacar que ambos os métodos, devem conviver intensamente, fazendo um entrelaçamento do melhor de ambos os métodos, para assim despertar o interesse de nossos jovens, fazendo que a educação passe a ter uma melhor qualidade. No entanto cabe uma ampla discussão e varias pesquisas sobre o assunto, para que tenha uma conclusão definitiva sobre este assunto tão importante.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Cícera Maria Gomes de., SOUKI, Fadhia Gonçalves El. **A PRÁTICA DOCENTE: O Ensinar e Aprender.** Disponível em: <www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos_revistas/119.pdf>. Acessado em: 16 jul. 2013.
- CYSNEIROS, Paulo Gileno. **A gestão da Informática na Escola Pública.** XI Simpósio Brasileiro de Informática na Educação. Anais SBIE. Maceió – AL, 2000.
- DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e terra, 1996. (coleção Leitura).
- GOMES, Fabrício Pereira; ARAÚJO, Richard Medeiros. **Pesquisa Quanti-Qualitativa em Administração: uma visão holística do objeto em estudo.** 2004. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/Semead/8semead/resultado/trabalhosPDF/152.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2015.
- GUZMÁN, M. de. **Contos com contas. Lisboa.** Disponível em: <http://www.uesb.br/mat/semat/seemat2/index_arquivos/co5.pdf>. Acessado em: 25 fev. 2015.
- OSIN, Luis. **Computers in Education in Developing Countries: Why and How?** Education and Technology Series, vol. 3, no. 1. Washington: The World Bank, 1998.
- PEREIRA, Emanuella Filgueira. **O jogo no ensino e aprendizagem de matemática.** 2006 Disponível em [http://www.uesb.br/mat/semat/seemat2 /index_arquivos /co5.pdf](http://www.uesb.br/mat/semat/seemat2/index_arquivos/co5.pdf)>. Acessado em: 15 de fev. 2015
- SANTOS, Genilson Ferreira dos. **Os jogos como método facilitador no ensino de matemática.** Jussara – GO, 2009. Disponível em <http://www.cdn.ueg.br/arquivos/jussara/conteudoN/1209/Genilson__PDF_2.pdf>. Acessado em: 10 de jan. 2015.

O ALUNO SURDO NAS ESCOLAS REGULARES: DIFICULDADES NA INCLUSÃO

Francisca Eliana Nunes Batista

RESUMO: Todas as pessoas portadoras ou não de Necessidades Especiais, têm o direito de acesso à saúde, lazer, trabalho, educação e demais recursos que são necessários ao pleno desenvolvimento do ser humano. No entanto, ao longo da história, as pessoas com NE foram julgadas de incapazes de realizar atividades consideradas normais ao ser humano “normal”. Estas pessoas estão excluídas da sociedade e de seus direitos, principalmente os de acesso ao trabalho e educação, foram desrespeitados. O objetivo desta pesquisa é observar as práticas e estratégias didático-metodológicas e pedagógicas desenvolvidas pelos professores das escolas públicas. Para isso realizei um aprofundamento teórico sobre o desenvolvimento histórico das diferentes abordagens educacionais de pessoas surdas e da inclusão de surdos no mercado de trabalho e no contexto escolar. Ao que se vê é que o sistema de ensino regular não está preparado para receber e lidar com os alunos com NE auditivas. As escolas são carentes de recursos básicos necessários ao processo de inclusão e os professores não estão preparados para recebê-los. Como consequências, não desenvolvem práticas e estratégias pedagógicas que atendem as necessidades educacionais desses alunos.

Palavras-chave: Estratégias didático-metodológicas, educação de surdos, inclusão.

INTRODUÇÃO

A educação de pessoas surdas é um tema bastante preocupante. Pesquisas desenvolvidas no Brasil e no exterior indicam que um número significativo de sujeitos surdos que passaram por vários anos de escolarização apresenta competência para aspectos acadêmicos muito aquém do desempenho de alunos ouvintes, apesar de suas capacidades cognitivas iniciais serem semelhantes. Uma evidente inadequação do sistema de ensino é denunciada por estes dados, revelando a urgência de medidas que favoreçam o desenvolvimento pleno destas pessoas. No mundo todo, a partir da década de 1990, difundiu-se com força a defesa de uma política educacional de inclusão dos sujeitos com necessidades educativas especiais, propondo maior respeito e socialização efetiva destes grupos e contemplando, assim, também a comunidade surda. Houve um movimento de desprestígio dos programas de educação especial e um incentivo maciço para práticas de inclusão de pessoas surdas em escolas regulares (de ouvintes). Desse modo, diversas têm sido as formas de realização da inclusão. Todavia, é inegável que a maioria dos alunos surdos sofreu uma escolarização pouco responsável. Este artigo pretende, então, a partir de uma experiência de inclusão de aluno surdo em uma escola regular, com a presença de intérprete de língua de

sinais, focalizar e avaliar aspectos dessa experiência do ponto de vista de alunos surdos e ouvintes, intérpretes e professores implicados nesta vivência.

Os desafios colocados para a educação dos alunos surdos no ensino regular são diversos e tem sido objeto de discussões, assim como de esforços, de diversos atores sociais, governo e sociedade civil organizada. As discussões em torno do processo de inclusão dos deficientes nos sistemas de ensino é secular, mas só passou a ser amplamente disseminado após o encontro das nações na Espanha (1994) que conclamava os países a adotarem o princípio da educação inclusiva, que significa matricular todas as crianças em escolas regulares, nesse contexto encontra-se os deficientes auditivos (KONZEN et al., 2000). A partir da Declaração de Salamanca (1994), que em consonância com os princípios norteadores de justiça social, humanização, tolerância de forma a enriquecer a convivência de grupos sociais e a cooperação internacional proclamados pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos, (1990) o mundo voltou-se com mais veemência para as causas dos excluídos, entre eles os alunos com surdez (KONZEN, et al 2000). Pressupõe-se que os debates em nível de Brasil e de mundo que envolve questões de inclusão social e educacional requerem visibilidade sobre a própria condição dos marginalizados, não apenas das pessoas deficientes, mas também sobre elas. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva preconiza uma educação em que todos aos alunos devem aprender em condições de igualdade, sem sofrer nem um tipo de preconceito e discriminação. E que a aprendizagem por eles desenvolvidas sejam significativas para sua formação pessoal enquanto seres dotados de potencialidades e habilidades (MEC/SEESP, 2007). Neste ponto surge a questão: será possível, fazer inclusão totalizadora nos sistemas de ensino de um país social e historicamente onde existem tantos segregados, como o Brasil? Ao se tratar da universalização do ensino, há que se levar em consideração os determinantes de um ensino de qualidade, nem sempre claros na lei; condições regionais, sociais, culturais e econômicas dos alunos, suas fragilidades e potencialidades, bem como as condições e fragilidades da instituição família e escola, devem ser considerados. Nesse contexto optou-se, então, por investigar nesse estudo sobre acessibilidade educacional dos alunos surdos na sala regular de ensino, especificamente, na escola municipal de ensino fundamental João Moreira Soares em função da realidade atual de educação inclusiva. O tema escolhido surgiu de observações e constatação, de que o aluno surdo se matricula na escola, mas tem poucas chances de aprendizagens, fazendo-se necessário investigar quais fatores contribuem para realidade observada. E a escolha se justifica pela relevância com que os teóricos discutem a temática e como suas teorias podem contribuir com a prática pedagógica do corpo docente visando a inclusão do aluno com surdez

na escola analisada. Diante dos fatos observados surgiram alguns questionamentos tais como: seria a linguagem do aluno um empecilho para sua comunicação e aprendizagem no contexto escolar? Qual a importância de ter os pais como parceiros do processo ensino-aprendizagem? Quais os maiores desafios a serem superados pela escola para o atendimento educacional do aluno surdo? Essas foram algumas questões instigantes que impulsionaram a realização dessa investigação dentro do propósito de uma educação de qualidade e equânime. A presente pesquisa tem como objetivo investigar não apenas o acesso e acessibilidade dos alunos surdos na sala regular de ensino, mas também em que condições os professores trabalham para atender as necessidades educacionais dos alunos surdos, de quais recursos dispõem, bem como, a disponibilidade de uma equipe de apoio especializada para subsidiar a sua prática docente.

1 EDUCAÇÃO ESCOLAR INCLUSIVA PARA PESSOAS COM SURDEZ

No final do século XX e início do século XXI, diversos estudiosos apresentaram com suas teorias grandes contribuições à educação de surdos na escola comum, enaltecendo a valorização da diversidade no contexto social para o surdo e reconhecimento do potencial de cada um. Educar para diversidade advém de concepções de desenvolvimento que consideram as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais, nas interações e práticas sociais que lhe fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para construção de sua identidade e autonomia. Carvalho et al (1998, p.23). Segundo Pacheco et al (2007, p.14) um sistema educacional que fornece inclusão total baseia-se nas seguintes crenças e princípios:

todas as crianças conseguem aprender; todas as crianças frequentam classes regulares adequadas à sua idade em escolas locais, [...] recebem programas educativos adequados, [...] recebem um currículo relevante às suas necessidades, [...] participam de atividades co-curriculares e extracurriculares, [e] beneficiam-se da cooperação e da colaboração entre seus lares, sua escola e sua comunidade.

Entende-se que a aprendizagem só acontece à medida que a escola tem o aluno como centro de suas ações, acredita no seu potencial e valoriza a sua história de vida. É um espaço acolhedor, seguro e agradável, além de ter a capacidade de inovar nas suas práticas pedagógicas. Nesse sentido se concebe a escola como um lugar privilegiado para troca de experiências, informações, comunicação e interação da pessoa com surdez. Conforme Damázio (2007) a inclusão do aluno com surdez deve acontecer desde a educação infantil até

a educação superior, garantindo-lhe, desde cedo, utilizar os recursos de que necessita para superar as barreiras no processo educacional e usufruir seus direitos escolares, exercendo sua cidadania, de acordo com os princípios constitucionais do nosso país.

1.1 Participação da família no Contexto Escolar

A participação da família no processo de inclusão do aluno surdo é um fator essencial para interação, comunicação e aprendizagem escolar do aluno, visto que é no ambiente familiar que a pessoa com surdez desenvolve as diferentes formas de comunicação. A entrada da criança nas instituições de ensino é permeada de ansiedade expectativas tanto para criança quanto para os pais e professores podendo trazer graves problemas de interação, e comunicação quando as organizações não estão preparadas para receber o aluno deficiente auditivo (CARVALHO et al., 1998, p.79). Em relação à criança com surdez, os pais são parceiros privilegiados no processo ensino aprendizagem do aluno deficiente auditivo, podendo colaborar com a escola informando como ela se comunica e interage, bem como suas dificuldades nesse processo. A Declaração de Salamanca expressa que; aos pais deveria ser dado o direito de escolher, na medida do possível, o tipo de educação que almejam para seus filhos. E ainda propõe que a escola encoraje os pais a participarem em atividades educacionais no lar e na escola, onde eles poderiam observar técnicas efetivas e aprender como organizar atividades extracurriculares, bem como supervisionar e apoiar à aprendizagem de suas crianças. (MEC/Declaração de Salamanca, 1994).

Comumente as crianças enfrentam muitas barreiras ao ingressarem na escola em decorrência da perda de audição e da forma como a escola organiza sua proposta educacional, podendo prejudicá-los nas suas potencialidades cognitivas sócio afetivas, linguístico e político cultural e conseqüentemente no desenvolvimento da sua aprendizagem. Neste sentido, Mattos (2001) citado por Pereira e Marostega (2002), afirma:

No contexto dessas dificuldades encontradas pelos surdos, considera relevante questionar como os surdos se encontram “incluídos” nas salas de aula no ensino regular. “Quase sempre, a prática nos mostra que esses alunos encontram sérias dificuldades de aprendizagem, alterações comportamentais, em abandono num canto da sala de aula, ou em tantas outras situações de dificuldades (MATTOS, 2001 apud PEREIRA; MAROSTEGA, 2002, p. 16).

No sentido de encorajar os pais a participarem mais da educação dos seus filhos, a escola produz mudanças significativas no processo de inclusão da criança surda, revertendo

sua prática segregadora em inclusiva quando promove por meio do seu Projeto Político Pedagógico a participação ativa e regular das famílias (OLIVEIRA, 2006). A luta por edificar uma sociedade inclusiva é um processo que começa na família e se constitui como um dos maiores desafios da educação na atualidade. Compreende-se que as relações estabelecidas entre professores, dirigentes, alunos e pais, e a dinâmica das manifestações em sala de aula, os aspectos afetivos e emocionais fazem parte das condições organizativas do trabalho docente, implicando na qualidade do processo ensino-aprendizagem. As tomadas de decisão em conjunto se constituem em atitudes positivas para o processo ensino aprendizagem do aluno surdo, visto que a família é a primeira instituição social a qual a criança pertence e nela desenvolve as mais diversificadas formas de comunicação. Ressalta-se aqui a importância de se conhecer a historicidade de vida da criança surda para que juntos; pais e escola possam traçar estratégias de ensino que melhor se aplique as necessidades educacionais da criança deficiente auditiva, bem como buscar apoio de serviços especializados com objetivo de melhorar o processo ensino-aprendizagem.

1.2 Formação de Professores para o Atendimento de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais

A formação docente regulamentada pela atual Lei de Diretrizes e Base de Educação Nacional (9934/96, art. 59. III) prevê em seu dispositivo atuação de professores com especialização em nível médio ou superior, para o atendimento educacional especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para atuarem com alunos especiais na classe comum (LDB, 1996). Percebe-se, portanto uma discordância da lei no concernente a sua aplicabilidade, uma vez que admite formação em nível médio para atuação com alunos especiais quando se cogita uma estrutura montada por especialistas para o atendimento educacional especializado. No sentido de preparar o professor para o ensino com alunos especiais, a exemplo dos surdos cabe ao sistema de ensino promover cursos de formação continuada para o seu corpo docente assegurando-lhes aptidões e inovações nas suas práticas pedagógicas de forma a atender as necessidades educacionais dos alunos surdos (PRIETO, 2006). A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino, que nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais (PRIETO, 2006). De acordo essa autora os professores devem ser

capazes de analisar os domínios de conhecimento atuais dos alunos, as diferentes necessidades demandadas nos seus processos de aprendizagem, bem como, elaborar atividades, criar ou adaptar materiais, além de prever formas de avaliar os alunos para que as informações sirvam para retroalimentar seu planejamento e aprimorar o atendimento aos alunos (PRIETO, 2006, p. 58). Os cursos de formação se constituem um espaço propício para o desenvolvimento de habilidades e capacidades para identificação dos mecanismos do processo de aprendizagem e conhecimento dos alunos, onde o professor passará a desenvolver uma visão crítica sobre sua prática pedagógica, além de diversificar a metodologia de ensino, e usar instrumentos de avaliação compatíveis com as habilidades e potencialidades de cada um. Para Glat e Nogueira (2002 apud PRIETO, 2006, p. 60) se a pretensão é “garantir educação para todos, independente de suas especificidades”, deve-se asseverar “oferta de uma formação que possibilite aos professores analisar, acompanhar e contribuir pra o aprimoramento dos processos regulares de escolarização, no sentido de que possam dar conta das mais diversas diferenças existentes entre seus alunos”.

1.3 Tendências Subjacentes à Educação das Pessoas com Surdez

A surdez é uma deficiência que leva o indivíduo a ter perda total ou parcial da percepção sonora devendo ser verificado também em que momento ela se manifestou, se antes ou após a aquisição da linguagem oral e quais as prováveis causas como também os diferentes graus de perda auditiva, entre outros determinantes (MILANEZ, 2011). Atualmente muitos pesquisadores, assim como pessoas surdas, consideram que o termo “surdo” refere-se ao indivíduo que percebe o mundo por meio de experiências visuais e opta por utilizar a língua de sinais, valorizando a cultura e a comunidade surda (LIMA et al. 2006, p. 20). Conforme observado por Damázio (2007) há uma inconstante definição quanto às propostas educacionais do surdo no sistema de ensino. Ora tais propostas estão para sua inserção na escola regular ou classes especiais, ora na escola especial. As políticas educacionais adotadas pelo sistema de ensino do país para inclusão do surdo nas suas instituições de ensino regular parecem pouco eficazes aos olhos de diversos segmentos da sociedade, inclusive de surdos, que rejeitam as propostas por acreditarem que invés de inclusão o sistema passa a promover ainda mais a exclusão, por não ter em sua rede escolas estruturadas para atender as suas peculiaridades. O embate sobre essas questões é polêmico e requer dos órgãos gestores posicionamentos firmes e definidos quanto às políticas educacionais adotadas para promover a inclusão e a aprendizagem do aluno surdo no cenário educacional e social, conforme os

direitos constitucionais do país. As tendências linguísticas difundidas no meio educacional visando prover a inclusão do surdo de forma a promover a sua interação, comunicação com os membros de sua comunidade vão se alternando ao longo da história. As escolas comuns ou especiais, que adotaram o oralismo defendiam a linguagem oral como única possibilidade linguística tanto no contexto social como no escolar, rejeitando o uso da Língua de Sinais em quaisquer circunstâncias, assim os alunos surdos eram instruídos a desenvolverem a oralidade como os alunos ouvintes (ALVEZ, et al. 2010). De acordo com Sá (1999 apud DAMÁZIO 2006, p. 19) o oralismo, não conseguiu atingir resultados satisfatórios, porque além de ocasionar déficits cognitivos, legitimar a manutenção do fracasso e provocar dificuldades no relacionamento familiar, não aceitava o uso da Linguagem de Sinais, discriminava a cultura surda e negava a diferença entre surdos e ouvintes. A proposta educacional da comunicação total diferentemente do oralismo concebia a pessoa surda de forma natural, reconhecia suas particularidades aceitando o uso de todos os recursos que viabilizassem a sua comunicação. Entretanto, foi questionada por não atender aos desafios da vida cotidiana da pessoa com surdez, chegando a ser comparada com o oralismo (ALVEZ et al 2010). A abordagem educacional bilíngue, ao contrário dos enfoques anteriores, visa capacitar a pessoa surda para utilização de duas línguas (Libras e Língua portuguesa oral e escrita) na rotina escolar e na vida social, em que surdos e ouvintes convivem no mesmo espaço e partilham das mesmas situações de aprendizagem. Damázio (2007). Para Damázio e Ferreira (2010) enquanto as discussões ficam centradas na aceitação de uma língua ou de outra, as pessoas com surdez não têm o seu potencial individual e coletivo desenvolvido, ficam relegadas a segundo plano, descontextualizadas das relações sociais das quais fazem parte, por conseguinte excluídas.

[...] desenvolver uma pedagogia centrada na criança, capaz de educar com sucesso todos os meninos e meninas, inclusive os que sofrem de deficiência graves. O mérito dessas escolas não está só na capacidade de dispensar educação de qualidade a todas as crianças; com sua criação, dar-se-á um passo muito importante para tentar mudar atitudes de discriminação, criar Comunidades que acolham a todos (MEC/SEESP, 2001).

O Decreto 5.626/05 que regulamentou a Lei nº 10436/2002 da Língua Brasileira de Sinais, prevê a organização de turmas bilíngue, constituídas por alunos surdos e ouvintes onde as duas línguas: Libras e Língua Portuguesa são utilizadas no mesmo espaço educacional. A lei também define que para os alunos com surdez a primeira língua é a Libras e a segunda é a Língua Portuguesa na modalidade escrita, além de orientar para a formação inicial e continuada de professores, formação de intérpretes para a tradução e interpretação da Libras e o ensino bilíngue na escola regular (MEC/SEESP, 2001). Kozlowski (1998 apud LIMA,

2006, p. 24), afirma que “trabalho numa proposta bilíngue”, quer dar o direito e condições ao indivíduo surdo de poder utilizar duas línguas; portanto, não se trata de negação, mas de respeito; o indivíduo escolherá a língua que irá utilizar em cada situação linguística em que se encontrar. A proposta educacional bilíngue proporciona ao deficiente auditivo o desenvolvimento tanto da língua portuguesa escrita e oral quanto da linguagem de libras com ganhos significativos de aprendizagem e comunicação, devendo as escolas organizarem o serviço complementar para atendimento educacional especializado. Na prática o acesso do aluno surdo à escola e ao atendimento educacional especializado geralmente tem sido tratado por método que visam basicamente à comunicação oral. Ou dependendo do grau de surdez alguns surdos se beneficiam dessa prática enquanto que as pessoas com surdez profunda continuam segregadas e discriminadas no contexto educacional.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Várias são as polêmicas existentes acerca da inclusão da pessoa com deficiência na classe comum de ensino, sobretudo quando falamos da deficiência auditiva. Essa dificuldade ou impossibilidade de perceber através da via auditiva os sons da fala provocou e ainda provoca inúmeras discussões no campo educacional. Alguns importantes documentos que versam sobre o direito de inclusão da pessoa com deficiência em salas comuns de ensino, como a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e a Declaração de Salamanca de 1994, consideram o aluno com deficiência auditiva uma exceção possível no processo de inclusão nas classes comuns das redes de ensino, uma vez que tais alunos necessitam de adaptações comunicativas, como a Língua Brasileira de Sinais, para que eles possam acompanhar o que é dito em sala de aula. Mas o meu questionamento é, será que o simples fato dos professores conhecerem a Língua Brasileira de Sinais é suficiente?

No meu ponto de vista, a escolarização do aluno com deficiência auditiva vai muitíssimo além da língua, se assim fosse não teríamos ouvintes normais com dificuldades de aprendizagem! A escola comum precisa propor ações que façam sentido para as crianças em geral e que possam ser compartilhadas com os alunos com deficiência auditiva. Isso vai muito além da língua a ser utilizada, os alunos com deficiência auditiva necessitam de ambientes educacionais estimuladores, desafiadores de seus pensamentos e de suas capacidades.

Acredito que ambientes educacionais estimuladores promovem a liberdade de escolha dos alunos e estimula a busca pela procura de novos caminhos e formas de convivência para a vida em coletividade, dentro e fora do ambiente escolar. Olhando por esse prisma, como seria

atuar com alunos com deficiência auditiva em uma escola que valoriza as diferenças? Seria esse o caminho para trocarmos a escola excludente especial por uma escola de fato comum e includente e não uma escola excludente comum?

Outra importante reflexão se faz necessária. Quais são as adaptações ou processos curriculares necessários para promover a inclusão da pessoa com deficiência auditiva em ambientes educacionais comuns, aberta a todos e por isso verdadeiramente inclusiva?

Muitos questionamentos acerca da inclusão nos remetem a idade em que a inclusão educacional deve ocorrer. Particularmente acredito na inclusão desde o ensino infantil até o ensino superior. O contato precoce com as diferenças certamente terá como resultado final adultos tolerantes e abertos a aceitação do outro. Além disso, a inclusão precoce estimula o uso dos recursos que os alunos com deficiência auditiva necessitam para ultrapassar as barreiras impostas pelo processo educacional e com isso poderão fazer uso consciente de seus direitos escolares e exercerão sua cidadania.

Outro fator que merece atenção são as salas de Atendimento Educacional Especializado, as salas de Recuso. Nesse ambiente as crianças serão assistidas individualmente ou em grupo em período contrário ao da escola, e serão estimuladas com materiais pedagógicos diferenciados visando a superação das dificuldades de aprendizagem. Tais salas são de fundamental importância e garantirão a aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva. Portanto, quanto ao questionamento “é possível a inclusão de pessoas com deficiência auditiva na escola comum de ensino” a minha resposta é “claro, mas é uma questão muito maior que colocar crianças com diferentes características em um mesmo ambiente, precisamos mudar políticas públicas, precisamos quebrar paradigmas educacionais e, mais que tudo, precisamos exercer e ensinar a todas as crianças a exercerem sua cidadania”.

3. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALVEZ, Carla Barbosa. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 4.

_____. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/Salamanca/pdf/diretrizes.pdf>> . Acesso em 18.out. 2011.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf>>. Acesso em 18.out. 2011.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** – MEC/SEESP. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/politica>>. Acesso em 10.out.2011.

_____. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais**. /Ministério da Educação – Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/eduinf_esp_ref.pdf>. Acesso em 18.out. 2011.

_____. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

DAMÁZIO, M. F. M e FERREIRA, J. P. **Artigo Revista da Educação Especial** / Secretaria de Educação Especial. v.5, n. 1 (jan/jul) – Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado: pessoa com surdez/ SEESP/SEED/MEC** – Brasília/DF – 2007.

KOZEN, A. A. et al. (cood). **Pela Justiça na Educação**. Brasília: MEC. FUNDESCOLA, 2000 Disponível em: <<http://www.fnde/index.php/arq-fundescola/.../3537/..download>> . Acesso em: 07.out. 2011.

LIMA, Daisy Maria Collet de Araújo. **Educação infantil saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez**. 4ª ed., Brasília: MEC. Secretaria de Educação Especial, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MILANEZ, Simone Ghedini Costa. **O aluno com Surdez**. Disponível em: <http://www.professorguilherme.net/libras__arquivos/%20aluno%20COM%20SURDEZ.htm>. Acesso em 10.set.2011.

OLIVEIRA, M. M. B. C. **Ampliando o Olhar sobre as Diferenças através de Práticas Educacionais Inclusivas**. Brasília: SEED/MEC, 2006. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/seesp/...experienciaseducacionais_inclusivas.pdf> . Acesso em 07.out.2011.

PEREIRA, M. Q.; MAROSTEGA, V. L. Perspectivas Pedagógicas na Escola de Surdos de Santa Maria. **Revista do Centro de Educação**. N 20. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/seesp/2002/02/a3.htm> .

A AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO SOCIOLÓGICO

Cecilia Rodrigues Tavares⁵

Eutália Soares Borges⁶

Luana Maria Bezerra Machado⁷

Maria Celia Pereira Feitosa⁸

RESUMO

A avaliação escolar é um instrumental que vem sendo abordado com propriedade pelos estudiosos dessa temática. Ela é considerada uma tarefa que exige do avaliador uma atenção especial em que será um caminho a ser trilhado em busca de uma solução para os possíveis problemas de aprendizagem. A LDB atual foca que o trabalho voltado a avaliação da aprendizagem precisa ser alicerçado por práticas pedagógicas significativas que promovem uma aprendizagem satisfatória. A educação assim será qualitativa e contribuirá para a formação de uma sociedade mais igualitária. Educar no mundo contemporâneo é um desafio, é buscar através do conhecimento minimizar os problemas sociais e evidenciar para os menos favorecidos que há perspectivas para uma sociedade melhor.

Palavras- chave: Avaliação. Prática Pedagógica. Educação.

AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO SOCIOLOGICO

Segundo FREIRE, (1996, p. 14) elenca que “Uma das condições necessárias a pensar certo é não estarmos demasiado certos de nossas certezas”.

A avaliação da aprendizagem gera conflitos entre profissionais e alunos. Visto que, especialista na área têm apresentado pesquisas que embasam o tema de forma explícita e enriquecedora. Muitos educadores se inquietam com essa temática, uma vez que ela vai além da verificação de aprendizagem é o que comenta Bourdieu (NOGUEIRA & CATANI, apud BORDIEU, 2007, p.28), “A avaliação escolar ultrapassa a verificação de aprendizagem e consiste em um verdadeiro julgamento cultural, estético e moral dos alunos exigindo dos alunos o conhecimento de tudo que é da cultura legítima”.

Nota-se que o educador deve transcender no tocante ao aprendizado do aluno. Este traz consigo uma bagagem de conhecimentos que devem ser explorados em sala de aula. O

⁵Licenciatura em 1º e 2º ciclos. Especialista em Língua Portuguesa. E-mail: ceciliatavares@hotmail.com.

⁶Bacharel em Direito. Especialista em Psicopedagogia com Ênfase em Língua Portuguesa. E-mail: eutalia.adv@hotmail.com.

⁷Graduada em Matemática. Licenciatura Plena do Ensino Fundamental, 1º ao 4º Círculo. Especialista em Língua Portuguesa. E-mail: luanaeavida@hotmail.com.

⁸Graduada em Letras. Especialista em Ensino da Língua Portuguesa. E-mail: cicera-yara@hotmail.com.

que não deve-se fazer é excluí-lo do mundo do conhecimento. É necessário transportar a oportunidade de conhecer, enxergar e interpretar o mundo sob outra visão, a de que somos capazes de transformar uma sociedade.

O aluno é portador de uma cultura com valores intrínsecos ao meio em que vive e nesse saber ele poderá mostrar que há algo que possa fazer em torno de um crescimento como ser humano e como profissional. Educadores como mediadores do conhecimento instiga o aluno a buscar o conhecimento. Ele não desiste quando dificuldades surgem, procura de todas as formas meios viáveis para que o educando apreenda as informações repassadas.

Acredita-se que avaliar é um instrumental valioso, importante, porém deve-se partir de um profissional que aja de forma coerente. (FURLAN apud VASCONCELLOS, 2006, p.17) comenta com prioridade sobre a postura do educador “deve estar capacitado para tal, ou seja, precisa ter competência para trabalhar com alunos concretos que tem”. Os alunos estão ali, são pessoas dotadas de identidade e não se pode tratá-los como objetos. São seres humanos que muitas vezes batem nos portões da escola em busca de socorro. Por isso a visão do educador ao avaliar deve ser profunda a transcender os muros das escolas.

Contemplando as informações abordadas FURLAN apud HOFFMANN, (2006, p. 16) foca bem o ato de reflexão quando se avalia um estudante. Ela comenta que:

Os estudos em avaliação deixam para trás o caminho das verdades absolutas, dos critérios objetivos, das medidas padronizadas e das estatísticas, para alertar sobre o sentido essencial dos atos avaliativos de interpretação de valor sobre o objeto da avaliação, de um agir consciente e reflexivo frente às situações avaliadas e de exercício do diálogo entre os envolvidos.

É nesse sentido que se entende avaliação como uma ação flexível que incidirão sobre os envolvidos as marcas de um processo educativo que perdurarão por toda a vida. A interpretação e o agir requer um olhar investigativo e consciente para que os resultados sejam positivos e que somem na vida do educando. A avaliação não pode ser estática, não pode haver uma receita, pois os casos são heterogêneos e para cada caso há uma forma diferente de tratar.

O professor deve mudar posturas, uma vez que alunos são diferentes um dos outros, e exigem de forma indireta num educador dinâmico e com a visão mais aberta no tocante a relação homem-mundo. Assim, FURLAN apud FREIRE (2006, P.45) ressalta a importância do educador investigador:

Como professor devo saber que sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino. Exercer a minha curiosidade de forma correta é um direito que tenho como gente e que corresponde ao dever de lutar por ele.

Desta forma, o educador investigativo tem uma visão aberta do ato de avaliar. Pois inseridos num mundo de buscas, conhecimentos surgirão e melhores formas de ver o aluno aparecerão. O aluno é um ser humano que precisa ser visto de forma especial, em que ele é dotado de habilidades até então desconhecidas.

O educador pesquisador, curioso, terá como instigar essa atitude no aluno. Assim, o conhecimento será ampliado e o educador fará descobertas até então inimagináveis, uma vez que o aluno poderá surpreendê-lo. É importante que educadores tenham atitudes investigadoras, assim descobriremos potenciais em alunos que imaginávamos não possuir.

É nesse sentido que a avaliação é fundamental e saber como agir é um desafio, pois, os educandos têm inseridos dentro de si habilidades que necessitam ser exploradas. O educador é peça fundamental para desenvolver nos educandos essas habilidades. A maneira de trabalhar o aluno é a chave para o sucesso dele, uma vez que ele está em construção e o conhecimento é dinâmico.

Na ocasião FURLAN apud LUCKESI, (2006, p.37), faz uma importante observação no que diz respeito ao ato de avaliar “o que distingue a avaliação dos exames não são os instrumentos, mas sim a postura na sua construção e nos seus usos”.

Mais uma vez fala-se em postura. Ela demarca com seriedade que avaliar exige reflexão e sabedoria que leve a mudança de postura metodológica. A avaliação será vista como um processo e a visão do aluno por parte do professor será construída ao longo do processo de ensino-aprendizagem.

A aprendizagem é o foco de qualquer instituição de ensino e como chegar a atingir bons resultados é meta de muitos educadores e especialistas na área. Por isso, a avaliação é tema abordado constantemente em reuniões pedagógicas. É nesse sentido, que partindo do pressuposto de que a avaliação é um instrumental de seriedade uma vez que há seres humanos envolvidos nesse processo, pois são pessoas que têm consigo toda uma cultura, valores e princípios que devem ser respeitados, valorizados e não excluídos da sociedade.

Nas palavras de GADOTTI & ROMÃO, (2000, p.28) afirma que “a educação pode desempenhar um papel importante no desenvolvimento e na redução das desigualdades, educando a todos e formando para o trabalho e para a cidadania”.

É nesse âmbito que os educadores devem primar observando que transformar uma sociedade mais igualitária está nas mãos de uma boa educação. Será através da educação que os homens conseguirão sair da base dos excluídos. Serão conhecedores de seus direitos e deveres e saberão buscar para ter uma vida social melhor.

A avaliação da aprendizagem nesse contexto perpassará dos limites de sala de aula. Ela deverá ir além da classificação em bons ou ruins, uma vez que o educando poderá desenvolver habilidades que estão inerentes em cada um e que estas serão desenvolvidas ao longo da vida.

Ao elencar GADOTTI & ROMÃO, (2000, p. 28) o processo de avaliação afirma que:

Não pode se prestar aos processos meritocráticos e discriminatórios impressos nas avaliações classificatórias que, mesmo apesar, muitas vezes, da boa intenção de seus idealizadores, prestam um serviço nos arautos da exclusão.

É arriscado ver a avaliação como processo de classificar os educandos. Assim, perpetuaremos uma sociedade de desigualdades e que muitos serão excluídos sofrendo todo tipo de marginalização. A avaliação deverá abordar todas as possibilidades de recuperação de aprendizagem. O educador com sua arte de ensinar deverão fazer descobertas para se chegar ao caminho da aprendizagem. Assim o dever do educador será cumprido porque ele é mediador e proporcionará o conhecimento a quem antes vivia na escuridão da ignorância.

Nota-se que os alunos com melhor desempenho geralmente são aqueles que por sua vez são melhores estruturados em termos de condição econômica, social e cultural. Infelizmente temos esse diferencial em nossas escolas, e, muitas vezes os professores encontram muitas dificuldades em avaliar e quem sofre as consequências são as classes menos favorecidas o que resulta em abandono, reprovação e conseqüentemente exclusão na sociedade.

A educação deve ser voltada para a construção do ser humano enquanto cidadão. Porém, nos deparamos com várias dificuldades quando o aluno chega à escola. Ele vem assoberbado de problemas, vem de uma família desestruturada sem condições econômicas, social e moral, são inúmeros fatores negativos que envolvem a criança. E, a escola, nesse meio se desdobra para formar aquele ser indefeso, que muitas vezes encontram nela um refúgio dos problemas que são avassaladores.

Diante de tudo isso, o educador deve ser o profissional que aponte novos horizontes para os educandos, pois é através do conhecimento que eles poderão sair da linha da miséria.

Para FILLOUX apud DURKHEIM, (2010, p.25) discorre sobre a atitude do mestre “é essencialmente no plano das atitudes do mestre, em sua relação com os alunos, que se situa o fator decisivo para a evolução do processo de instrução e de educação”. É verdade que a relação mestre-aluno é fundamental para que haja aprendizagem eficaz.

O educador tem essa missão uma vez que os educandos o veem como exemplo a ser seguido, ele instrui e educa. Sabe-se que a escola está constantemente em transformação ela é

construída sempre e as atitudes do professor devem ser acompanhar a evolução permanentemente.

NOGUEIRA & CATANI, apud BORDIEU, (2007,p.28) aponta com propriedade que “é necessário que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais”.

Nesse parâmetro de discussão, Bordieu esclarece que ao vermos os educadores como iguais em direitos e deveres podem levá-los a sair da base da desigualdade social.É necessário que educadores e todos que compõem a escola procurem tratar de forma igual os educandos e despertem-nos a perceber e sentir que todos são iguais, merecem respeito e serem valorizados diante das diferenças que existem.

As desigualdades são notórias na instituição escolar, e, se não houver uma atenção, preparação por parte dos educadores, funcionários e comunidade elas tendem a permanecer e se espalhar de forma negativa refletindo na sociedade, uma vez que, o que acontece dentro da escola também é reflexo das ações da sociedade.

É nesse âmbito que se pode destacar a prática educativa. Ela subsidiará na formação do indivíduo como cidadão participante, crítico diante dos eventos de uma sociedade.Sobre observação em prática educativa, FREIRE, (1996, p.25)discorre: “a vigilância do meu bom senso tem uma importância enorme na avaliação que, a todo instante, devo fazer de minha prática”.

Obviamente fazer uma auto avaliação de sua prática educativa é fundamental para o aperfeiçoamento da docência e conseqüentemente o processo de aprendizagem será satisfatório. Sabe-se que quando se faz uma avaliação da própria prática, reflexões e mudanças de atitudes perante a ela ocorrerão e bons resultados aparecerão.

É importante que os educadores sejam abertos a mudanças em suas metodologias pedagógicas, pois, os educandos ganharão muito e a aprendizagem será satisfatória. Assim, afirma CUPOLILLO apud FREIRE, (2006, P.61) que “a avaliação é da prática educativa e não dum pedaço dela.O educando também deve participar da avaliação da prática, porque o educando é um sujeito dessa prática”.

É certo que fazer reflexões sobre o trabalho desenvolvido trarão melhorias na vida do educando refletindo posteriormente no meio em que ele vive. Ao fazer isso constantemente os resultados serão vantajosos os que trarão mudanças na realidade social.

Encorajar os educandos diante de ações em termos de conhecimento é uma atitude positiva em que refletirá mudanças de hábitos na vida em sociedade. E, quando o educando

faz parte da prática avaliativa o ensino-aprendizagem tende a ser satisfatório, resultados aparecerão e refletirão na sociedade.

No entanto, MARTIN apud FREIRE, (2007, P.40) sublinha com objetividade “argumentos de autoridade já valem”. Ou seja, educadores e educandos juntos são construtores do saber, estão em processo de aprendizagem, crescem juntos.

É inadmissível usar a ferramenta de avaliação para punir o aluno uma vez que, os profissionais da educação trabalham com gente, e, gente em formação. É necessário mediar o conhecimento e que o educando possa se sentir motivado a aprender.

O ensino hoje deve reconhecer que o educando precisa ser atuante na sociedade em que vive e para isso ele necessita ter conhecimentos básicos ministrados pelo professor. Este, no processo de ensino-aprendizagem deve elencar as necessidades cabais do educando e pensar no fazer pedagógico, principalmente, quando se trate de avaliação.

É preciso, portanto, termos atenção especial voltada a avaliação. Ela deve ser vista como construção do saber, e essa construção se fazem com erros e acertos e, sobretudo com a mediação do professor. Sabemos que o paradigma da avaliação deve ser fator de reflexão, uma vez que a LDB 9394/96 prioriza a qualidade e o processo de aprendizagem. Os alunos estão na escola todoo ano letivo, no dia-a-dia, percebe-se que algo ele está apreendendo, assimilando, valorizá-lo e trabalhá-lo é missão do educador.

Assim, ASSIS& SOUZA apud VASCONCELLOS, (2009, P.4) reforça que há dois critérios a serem observados “avaliar para classificar e excluir; e avaliar para intervir e mudar”. Àquela era prática de educadores autoritários e que achavam detentores do saber, uma vez que possuíam saberes formalizado e acreditavam que podiam punir e excluir os educandos.

O que infelizmente acontecia era a real exclusão do indivíduo da sociedade, não conseguiam êxito na escola terminavam se evadindo e ficavam na linha dos ignorantes. Nota-se que a demanda de pessoas com grau de escolarização bem inferior ainda é enorme, são frutos dessa educação excludente.

Porém, os estudos sobre avaliação têm tomado rumos significativos e os educadores apresentam posturas diferentes em relação ao ato de avaliar. É necessário ter a avaliação como instrumento investigativo, diagnóstico, verificação e que sirva para mudar a prática pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação da aprendizagem é um instrumento que exige do educador um olhar mais preciso sobre sua prática pedagógica. Avaliar tem como premissa diagnosticar, porém, além de perceber os insucessos do aluno ela propiciará caminhos para buscar a aprendizagem eficaz do educando.

É também o ponto fundamental para rever a prática pedagógica, pois o educador deve a todo o momento fazer uma autoavaliação do seu trabalho para que o processo de ensino-aprendizagem seja mais intensificado. Quando isso não ocorre, percebe-se que os problemas continuarão e os educandos possivelmente se perderão no meio do caminho.

Desse modo, é necessário que o educador reveja sua forma de avaliar para que mudanças ocorram principalmente na aprendizagem do aluno. A avaliação será instrumento para decidir o que fazer com o aluno que apresenta dificuldades. Ela será um meio de orientar a prática pedagógica para que os resultados sejam satisfatórios.

Freire corrobora a importância da avaliação como fundamental para a orientação de ações avaliativas no que diz respeito a formação da consciência do homem. É nesse sentido que o educador deve estar preparado para fazer.

É importante saber que o nosso conhecimento é inacabado e por isso está a todo o momento em construção. E, a avaliação deverá ser dinâmica, reflexiva e como ponto para buscarmos uma aprendizagem mais significativa e satisfatória.

REFERÊNCIAS

- FILLOUX, Jean-Claude. **Émile Durkheim** / JEAN-Claude Filloux; tradução: Celso do Prado Ferraz de Carvalho, Miguel Henrique Russo. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 148 p.: il. – (Coleção Educadores)
- GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José Eustáquio: **EVOLUÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL: Análise de Estatísticas e Indicadores Educacionais**. INSTITUTO PAULO FREIRE – em 2000.
- FURLAN, Maria Ignez Carlin- **Avaliação da Aprendizagem Escolar: Convergências e divergências entre os atores do processo de uma escola pública de ensino médio**/ Maria Ignez Carlin Furlan- Presidente Prudente: (S.N), 2006. 80f: il
- MARTIN, Daniele Fortes- **A Aprendizagem em Paulo Freire e Piaget**- Universidade Estadual Paulista- Júlio De Mesquita Filho- Campus de Bauru- 2007.
- CUPOLILLO, Amparo Villa. **Avaliação da Aprendizagem Escolar e o Pensamento de Paulo Freire: algumas aproximações**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, PR, v. 2, n. 1, p. 51 - 64, jan.-jun. 2007.
- ASSIS, Renata Machado; FERNANDES, Renata Gomes de Sousa. **A avaliação Escolar: Intencionalidade, Formas e Instrumentos**. Revista eletrônica do curso de Pedagogia do Campus Jataí- UFG- vol.I- n.6(jan/jul)(2009) ISSN:18079342.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**/ Paulo Freire- São Paulo: Paz e Terra. 1996.-(coleção Leitura). ISBN 85-2190243-3.

EDUCAÇÃO ESPECIAL, UMA ABORDAGEM SOCIOCULTURAL

Cecilia Rodrigues Tavares⁹

Eutália Soares Borges¹⁰

Maria Celia Pereira Feitosa¹¹

RESUMO

Partindo da premissa legal resguardada pela Constituição Federal de 1988, Artigo 208, inciso III, que assegura “ O dever do Estado com a educação será efetivada mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, este artigo vem abordar um estudo acerca da inclusão escolar no Brasil. É sabido que desde os primórdios, muitas foram as transformações, mudanças no cenário educacional, visando compreender toda essa conjuntura necessária para garantir, qualificar o processo educativo, é que vamos fazer um paralelo com as ideias de Paulo Freire em seu Livro Pedagogia do Oprimido que afirma ser a verdadeira educação aquela que visa a humanização, que busca a construção de uma vida social mais digna, livre e justa.

Palavras-chaves: Constituição Federal. Inclusão Escolar. Processo Educativo.

INTRODUÇÃO

É a educação que dissemina o saber, o conhecimento, incitando no ser a criticidade, é a forma de liberdade de um povo, independente das limitações desse ser. Dessa forma a escola pressupõe um espaço para todos, em que não haja exclusões, discriminações e preconceitos. É nela que o educando desenvolve as potencialidades inerentes a cada um, norteando respeito às diferenças.

Iremos discorrer sobre a inclusão escolar, apresentando alguns marcos legais, questionando as práticas pedagógicas e propondo intervenções para a problemática abordada.

A iniciativa de se estudar essa temática surgiu da necessidade de melhor compreender o papel da escola na educação inclusiva, visto que as instituições trabalham com uma estrutura homogênea e não está verdadeiramente preparada para aceitar a diversidade, incluir os alunos com necessidades especiais.

⁹Licenciatura em 1º e 2º ciclos. Especialista em Língua Portuguesa. E-mail: ceciliatavares@hotmail.com.

¹⁰Bacharel em Direito. Especialista em Psicopedagogia com Ênfase em Língua Portuguesa. E-mail: eutalia.adv@hotmail.com.

¹¹Graduada em Letras. Especialista em Ensino da Língua Portuguesa. E-mail: cicera-yara@hotmail.com.

Sabe-se que problemas como a estrutura física das escolas é uma das barreiras, mas também as práticas pedagógicas devem ser repensadas para acolher melhor nossos educandos e os manter com objetividades.

FAMÍLIA E ESCOLA: UM COMPROMISSO COMUM EM EDUCAÇÃO

A família é o grupo, o meio essencial para o desenvolvimento do ser humano, em que enfatiza as relações e interações vitais ao desenvolvimento do indivíduo, nesse contexto afirma (REIS, 2012 apud Giorgi 1986, p.26).

A família é o principal agente de socialização da criança, preside dos processos fundamentais do desenvolvimento, psíquico e à organização da vida afetiva e emotiva da criança. Acrescenta ainda, que como agente socializador e educativo primário, ela exerce a primeira e a mais indelével influência sobre a criança.

Cada criança em sua peculiaridade, singularidade, cresce, age, internaliza os conhecimentos, habilidades de forma distintas. Mas, se faz necessário as intervenções, estímulos que são eficazes e essenciais nos primeiros anos de vida.

Nesse contexto, sabe-se que toda criança tem necessidade de um ambiente estruturante, com referências e limites claros para construir sua personalidade, seus conhecimentos. Nessa perspectiva é imprescindível a participação ativa da família que temo dever, obrigação de assumir sua responsabilidade, vínculo este que favorece a construção do conhecimento e aprendizagem.

Por isso o grupo familiar precisa estar atento, repensar, analisar, refletir e conhecer as reais necessidades e possibilidades de desenvolvimento dos filhos, para então proceder com as ações devidas, precisadas para os mesmos, estabelecendo resultados que servirão para uma vida toda, portanto contribuindo eficientemente para o crescimento social, autonomia física e emocional, proporcionando desse modo com uma adequada qualidade de vida para a criança.

Sabe-se que todo esse procedimento nos primeiros anos da criança se faz necessário ter uma continuidade, e é na escola que esse processo inicial de aprendizagem vai prosseguir, é claro, de acordo com cada fase de desenvolvimento do educando, de suas necessidades educacionais especiais, cada um na sua especificidade.

Ademais, é dever da família com o processo de escolaridade de seus filhos, destarte assegura a legislação pátria. Nesse sentido é brilhante nossa legislação, o Estatuto da criança e do Adolescente Lei N° 8.069/90 em seus Arts. 4° e 55, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei N° 9394/96 Arts. 1°, 2°, 6° e 12.

Assim reza o Estatuto da criança e do Adolescente:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, vida sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Art. 55 Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Nesse contexto, o direito à educação é bem claro, de um lado o dever do estado de garantir a efetivação de tal norma e, de outro, o dever do pai ou responsável de provê-la, tendo em vista não ser opção de levar ou não o filho à escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;
- VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.

Os legisladores foram sábios e coerentes quanto da obrigatoriedade e dever da família no ensino de suas crianças, ressaltando na mesma conjuntura o dever do Estado de assegurar o direito à educação. Portanto, infelizmente nem sempre a família se dispõe ativamente na participação do processo de ensino aprendizagem dos seus filhos. Nessa perspectiva as instituições, sua estrutura, seus profissionais precisam se amoldar para atender a todos, reconhecendo, respeitando suas peculiaridades, limites e diferenças.

A escola inclusiva exige uma estrutura adequada e profissionais aptos, tendo em vista as crianças com necessidade educacional especial necessitarem de atenção especial e cuidados específicos, e em nenhum momento podem deixar de ter atendimento adequado por falta de condições físicas ou profissionais. A partir do paradigma da inclusão, vê-se que escola inclusiva é aquela que assegura o acesso de todos na escola e a permanência destes, livres de atos discriminatórios e preconceitos.

No que tange ao dever da escola a coleção *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar* segundo Ropoli (2010, p.9) expõe:

A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Não é fácil e imediata adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula.

É preciso que gestores, professores e toda a comunidade escolar busquem inovar as práticas pedagógicas para que os portadores de necessidades educacionais especiais sejam de fato integrados de forma coerente nas escolas. Logo, as políticas públicas devem garantir e fazer acontecer a inclusão para todos, para que os educandos tenham um futuro de mais aceitação e respeito às diferenças.

De direitos, estamos bem assistidos, mas de fato a realidade é uma aversão, imoralidade o que sobrevém nas escolas, onde na verdade estamos é excluindo. Nesse diapasão afirma Mantoan:

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar. (Mantoan, 2003, p.18)

A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos nas suas diferenças. Mas será que realmente isso acontece na íntegra? O desafio de lidar com as diferenças na escola em uma sociedade homogeneizante, na qual o diferente ainda é visto como uma ameaça, nos faz como educadores refletir se somos conhecedores da verdadeira educação inclusiva.

O problema da não inclusão escolar vem refletir em toda sociedade, uma vez excluído da escola, não há como excluí-lo da sociedade, portanto, continua fazendo parte dela. É o que acontece com muitos com necessidades educacionais especiais, que por motivos, fatores

variados não conseguem entrar ou permanecer na escola, não conseguem aprender a ser auto-suficiente e se tornam um problema ainda maior para seus familiares e a sociedade em geral, uma vez que o número dos que ficam a margem é muito grande.

No Brasil, a escola regular, é para muitos o único lugar de acesso aos conhecimentos mínimos necessário para viver nessa nossa sociedade, queiramos ou não, globalizada. Para a maioria da população que é a classe pobre, a escola é a única chance que têm para conseguir as condições básicas para se desenvolver e se tornarem cidadãos com perspectiva de vida melhor.

E A ESCOLA, COMO LIDA COM AS DIFERENÇAS?

Sendo a escola um dos principais espaços de convivência social do ser humano, ela tem papel primordial no desenvolvimento da consciência de cidadania e de direitos, através de uma proposta inclusiva da sua prática pedagógica.

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais na rede pública regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, para que a escola possa assumir seu papel com foco na função social. Nesse sentido ressalta John Kennedy “Posso admitir que o deficiente seja vítima do destino! Porém não posso admitir que seja vítima da indiferença”.

Para atender a todos e atender melhor, a escola atual precisa mudar, e essa tarefa exige trabalho em muitas frentes. A escola, ao abraçar essa tarefa necessária, terá de encontrar soluções próprias para os seus objetivos. As mudanças que são imprescindíveis não acontecem por acaso e nem por estarem apenas assegurados em leis, mas fazem parte também da vontade política do coletivo escolar, explicitados no seu Projeto Político Pedagógico – PPP e vivida a partir de uma gestão escolar democrática, que vislumbre o almejado por Paulo Freire uma educação visando a transformação social e construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

O PROFESSOR ESTÁ PREPARADO PARA A INCLUSÃO?

Educação com foco na diversidade é um desafio que exige a combinação de muita sensibilidade e um profundo conhecimento. Todos os seres humanos são únicos, e não são

apenas as diferenças de culturas, de gêneros ou as chamadas necessidades especiais que determinam tal unicidade, no entanto, apesar de esse conceito já fazer parte do senso comum, lidar com a diversidade na escola ainda é uma questão de variadas interrogações.

A inclusão é uma ruptura de base na estrutura organizacional da educação, por isso, quem mais está autorizado, no sentido de ter maior competência para realizar esse novo (desafio) somos nós professores. E devemos lembrar que “o papel do professor é ser regente de classe, e não especialista em deficiências” (Mantoan, 2005,p.26).

Devemos estar ciente que as soluções coletivas são as mais acertadas e eficazes. E não devemos esperar em aceitar que as mesmas venham de fora, é nossa a responsabilidade, ter coragem, ousadia para buscar alternativas que fará a diferença, não estar preparados, não é um problema, é um desafio, mas isso não descarta a importância de poder contar com a parceria de uma estrutura adequada, profissionais (especialista) habilitados, definir um bom planejamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este breve estudo podemos confirmar que o processo educativo não está fora de seu contexto social, que a educação, de qualquer modo sofrerá necessariamente o impacto dos problemas da realidade, portanto os avanços da tecnologia, a disseminação das informações, globalização, lutas de classes, são fatores que diretamente vão instigando o repensar das políticas públicas educacionais, os métodos pedagógicos, enquanto práticas sociais que não ficam imune a esse conjunto de transformações.

Nesse contexto, muitas práticas foram ajustadas, acomodadas ao sistema educacional, todavia, não temos tantos motivos a comemorar, apesar de tão bem assegurar uma educação de qualidade para todos, sem distinção, o número de excluídos, oprimidos ainda são exorbitantes, e a qualidade ainda deixa muito a desejar, consequência onde a educação ainda não é o centro dos investimentos das políticas públicas.

Apesar que Paulo Freire com seus ensinamentos, tão bem encorajou muitos de porem em prática um autêntico trabalho de educação, que interpõe a alfabetização ao processo de conscientização, capacitando o oprimido, o excluído, para aquisição dos instrumentos da leitura e escrita conseqüentemente para sua libertação, ainda perpassamos por muitas dificuldades e a busca exacerbada pela mudança tão bem retratada por Freire, ainda hoje faz parte do cenário da educação brasileira.

Somos sabedores que não basta somente acolher, o importante é assegurar a qualidade para a educação inclusiva e conseqüentemente garantir com o processo ensino aprendizagem uma sociedade mais justa, digna e igualitária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/** Secretaria de Educação Especial.- Brasília: Secretaria de Educação Especial, - 2010. 72 p.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Texto promulgado em 05 de Outubro de 1988. SenadoFederal. Secretaria Especial de Informática. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988>>. Acesso em: 13,14 fevereiro 2014.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 BibliotecaDigital da Câmara dosDeputados Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 08 fevereiro 2014.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luísa de Marillac p.; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Aspectos Legais e orientação Pedagógica-** São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

FREIRE, Paulo; **Pedagogia do oprimido**, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

Inclusão: Revista de Educação Especial/ Secretaria de Educação Especial. v.5, n.1(jan/jul)-Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

MANTOAN, M.T.E; **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais.** São Paulo: Editora Scipione, 1988.

REIS, V.A. S. **O envolvimento da família na educação de crianças com necessidades educativas especiais.** Lisboa, 2012. 159 p. Tese (Mestrado em ciência da educação na especialidade em domínio cognitivo-motor. Disponível em <<http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/2597>>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2014.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva/** Edilene Aparecida Ropoli...[et.al.]. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará,2010.v. 1 (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

A INCLUSÃO INFORMACIONAL NAS ESCOLAS: UMA EXPERIÊNCIA COM AS TICS.

Luiz Marcelino de Oliveira¹²

Hellyegenes de Oliveira¹³

Francineide Soares da Silva Oliveira¹⁴

RESUMO

Frente a um novo século, com uma nova sociedade e novos sujeitos, principalmente no que se diz respeito aos processos da educação, podemos definir esta sociedade como à sociedade da informação, com um novo formato de receber e transmitir informação, e de uma busca interminável de conhecimento. As pessoas hoje em dia, têm acesso ao mundo e as suas tradições culturais, com muita mais eficácia e rapidez que ontem. Com a explosão da computação e, conseqüentemente da internet, passou-se a considerar que disponibilizar informação em uma página da Internet seria um processo educativo contínuo e a formação da língua escrita dessa pessoa, estaria sendo realmente transmitida, de forma correta. Trabalhar com as tecnologias de forma interativa nas salas de aula requer: a responsabilidade de aperfeiçoar as compreensões de alunos sobre o mundo natural e cultural em que vivem.

Palavras chave: Educação. Tecnologias. Informação.

INTRODUÇÃO

Faz-se, indispensável o desenvolvimento contínuo de intercâmbios cumulativos desses alunos com dados e informações sobre o mundo e a história de sua natureza, de sua cultura, posicionando-se e expressando-se, de modo significativo, com os elementos observados, elaborados que serão mais bem avaliados. Ao se trabalhar, adequadamente, com essas novas tecnologias.

Efetivamente para que ocorra uma reformulação no processo que se diz respeito ao desenvolvimento das aprendizagens junto as novas tecnologias, e de fundamental importância que os docentes revejam os seus processos metodológicos e necessário a busca por estas

¹²Luiz Marcelino de Oliveira é graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú- UNAVIDA- PB, especialista em Supervisão Escolar pela Faculdade Integrada de Patos - FIP, Coordenador do Mais Educação da Escola João Alexandre de Oliveira, Marizópolis- PB, supervisor escolar no Município de Vieirópolis- PB e Tutor do Formação pela escola virtual pelo FNDE.

²Hellyegenes de Oliveira é graduado em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação de Cajazeiras – ISEC, especialista em Psicopedagogia Institucional Pelas Faculdades Integradas de Patos - FIP, especialista em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidaria pela UFCG e Professor do quadro efetivo da Educação básica nas cidades de Ipaumirim e Lavras da Mangabeira no estado do Ceará.

³Francineide Soares da Silva Oliveira é graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande- UFCG, especialista em Geo-Política e História-FIP, coordenadora do Programa Mais Educação na Escola Cônego João Cartaxo Rolim-Sousa-PB, professora da Escola Agripino Fernandes das Chagas-Vieirópolis-PB.

novas tecnologias. Mas para tanto, precisam usá-las para educar, saber de sua existência, aproximar-se das mesmas, familiarizar-se com elas, apoderar-se de suas potencialidades, e dominar sua eficiência e seu uso, criando novos saberes e novos usos, para poderem estar, no domínio das mesmas e poderem orientar seus alunos a “lerem” e “escreverem” com elas.

Os educadores precisam trabalhar essas ideologias em favor de suas metodologias, pois a educação junto às novas tecnologias deve abrir novas discussões e possibilidades de desenvolvimento com a aquisição de suas práticas. O uso e influência das novas tecnologias devem servir ao docente não só em relação à sua atividade de ensino, mas também na sua atividade de pesquisa continuada. E a pesquisa com as novas tecnologias tem características diferentes que estão diretamente ligadas à procura da constante informação.

Os docentes devem construir e trabalhar em conjunto com seus alunos não só para ajudá-los a aumentar capacidade, métodos, táticas para coletar e selecionar elementos, mas, especialmente, para ajudá-los a desenvolverem conceitos. A educação precisa repensar seus métodos curriculares e preparar seus docentes tanto para se apropriarem das novas tecnologias de informação e comunicação quanto para a prática da educação a distância que se vê viabilizada.

Os professores precisam sempre estar reciclando seus conhecimentos e só depois de assimilados efetivarem e desenvolverem estas práticas na sala de aula, por meio deste processo terão competências para escolherem a melhor forma efetuar-las nas suas metodologias. O que não é mais aceitável é que se faça resistência a umas e/ou a outra tecnologia, seja ela, de comunicação ou de informação, por insegurança ou falta de proficiência.

Portanto, os professores, educadores e docentes, precisam estar profissionalmente qualificados e, hoje, não se pode falar em qualificação sem assimilação das novas tecnologias. Ao usar essas novas tecnologias, é fundamental que ele não se deixe usar por elas.

É primordial que os professores se ajustem deste modo, às diferentes tecnologias de informação e de comunicação. Por fim, considero que, os processos de construção de conhecimento sobre a forma de aprendizagem de alunos e professores são fenômenos que necessitam ser mais estudados por ambos, mais, principalmente pelos professores que devem estar em uma constante busca de conhecimentos, de novas tecnologias. Pois, seus novos alunos já estão vindo, muita das vezes, com uma bagagem de conhecimento bem maior à que a dele.

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO E OS CAMINHOS PARA AS NOVAS TECNOLOGIAS

Em meados do século XX, surgiu a Escola Nova que articulava uma visão totalmente contraditória aos processos que se idealizavam anteriormente, mas esta forma de ver a educação não surgiu como uma ideologia surgiu no intuito de transformar nos alunos uma visão de criticidade, de trabalho e de futuro. Tal proposta foi trazida para o Brasil devido à quantidade muito pequena de escolas, o que tornava o processo educacional um ato muito restrito.

No período colonial em meados do século supracitado, iniciou-se as práticas iniciais de alfabetização, fatos que acabavam por ocorrer nos próprios engenhos e a fazendas, atividade esta sempre realizada por algum sujeito de certa forma mais letrado o que na maioria das vezes eram desenvolvidos por padres, cabelões, paroquianos dentre outros.

Os escravos eram proibidos de frequentar os bancos escolares e as meninas escravas ou não eram apenas educadas para servirem aos seus futuros maridos, aos poucos a atividade passou a se tornara de certa forma mais complexa e significativamente novos pontos de ver a educação foram surgindo, porém a educação ao longo dos séculos se delineou numa esfera elitista e dualista, a escola para o pobre e a escola para o rico. A concepção da formação educacional ao longo dos séculos de acordo com (Maria, 2008,p.15)

Na contemporaneidade, dentro do universo escolar, vivemos um quadro negativo, caracterizado pela evasão escolar, indisciplina dos estudantes, tráfico de drogas, má remuneração dos professores, sucateamento das escolas, etc., que muitas vezes parece irreversível. Diante de tantos problemas, faz-se necessário os teóricos da educação e a sociedade a repensarem as funções sociais da Escola. A Escola reflexiva, apoiada em políticas educacionais eficientes, deve ser o resultado da ação integrada de professores, alunos, pais, funcionários, coordenadores e diretor (a) em torno de projetos interdisciplinares e transdisciplinares que visam solucionar de maneira prática as demandas da instituição, e buscam, em última instância, a formação integral dos educandos e a construção de uma escola alicerçada nos valores humanos. Portanto, a cooperação e a solidariedade são pontos fundamentais para a superação dos problemas educacionais.

Para idealizar um indivíduo crítico, produtivo e criador, antes de qualquer coisa, os educadores teriam que mudar a sua forma pedagógica de pensar, muitas vezes hierarquizada por uma série de fatores e de condicionantes que somados de forma negativa aos seus processos metodológicos, os educadores devem primeiramente sair do comodismo e da situação de conforto para que desta feita possam buscar novas condições e situações de trabalho satisfatórias para a mediação da aprendizagem.

Mencionando o zelo que o professor deve ter no acompanhamento do processo da aprendizagem, principalmente quando o ensino está integrado às novas tecnologias, assim é necessário que acima de tudo ele vença seus próprios medos e desta feita possa confortar os seus alunos e integrá-los de forma sistemática ao processo tecnológico educacional, havendo desta forma uma relação apropriada entre emissor-receptor, que criará frutos satisfatórios se o professor tiver a consciência de que se ele próprio não buscar o conhecimento e de forma continuada nada se concretizará em sua totalidade, pois o processo não deve ser pensado de forma individual, pois a partir do momento em que o professor se capacita para trabalhar com determinada ferramenta educacional passará a desenvolver e a questionar as possíveis formas e soluções de desenvolvimento, não apenas para si, mas para todo o conjunto educacional da qual ele faz parte.

Idealiza-se um novo mundo, vivencia-se onde é de fundamental importância compreender que os valores na sala de aula são totalmente diferenciados, os educadores têm por grande necessidade compreendê-los e adquiri-los para as suas práticas educacionais na conjuntura atual:

Um desenvolvimento importante no pensamento atual sobre a educação é que agora reconhecemos a necessidade de os alunos desenvolverem habilidades de aprendizagem por toda a vida. A internet é um mecanismo ideal para incentivar os alunos a assumirem responsabilidade pelo seu próprio aprendizado. Tendo a oportunidade de acessar recursos de aprendizagem na internet, os alunos tornam-se participantes ativos na sua busca pelo conhecimento (HEIDE, 2000, p.36).

É de fundamental relevância a compreensão pelo educador de que o mundo está evoluindo de forma rápida e eles devem começar a admitir que só a sua formação acadêmica não é o suficiente para a vida profissional, o aperfeiçoamento dos seus conhecimentos e de estarem atualizados com as novas técnicas que vão surgindo.

A dialética entre a competência do saber sistematizado e a competência do fazer pedagógico tem que ser respeitada com qualidade e acima de tudo como zelo, praticidade e comprometimento com a ação educativa.

Na análise da educação e os seus contextos, detecta-se algumas divergências e questionamentos a ser discutido, um pensamento complexo, com indagações de processos a serem analisados é um meio que domina a realidade de todos os indivíduos.

A educação é como um processo que traz consigo o espírito da ordem ao longo dos tempos, assim recai naquele pensamento tradicional em que o professor é o sujeito ativo do processo de ensino e aprendizagem e o aluno é o sujeito passivo. Portanto, é nela que está a

possibilidade de transformação, pois da mesma forma que pode manter pode desconstruir uma ordem vigente e transformá-la.

(...), a educação, que contém em si “o espírito da ordem”, traz ao mesmo tempo forças e dimensões para negá-la. O exercício teórico deve caminhar na busca de compreensão de categorias. A categoria da contradição, (...). A educação e sua análise devem ter como ponto de partida sua presença imanente numa totalidade histórica e social. Ela manifesta essa totalidade, ao mesmo tempo em que participa na sua produção. Tal manifestação se dá na própria estruturação capitalista dessa totalidade. A educação então não reproduz as relações de classe, mas estas se fazem presentes na educação, articulando-a com a totalidade (CURY, 2000, p. 14).

É de suma importância que a educação não seja vista apenas pela ótica de um processo isolado e unilateral em seus condicionamentos e incertezas, pois o seu papel vai além deste pensamento, assim como um método produtivo e que necessita de diversos outros elementos para que a sua funcionalidade de fato seja acarretada é uma tarefa para que se compreenda por todos.

A educação forma a personalidade do indivíduo médio e o prepara para viver a cultura: é pela educação que a gênese da cultura se opera no indivíduo. Pode-se descrever a cultura mostrando como o indivíduo a assimila e como nele se constitui, à medida que ele a vai assimilando. Isto porque a educação é, ao mesmo tempo, uma instituição que o indivíduo encontra e o meio que ele tem para encontrar todas as instituições. (DUFRENNE apud BRANDÃO, 2006)

Portanto a educação pode ser vista como um conjunto uma série de fatores que de forma construtiva irão somar valores e agregar conhecimento ao processo social.

A educação possível para o homem é aquela que o ser que busca a sua perfeição e por meio da educação ele conceitua as objetivações que são necessárias para se chegar aos instrumentos e procedimentos para os diversos condicionamentos:

A educação é uma resposta da finitude da infinitude. A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva-o à sua perfeição. A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém. (...), a educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educados. Existem graus de educação, mas estes não são absolutos. O homem, por ser inacabado, incompleto, não sabe de maneira absoluta. Somente Deus sabe de maneira absoluta. (Freire, 1987, p.14-15)

A educação passou por diversas transformações que foram ao longo dos anos integrados a ela conceitos e idealizações que ajudaram a moldar os diversos alicerces do hoje, tais como as tecnologias, novas formas de observar o mundo, a busca incessante pelo poder,

tornando desta feita a educação um instrumento da especificidade humana, apresenta-se como um ato que permeia a intervenção do mundo nos indivíduos, conceituando e aspirando todas as possíveis formas e soluções para as possíveis mudanças que possam vir a ocorrer nos mais diversos campos da sociedade tais como: a economia, as relações humanas, dos direito ao trabalho, a saúde dentre outros fatores que são primordiais para o bom desenvolvimento social, pois só quem escuta pacientemente o outro, pode de forma conceitual criticá-lo, promovendo desta feita a visão de mundo dos indivíduos.

Freire afirma sobre a educação:

Tem como objetivo promover a ampliação da visão de mundo e isso só acontece quando essa relação é mediatizada pelo diálogo. Não no monólogo daquele que, achando-se saber mais, deposita o conhecimento, como algo quantificável, mensurável naquele que pensa saber menos ou nada saber. A atitude dialógica é antes de tudo uma atitude de amor, humildade e fé nos homens, no seu poder de fazer e refazer, de criar e de recriar. (1987, p. 81).

Respeitar o educando segundo a sua ótica de vida é um ponto em que o educador deve considerar mais importante para se tomar um impulso na produção do conhecimento. É referência que o educador reduza o distanciamento entre os indivíduos que fazem parte do processo educacional, pois a prática educacional está relacionada ao processo da afetividade, da alegria, de capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança ou, lamentavelmente da permanência do hoje.

A percepção dos homens como seres “programados, mas para aprender” e, portanto, para ensinar, conhecer, intervir que faz a prática educativa como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educandos e educadores.

Sabe-se que o conceito educacional vem passando por uma série de valores e transformações ao longo dos séculos, a exemplo de Vygostky (1987) que idealizou um processo educacional que integrava aos processos diferentes daqueles aprendidos no cotidiano, buscava a questão da internalização.

Propõe uma visão de formação das funções psíquicas superiores como internalização mediada pela cultura. As concepções de Vygostky sobre o funcionamento do cérebro humano colocam que o cérebro é a base biológica, e suas peculiaridades definem limites e possibilidades para o desenvolvimento humano. Essas concepções fundamentam sua ideia de que as funções psicológicas superiores (por ex. linguagem, memória) são construídas ao longo da história social do homem, em sua relação com o mundo. Desse modo, as funções psicológicas superiores referem-se a processos voluntários, ações conscientes, mecanismos intencionais e dependem de processos de aprendizagem.

Ela idealizava ainda uma percepção diferenciada sobre o processo histórico que envolvia os indivíduos, segundo as concepções de que a mente e o conhecimento seriam fatores incondicionais para o desenvolvimento do processo educacional.

Vygostky (1987) tinha a concepção de que os indivíduos deveriam ter um conhecimento cultural impar para que o processo educacional tivesse uma lucratividade subjetiva e concreta. Na sua visão os símbolos de representação da realidade são repassados pela cultura e através dela o indivíduo interpreta o mundo real, então aquilo que o indivíduo internaliza é o que vai fornecendo consistência para o funcionamento psicológico.

No que se refere a interação social e aos instrumentos de mediação Vygostky (1987, p.37.)

A interação social e o instrumento lingüístico são decisivos para o desenvolvimento. Existem, pelo menos dois níveis de desenvolvimento identificados por Vygotsky: um real, já adquirido ou formado, que determina o que a criança já é capaz de fazer por si própria, e um potencial, ou seja, a capacidade de aprender com outra pessoa. A aprendizagem interage com o desenvolvimento, produzindo abertura nas zonas de desenvolvimento proximal (distância entre aquilo que a criança faz sozinha e o que ela é capaz de fazer com a intervenção de um adulto; potencialidade para aprender, que não é a mesma para todas as pessoas; ou seja, distância entre o nível de desenvolvimento real e o potencial) nas quais as interações sociais são centrais, estando então, ambos os processos, aprendizagem e desenvolvimento, inter-relacionados; assim, um conceito que se pretenda trabalhar, como por exemplo, em matemática, requer sempre um grau de experiência anterior para a criança. O desenvolvimento cognitivo é produzido pelo processo de internalização da interação social com materiais fornecidos pela cultura, sendo que o processo se constrói de fora para dentro. Para Vygotsky, a atividade do sujeito refere-se ao domínio dos instrumentos de mediação, inclusive sua transformação por uma atividade mental.

Segundo as ideologias de Vygostky, 1987 existem no sujeito zonas de desenvolvimento até chegar ao aprendizado, então as interações sociais proporcionam ao indivíduo o deslocamento do desenvolvimento potencial para o desenvolvimento real, que é amparado pelo mediador, porém se aprende através da interação entre os sujeitos e o aprendente é ativo no processo. Segundo ele a atividade mental não era mais vista como um simples processo, mas sim como uma série de fatores que desenvolviam os conhecimentos, a atuação dos diversos membros sociais. Ainda que, a escola é o espaço que age na zona de desenvolvimento proximal do indivíduo, que o espaço imaginário entre o desenvolvimento potencial e o desenvolvimento real, entrando no contexto as relações, a figura do professor e outros colegas e os recursos materiais proporcionados.

Os processos educacionais agregados com os valores sócio culturais do hoje tornaram os indivíduos seres totalmente modificados e hierarquizados por uma série de fatores e condições que os diferenciam do atual sistema educacional. O que se integra facilmente as concepções do desenvolvimento que se chega hoje ao uso das novas tecnologias no dia a dia,

a necessidade do homem de adquirir, conhecer e buscar novos preceitos para a sociedade em que ele está inserido.

Em meados do século XX, surgiu a Escola Nova que articulava uma visão totalmente contraditória aos processos que se idealizavam anteriormente, mas esta forma de ver a educação não surgiu como uma ideologia surgiu no intuito de transformar nos alunos uma visão de criticidade, de trabalho e de futuro. Tal proposta foi trazida para o Brasil devido à quantidade muito pequena de escolas, o que tornava o processo educacional um ato muito restrito.

No período colonial em meados do século supracitado, iniciou-se as práticas iniciais de alfabetização, fatos que acabavam por ocorrer nos próprios engenhos e a fazendas, atividade esta sempre realizada por algum sujeito de certa forma mais letrado o que na maioria das vezes eram desenvolvidos por padres, cabelões, paroquianos dentre outros.

Os escravos eram proibidos de frequentar os bancos escolares e as meninas escravas ou não eram apenas educadas para servirem aos seus futuros maridos, aos poucos a atividade passou a se tornara de certa forma mais complexa e significativamente novos pontos de ver a educação foram surgindo, porém a educação ao longo dos séculos se delineou numa esfera elitista e dualista, a escola para o pobre e a escola para o rico. A concepção da formação educacional ao longo dos séculos de acordo com (Maria, 2008, p.87.)

Na contemporaneidade, dentro do universo escolar, vivemos um quadro negativo, caracterizado pela evasão escolar, indisciplina dos estudantes, tráfico de drogas, má remuneração dos professores, sucateamento das escolas, etc., que muitas vezes parece irreversível. Diante de tantos problemas, faz-se necessário os teóricos da educação e a sociedade a repensarem as funções sociais da Escola. A Escola reflexiva, apoiada em políticas educacionais eficientes, deve ser o resultado da ação integrada de professores, alunos, pais, funcionários, coordenadores e diretor (a) em torno de projetos interdisciplinares e transdisciplinares que visam solucionar de maneira prática as demandas da instituição, e buscam, em última instância, a formação integral dos educandos e a construção de uma escola alicerçada nos valores humanos. Portanto, a cooperação e a solidariedade são pontos fundamentais para a superação dos problemas educacionais.

Para moldar um sujeito crítico, produtivo e criador, antes de qualquer coisa, os educadores teriam que mudar a sua forma pedagógica de pensar, muitas vezes hierarquizada por uma série de fatores e de condicionantes que somados de forma negativa aos seus processos metodológicos, os educadores devem primeiramente sair do comodismo e da situação de conforto para que desta feita possam buscar novas condições e situações de trabalho satisfatórias para a mediação da aprendizagem.

Mencionando o zelo que o professor deve ter no acompanhamento do processo da aprendizagem, principalmente quando o ensino está integrado às novas tecnologias, assim é

necessário que acima de tudo ele vença seus próprios desafios e desta feita possa confortar os seus alunos e integrá-los de forma sistemática ao processo tecnológico educacional, havendo desta forma uma relação adequada entre emissor-receptor, que criará frutos satisfatórios se o professor tiver a consciência de que se ele próprio não buscar o conhecimento e de forma continuada nada se concretizará em sua totalidade, pois o processo não deve ser pensado de forma individual, pois a partir do momento em que o professor se capacita para trabalhar com determinada ferramenta educacional passará a desenvolver e a questionar as possíveis formas e soluções de desenvolvimento, não apenas para si, mas para todo o conjunto educacional da qual ele faz parte.

Idealiza-se um novo mundo, vivencia-se onde é de fundamental importância compreender que os valores na sala de aula são totalmente diferenciados, os educadores têm por grande necessidade compreendê-los e adquiri-los para as suas práticas educacionais na conjuntura atual:

Um desenvolvimento importante no pensamento atual sobre a educação é que agora reconhecemos a necessidade de os alunos desenvolverem habilidades de aprendizagem por toda a vida. A internet é um mecanismo ideal para incentivar os alunos a assumirem responsabilidade pelo seu próprio aprendizado. Tendo a oportunidade de acessar recursos de aprendizagem na internet, os alunos tornam-se participantes ativos na sua busca pelo conhecimento (HEIDE, 2000, p.36).

É de fundamental relevância a compreensão pelo educador de que o mundo está evoluindo de forma rápida e eles devem começar a admitir que só a sua formação acadêmica não é o suficiente para a vida profissional, o aperfeiçoamento dos seus conhecimentos e de estarem atualizados com as novas técnicas que vão surgindo.

A dialética entre a competência do saber sistematizado e a competência do fazer pedagógico tem que ser respeitada com qualidade e acima de tudo como zelo, praticidade e comprometimento com a ação educativa.

ASPECTOS TEÓRICOS CONCEITUAIS SOBRE A EDUCAÇÃO

A sociedade mundial passou ao longo dos séculos por uma série de transformações nos mais diversos setores, sejam eles os econômicos, os sociais e conseqüentemente os educacionais que têm uma relação intrínseca com a sociedade. O que compreende Lastres (1999, p.34.) ao afirmar que:

Nas duas últimas décadas do século XX, o cenário mundial sofreu significativas transformações tecnológicas, organizacionais, geopolíticas, informacionais, educacionais, comerciais, financeiras, institucionais, culturais e sociais, em função

da nova ordem mundial que está inter-relacionada com a Revolução da Informação e do conhecimento.

Diversos questionamentos e princípios que antigamente eram tidos como essenciais para o desenvolvimento dos indivíduos, principalmente os valores morais, que antes eram tidos como primordiais para o bom desenvolvimento do ser humano, hoje passaram a ser colocados em segundo plano, o que acabou por refletir na sala de aula, a educação deste século deve buscar uma educação que vise formar para a autonomia, devendo fomentar nos educandos a curiosidade e a criticidade.

No contexto evidenciado, compete ao educador incentivar a construção de competências humanas, objetivando um olhar crítico e consciente sobre a realidade, perpassando por uma prática do educador que venha a desenvolver em sala de aula tais competências e contribuir para a formação de um indivíduo responsável, independente e cidadão, um sujeito autônomo e responsável por seus atos.

Deve compreender ainda que o século em que estamos inseridos apresenta uma série de características e divergências múltiplas, entretanto, para um ajuste do sujeito aprendente ao a este século é necessário que se faça presente na educação e em sala de aula o uso das tecnologias da informação e comunicação, a fim de que a educação caminhe no compasso da sociedade, formando alunos competentes para enfrentar o mundo, para que efetivamente ocorra o desenvolvimento das competências para o enfrentamento da realidade que se requer o professor deverá também ser desenvolvido e formado para essa direção. Segundo estas ideologias deve se idealizar uma perspectiva voltada para uma educação nova e para um novo mundo. Gadoti (2000, p.32) ressalta que.

Educar para um outro mundo possível é fazer educação, tanto formal, quanto não-formal, um espaço de formação crítica e não apenas de formação de mão-de-obra para o mercado; é inventar novos espaços de formação alternativos ao sistema formal de educação e negar a sua forma hierarquizada numa estrutura de mando e subordinação; é educar para articular as diferentes rebeldias que negam hoje as relações sociais capitalistas; é educar para mudar radicalmente nossa maneira de produzir e de reproduzir nossa existência no planeta, portanto, uma educação para a sustentabilidade.

Compreende-se, portanto que o processo educacional é um conceito múltiplo e que pode de certa forma ocorrer-nos mais diversos espaços e condições não se restringindo especificamente a sala de aula, mas sim a todos os ambientes em que ele esteja abito para ocorrer.

Com relação à educação no Brasil, Freire (2002, p.72) ao fazer referências, afirma que:

Sob essa ótica é importante ressaltar que a Sociedade do século XXI e em especial a brasileira, busca uma educação que vise formar para a autonomia devendo fomentar nos educandos “a curiosidade e a criticidade”; considerando que um educador que busca despertar esses aspectos em seus educandos, não pode basear-se apenas na memorização mecânica (FREIRE, 2002).

O educador do novo século tem uma tarefa de grande responsabilidade e difícil pela frente, sob o formato de um desafio a ser enfrentado, pois ele encontrará um público diferenciado e acima de tudo com bagagens culturais múltiplas que de certa forma influenciará na diversidade das suas futuras metodologias.

O educador encontrará metodologias inovadoras para compartilhar com o aluno no seu cotidiano e, além disto, considerar a bagagem cultural que o aluno carrega o que de certa forma cabe ao professor transformá-la em conhecimento sistematizado, transformar o conhecimento do dia a dia em saber formal.

Então, os próprios conceitos se formam no aluno a partir das suas experiências de vida e a escola sistematiza esses conhecimentos e tem o papel fundamental de voltá-los para a sociedade de forma prática esses conceitos reconstruídos na escola.

Neste sentido o profissional da atualidade deverá estar preparado para partir para uma abordagem educacional voltada para o desenvolvimento em si e no aluno de competências para o enfrentamento das dificuldades do século XXI, repensando o seu papel enquanto educador, fazendo sempre uma ponte entre o que aprende e a realidade.

Portanto, é necessário que o professor deste novo século, reflita e compreenda que ele está inserido em um novo modelo educacional em que os alunos estão totalmente modificados pelos contextos sociais em que estão inseridos e que a formação do educador de hoje deverá estar voltada para tal perspectiva, sendo importante a formação continuada desse profissional para que não fique defasado em relação aos seus alunos.

Considerando tais processos em constantes transformações, é necessário, o desenvolvimento cada vez mais significativo das práticas do professor e o desenvolvimento das relações interpessoais que são fatores primordiais, igualmente a aquisição de práticas construtivas para o bom desempenho e desenvolvimento das aprendizagens dos educandos, comungando com o seu interesse e as suas necessidades para o mundo social.

A educação apresenta sim um papel significativo no século XXI, pois tem o papel de mudar questionamentos a cerca da sociedade e refletir sobre esta, então cabe a educação também desenvolver e assimilar processos que tenham como tarefa primordial desenvolver o

aluno integralmente, conectando-o e interligando todos os aspectos de desenvolvimento e tornando o indivíduo capaz de enfrentar o mundo que o cerca. Para que a educação possibilite uma mudança no cenário mundial, é relevante que atinja os quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a viver juntos, aprender a fazer e aprender a ser, igualmente atingir os sete saberes à educação do futuro que são a necessidade de conhecer o que é conhecer; a capacidade de conhecer o conhecimento; a capacidade de ensinar a condição humana; a identidade terrena; enfrentar as incertezas; ensinar a compreensão; ensinar a ética do gênero humano.

Para Lessa (2011, p. 29):

Entende-se que a educação do século XXI não tem a finalidade única de preparar os alunos para o mercado de trabalho, mas facilitar a adaptação aos diferentes trabalhos que aparecem com a evolução da produção diante da globalização, onde talento e criatividade são importantes, assim como formar cidadãos democráticos e conscientes dos seus direitos e deveres e que resgate o ser humano existente dentro de cada um de nós. Para que o trabalhador tenha condições de atender a todas estas exigências, é preciso que a educação do século XXI esteja voltada para o desenvolvimento do aluno como um todo.

A educação do momento não pode se fixar apenas ao mercado de trabalho, mas sim preparar o sujeito para o mundo globalizado e formando o indivíduo para ser um cidadão crítico e qualificado para participar dos processos democráticos conscientemente, refletindo sobre os direitos e deveres no contexto social, então o aluno no mundo contemporâneo deverá ser preparado integralmente.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é cultura?* 26.^a ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2000.
- CURY, Antonio. **Organização e métodos: uma visão holística.** – 7. ed. rev. E ampl. – São Paulo: Atlas, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17.^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa.** 25. ed. São Paulo; Paz e Terra, 2002, 54p. (Coleção Leitura).
- GADOTTI, MOACIR. **Perspectivas atuais da educação.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.14, n. 2, 2000.
- HEIDE, Jan B. “**Interorganizational Governance in Marketing Channels,**” *Journal of Marketing*, 58 (January), 71–85.2000.
- LASTRES, H. M. M. **Informação e conhecimento na nova ordem mundial.** *Ciência da Informação*, v. 28, n. 1, 1999. Disponível em: <[http://www. ibict.br/ cionline/28019910.html](http://www.ibict.br/cionline/28019910.html)>. Acesso em: 10 jun. 2014
- LESSA, Livia. *A Sociedade em Rede.* São Paulo: Paz e Terra, 2011
- MARIA, Luzia de. **Leitura e colheita: Livros, leitura e formação de leiores** 2^a Ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2008.
- VYGOTYSKI, L. S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

EDUCAÇÃO BÁSICA NA ERA TECNOLÓGICA: DIFICULDADES E AVANÇOS NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Francineide Soares da Silva Oliveira¹⁵

Francisca Clivaneide de Abrantes¹⁶

Lucivania Casimiro Sarmiento¹⁷

Maria do Socorro Antunes P. Ferreira¹⁸

Sandra Mara de Lima S. de Abrantes¹⁹

Luiz Marcelino de Oliveira 6

RESUMO

O presente trabalho visa fazer um estudo em forma de análise a respeito dos avanços e dificuldades encontradas na escola, mais precisamente na sala de aula, tanto por alunos, como também pelos profissionais da educação. Sabemos da grande contribuição que tivemos com o surgimento das tecnologias da informática e da comunicação, porém, devemos ter consciência dos prejuízos causados por estas se não utilizadas de forma coerente, quer seja nos estudos, em se tratando do aprendizado, dos relacionamentos pessoais e até mesmo da violência causada principalmente psicológica. Trata-se de um novo modelo de comunicação que garante o acesso do indivíduo à pesquisa e dissemina várias informações em tempo real, porém, se faz necessário que o internauta analise, interprete de forma consciente e transforme estas em conhecimento, em benefício de seu próprio aprendizado e, daqueles que o rodeiam. Vivemos numa sociedade cada vez mais exigente, fruto do capitalismo, onde quem sabe mais, torna – se detentor do poder, e do direito de dominar aquele que detém um pouco de conhecimento ou não teve acesso à ele. No entanto, a única forma de se libertarmos dessa escravidão é buscando o conhecimento, quer seja na escola, em cursos, enfim, se utilizando também desses novos aparatos. Sabemos que nem todos tem acesso, devido a questões financeiras, porém devemos admitir que determinadas fontes de informação tem facilitado também a busca de conhecimento de muita gente e, se fizermos uma retrospectiva, depararíamos com fontes de pesquisas bem limitadas, que por sua vez dificultaria o processo ensino - aprendizagem.

Palavras – Chave: Dificuldades. avanços tecnológicos. ensino público.

¹⁵ - Graduada em História – UFCG, pós-graduada em Geopolítica – FIP e mestranda em Docência da Educação pela Sapiens.

¹⁶ - Graduada em Pedagogia – UVA, pós-graduada em Supervisão Escolar – FIP e mestranda em Docência da Educação pela Sapiens.

¹⁷ - Graduada em Pedagogia – ISEC, pós-graduada em Psicopedagogia – FIP e mestranda em Docência da Educação pela Sapiens.

¹⁸ - Graduada em Letras – UFCG, pós-graduada em Linguística e Língua Portuguesa – ISEC e mestranda em Docência da Educação pela Sapiens.

¹⁹ - Graduada em Letras – UFCG, Pós-graduada em Linguística e Língua Portuguesa – ISEC e mestranda em Docência da Educação pela Sapiens.

6- Luiz Marcelino de Oliveira é graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú- UNAVIDA- PB, especialista em Supervisão Escolar pela Faculdade Integrada de Patos - FIP, Coordenador do Mais Educação da Escola João Alexandre de Oliveira, Marizópolis- PB, supervisor escolar no Município de Vieirópolis- PB e Tutor do Formação pela escola virtual pelo FNDE.

1- EDUCAÇÃO BÁSICA NA ERA TECNOLÓGICA: DIFICULDADES E AVANÇOS NO CONTEXTO EDUCACIONAL

1.1 A Realidade Informacional no Século XXI

De acordo com Manuel Castells (2005), um novo estilo de comunicação, produção e vida foi efetivado durante a década de 1970 nos Estados Unidos, quando um seguimento específico da sociedade se integrou com a economia global e a geopolítica mundial.

Devido ao surgimento da internet, um novo paradigma social veio a ser constituído, uma vez que, esse foi um dos exemplos de transformação tecnológica ocorrido, que de fato mudou o comportamento da sociedade. Em se tratando da cultura de liberdade, inovação individual e iniciativa empreendedora, novos ambientes e comunidades virtuais foram criados e a perspectiva é que, um maior público tenha acesso, num menor espaço de tempo possível.

As tecnologias digitais estão cada vez mais presentes no cotidiano da vida social, seja entre as crianças, jovens ou adultos.

Partindo desse paradigma, fica claro percebermos os impactos e as consequências advindas das transformações tecnológicas, quer sejam na geração nascida a partir dos anos 2000, no comportamento social ou nas relações culturais.

Fruto das novas tecnologias também é o ensino a distância (EAD), uma nova modalidade que permite ao aluno estudar sem sair de sua residência, tendo em vista esse modelo de ensino, várias adaptações devem ser feitas, a exemplo da postagem atividades no prazo certo, há espaços específico para retirar as dúvidas, foi subtraído do aluno o momento de encontro com o colega, o contato corpo a corpo com o docente, no entanto, é perceptível que a figura do professor é insubstituível, pois, mesmo que seja do outro lado da tela, ele se encontra presente.

Este estudo nos leva a identificar os pontos positivos e negativos das tecnologias que contribuíram ou dificultaram a melhoria do processo ensino – aprendizagem, nos redimensiona a observarmos um novo horizonte, a refletirmos nossa práxis pedagógica, enquanto docente na sala de aula, em que precisamos melhorar, a adaptarmos o currículo escolar às novas tecnologias ou vice-versa. Utilizando como estratégia de estudo as leituras e análises das pesquisas bibliográficas de vários estudiosos.

Necessitamos pesquisar a respeito do tema, uma vez que este permeia nosso ambiente de trabalho e até mesmo nossa vida pessoal, fazemos uso dos recursos tecnológicos e, precisamos utilizar as melhores estratégias de como lidar com nosso alunado, tendo em vista que, estas ferramentas podem contribuir de forma construtiva ou destrutiva, dependendo da forma que for conduzida.

1.2 O Rápido Avanço Tecnológico no Campo da Educação

Atualmente, percebemos que o rápido avanço tecnológico nos traz grandes impactos no campo da educação, um deles é o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no processo de ensino/aprendizagem, alterando o uso do tempo e espaço, no ensino tradicional.

Corroborando no diagnóstico desse obstáculo entre o professor e aluno na era digital, usamos a seguinte citação:

Na junção destas duas realidades poderá surgir uma Barreira Digital entre professores e alunos. Daí que reconhecer as diferenças nos estilos de aprendizagem destas duas gerações, deve ser o primeiro passo que os professores devem dar para adotarem programas e ferramentas educativas eficazes para os seu «novos» alunos, porque os estudantes da Geração Net não quererão ouvir uma palestra de uma hora, mesmo quando acompanhada de diapositivos! (JESUS, 2007).

O professor deverá se apropriar do conhecimento necessário para migrar para a cultura digital, tornando-se portanto um migrante digital, utilizando as TICs como ferramentas do processo ensino e aprendizagem, interagindo da melhor forma possível com a nova linguagem produzida no contexto do nativo digital. Ao agir dessa forma, o professor se aproxima do aluno, de forma social e cultural, e a hipótese é de que o trabalho coletivo e colaborativo em sala de aula, entre ambos, possa ocorrer com maior fluidez.

No sentido de fornecer auxílio ao desenvolvimento do indivíduo como um todo, pode-se ter como aparato facilitador as TICs, porém elas não substituirão o papel do professor. O professor é quem auxilia e orienta os alunos, elas poderão ser facilitadoras do processo, mas não a solução dos problemas existentes na escola e na sociedade.

A Sociedade da Informação exige das pessoas habilidades em aprender a lidar com a informação e suas ambivalências, além disso, exige competências individuais para lidar com a informação em seu contexto pessoal, profissional e social. A problemática do contínuo aprimoramento dos indivíduos contempla a necessidade de capacitação e desenvolvimento na busca pela competência.

Segundo Campello (2003), em 1998 a American Association of School Librarians/Association for Educational Communications and Technology divulgou o Information Power, com a finalidade de explicitar as habilidades informacionais a serem desenvolvidas na escola, demonstrando as possibilidades da aplicação da competência informacional no âmbito dos conteúdos curriculares. O documento que tem o foco nas bibliotecas escolares de ensino básico baseia-se fortemente no conceito de competência informacional para definir além das habilidades informacionais, as funções desse tipo de biblioteca e do profissional que nela atua. Este visa demonstrar o poder da informação, buscando construir parcerias para o desenvolvimento da competência informacional nas escolas.

Nesta perspectiva foram descritas nove normas a serem seguidas pelos professores para desenvolver a Competência Informacional junto aos alunos, sendo divididas em três aspectos: o da Competência Informacional, o da Aprendizagem Independente e da Responsabilidade Social. As normas definidas pelo Information Power são:

a) Competência Informacional

1. O aluno que tem competência informacional acessa a informação de forma eficiente e efetiva.

2. O aluno que tem competência informacional avalia a informação de forma crítica e competente.

3. O aluno que tem competência informacional usa a informação com precisão e com criatividade.

b) Aprendizagem Independente I.

4. O aluno que tem capacidade de aprender com independência possui competência informacional e busca informação relacionada com os seus interesses pessoais com persistência. II.

5. O aluno que tem capacidade de aprender com independência possui competência informacional e aprecia literatura e outras formas criativas de expressão da informação. III.

6. O aluno que tem capacidade de aprender com independência possui competência informacional e se esforça para obter excelência na busca de informação e de geração de conhecimento.

c) Responsabilidade Social

7. O aluno que contribui positivamente para a comunidade de aprendizagem e para a sociedade tem competência informacional e reconhece a importância da informação para a sociedade democrática.

8. O aluno que contribui positivamente para a comunidade de aprendizagem e para a sociedade tem competência informacional e pratica o comportamento ético em relação à informação e à tecnologia da informação.

9. O aluno que contribui positivamente para a comunidade de aprendizagem e para a sociedade informacional tem competência informacional e participa efetivamente de grupos, a fim de buscar e gerar informação. (CAMPELLO, 2003).

Outro documento que potencializa a importância da competência informacional para os indivíduos é a Declaração de Alexandria; ele também trata do aprendizado ao longo da vida e, mais que isso, declara que esses dois elementos são os faróis da Sociedade da Informação, que visam iluminar os caminhos para o desenvolvimento, a prosperidade e a liberdade.

REFERÊNCIAS

FREITAS, Rafaela Paula de. **Competência informacional e recursos...**
pgcin.paginas.ufsc.br.

SANTOS, Maurício Nascimento dos. **A Realidade Informacional no Século XXI.**
www.pucsp.br. Acesso em: 19 jun. 2014.

FUNÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA NA ESCOLA

Maria Gercina do Nascimento²⁰

Wilka Morais Feitosa

RESUMO

A escola é uma instituição que tem por função primordial ampliar de forma sistemática a aprendizagem das novas gerações e a família é a célula mãe da sociedade como um todo. Sua maior função social na escola é garantir que seus filhos recebam incentivo cognitivo em seu lar, ter frequência cem por cento onde estuda e tudo que acontece na escola a família é a primeira a compartilhar, consciente de que o sucesso do aprendizado é função de todos. A família precisa compreender que a escola não é um depósito de pessoas é um lugar que vai trabalhar seu filho da melhor forma possível para que ele melhore a experiência familiar, adquira novos saberes e aprenda a conviver com as diversas restrições que o nosso viver nos exige. Cada família tem por dever acompanhar, participar e ter certeza de que seu filho está melhorando seu aprendizado. Convivemos com o fato de que uma grande maioria dos pais são analfabetos e dizem que não tem como ajudarem seus filhos. Este nosso trabalho tem por objetivo mostrar que os pais não precisam ser letrados para ajudarem seus filhos, porque só o fato de visitar a escola, frequentar os eventos, assistir as reuniões bimestrais, perguntar como foi a aula, determinar hora de estudo e preparo das tarefas e até mesmo um simples abraço na saída e na chegada da ausência entre lar e escola são ferramentas essenciais para que o alunado compreenda que seus pais se interessam pelo seu aprendizado, sem família tudo perde seu brilho, porque é da estrutura familiar que tudo começa, não a cor nem o credo nem a raça tudo que importa é o alicerce social que esta família representa.

PALAVRAS-CHAVE: Família, Sociedade, Escola, Aprendizagem, Sucesso.

INTRODUÇÃO

O trabalho a seguir tem por objetivo mostrar que o núcleo familiar é fundamental para que a escola explore seus princípios fundamentais quer cultural, cognitivo, social, econômico, religioso ou de qualquer natureza. Apresentaremos nosso trabalho em três itens: primeiro, Função da escola, segundo, Responsabilidades da família, terceiro, Visão social da comunidade.

Mostraremos nestes nossos simples relatos que iniciamos nossas experiências vivenciais em nosso lar, que se nos sentimos, amados, incentivados e responsabilizados por nosso progresso vivencial é bem mais fácil a escola melhorar este nosso aprendizado e nos transformar em homens de bem, inteligentes, sociais, humanos, fraternos, humildes e prontos para facilitar dias melhores para todos.

²⁰ Aluna do curso de Mestrado em Docência da Educação Brasileira – (MT-edb), Faculdade DO NORTE DO PARANÁ – FACNORTE e intermediada pela FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS – SAPIENS.

Nós continuamos aprendendo na escola onde melhoramos nossa aprendizagem, despertamos para realizarmos nossos sonhos infantis e adquirimos asas para planar no ápice dos nossos empreendimentos e ajudarmos o mundo a continuar progredindo para manutenção dos empreendimentos do presente, garantindo os avanços do futuro sonhado.

01. FUNÇÃO DA ESCOLA

Garantir as condições básicas para que o alunado possa construir os instrumentos que o capacite para o processo de educação permanente. Para tanto precisamos contar não só com um processo de ensino adequado a exploração de uma aprendizagem eficiente como de uma metodologia de certificação e comprovação de hipóteses na construção do conhecimento.

A escola é um verdadeiro laboratório onde se operem transformações de comportamento moral, social e cognitivo do ser. Com raras exceções, somos todos uns ilustres acomodados, presos aos limites dos nossos programas pessoais". (Schneider, 1982, p.7)

Segundo o autor é na escola que transformamos as nossas limitações primitivas e podemos contribuir para o engrandecimento geral. Isto acontece graças a construção de argumentação capazes de controlar os resultados, mantendo um desenvolvimento crítico pronto para favorecer a criatividade, a compreensão dos limites e alcances lógicos das explorações propostas. A escola também favorece uma dinâmica de ensino que favorece não o descobrimento das potencialidades do trabalho individual e coletivo. Isso implica no estímulo e na autonomia dos sujeitos em preparo estudantil, desenvolvendo o sentimento de segurança em relação as suas próprias capacidades interagindo de modo orgânico e integrado num trabalho em equipe e, portanto, sendo capaz de atuar em níveis de interlocuções mais complexas e diferenciadas.

A vida interna de uma escola que está sempre preparada para modificar mentes, molda-se por sua própria lógica, sua dinâmica e seus hábitos. A escola sempre esteve bastante influenciada pelas pressões, restrições e desafios do mundo interior. Mas esta é uma realidade que precisa ser mediada entre a flexibilidade interna, o poder de escolhas e respostas alternativas as pressões externas e as forças inovadoras do interior escolar.

O amor inteligente fundamenta uma mente brilhante a saúde psíquica, amplia os horizontes intelectuais, libera o imaginário, promove a arte de se interiorizar, refina a capacidade de absorver. (CURY, 2010, p.20)

Segundo o autor a escola é um ótimo ambiente para fundamentar tudo isso. A escola geralmente dá mais importância ao desenvolvimento intelectual do que aos outros aspectos. Mas principalmente em regiões menos favorecidas, cabe a escola suprir as deficiências da comunidade e contribuir para o desenvolvimento físico, emocional e social dos alunos. Isto é importante a medida em que o desenvolvimento humano se faz de forma integral e global, envolvendo todos os aspectos. É evidente que a realização do professor enquanto instrutor orientador e exemplo enquanto participante das atividades de seus alunos e da comunidade depende também das condições de trabalho. Já que a população e os professores devem trabalhar para que os poderes públicos tomem consciência da importância da educação para que o país cresça com uma sociedade harmônica, economia farta, tranquilidade, plena, saúde excelente e tudo que necessita.

02. RESPONSABILIDADE DA FAMÍLIA

A vida escolar sempre guarda alguma relação com a vida na escola. E a maior responsabilidade da família é proporcionar as experiências principais para que as crianças ao chegar na escola possa dar continuidade ao seu processo educacional. Grande parte da influência dos pais provém de como eles encaram a aprendizagem escolar. Pois na verdade a falta de progresso do alunado está na maioria das vezes relacionado com o ambiente familiar. Não basta colocar os filhos na escola, comprar livros, dizer aos filhos para ler e acordá-los na hora de ir a aula. Importante mesmo é o acompanhamento que a família faz com sua prole.

Ter filhos na escola é como depositar uma semente no solo da terra para germinar esta necessita de uma cova aconchegante, uma terra fértil, água, adubo, limpeza adequada, visita e trato para que a nova planta cresça saudável e dê bons frutos. Assim quem vai a escola necessita além de uma escola de qualidade de um acompanhamento especial, visita, pergunta, diálogo, hora de estudo, ver resultados e o interesse em saber o desempenho em sala de aula. Além de assistir reuniões participar dos eventos da escola, sempre fazer o filho compreender que é o saber quem faz nossa vida brilhar e deixar transparecer aos filhos que eles são a razão do bem estar familiar e que o bem estar de todos eles é o principal objetivo da família.

Normalmente os filhos reagem, não gostam de lamúrias, assim, eles querem amor e não esta constante lembrança do sacrifício. Querem amores espontâneos, dados, e

não ladainha eternas de quem suplica retorno compreensão e piedade. (Schneider, 1982, p.16)

Segundo o autor muitas vezes os filhos reagem diante de certas atitudes dos pais, mas é um dever de cada pai cuidar do seu filho. Os pais que se ama reflete esse amor em seus filhos e com isso eles se sentem confiantes, seguros, amantes da vida. Amor não significa dar liberdade absoluta. Na escola as crianças bem amadas geralmente são participantes interessadas, procuram entender o que está acontecendo, são entusiasmadas com as atividades que acham úteis. E em termo de convivência social, geralmente são respeitadoras dos outros e sempre tem seus pontos de vista que procuram difundir.

Quando a criança vive mal financeiramente desempregados, doentes, o resultado na escola dificilmente é proveitoso: os problemas dos pais, suas atitudes negativas diante da vida e dos outros passarão a prejudicar seus filhos. Não se pode tentar corrigir apenas o efeito, o comportamento, manifesta, sem analisar suas causas. Mas sempre as faltas dos pais em especial de amor implica em: alunos que roubam, são infelizes ficam apáticos, sonhadores, nervosos, cheios de ódio, prostitutas, imperativas, gênicas e com tantos males que não se encontra como curá-lo. Portanto lembre-se que dar vidas a responsabilidade dobra em todos os sentidos.

03. VISÃO SOCIAL DA COMUNIDADE

A sociedade é responsável pela visão clínica dos indivíduos porque é ela quem determina que tipo de gente quer ter. Pois todas as leis, cultura, costumes e saberes nascem do particular para o geral. As leis são feitas e executadas pelo próprio homem com a finalidade de manter o respeito a dignidade e a harmonia social. Nela encontra-se as seguintes visões: moral, casamento, emprego, religioso, sacramento, escolas, lazer e tudo que faz parte do viver pacato, visão social organização dos eixos sociais que podem ser frequentados e vivenciados pelos componentes das diversas linhas de convivência.

Sendo a sociedade a razão e o porque das organizações precisa garantir padrões de sua visão em todos os sentidos: religioso, econômico, culturais, trabalhistas, Arcaico, moderna, harmonia de guerra, de pavor, festinha, e em todas as estratégias desenvolvidas pelo poder remanescente do povo. É a sociedade o mal e o remédio de todos os entraves sociais, afinal são agrupamentos organizados de pessoas que convivem com os mesmos objetivos históricos e que sua coletividade forma o corpo social.

Remédio profundo é o mais eficiente para humanizar o mundo e sermos gente, bem-gente: joelhos em terra, trabalho, esforço, perseverança e mãos em prece assiduamente. (Miramez, 1986, p.26)

Segundo o autor precisamos harmonizar o mundo, mesmo sabendo que a maior parte da população brasileira pertence a classe dos que enfrentam enormes dificuldades, podemos dizer que a competência da visão social é que seleciona os melhores ou piores seguimentos sociais a fim de termos o que buscarmos. Até porquê é o plano econômico que permite novos métodos e ferramentas que possibilitam o aumento da produção de alimentos, ressurgimento de novas cidades e de todas as melhores, na cultura novas universidades, aquisição de conhecimentos, valorização do ser humano, no plano político a fragmentação do poder, no plano social fortalecimento e surgimento de novas classes sociais e no plano religioso o surgimento de novos líderes religiosos.

Nada pode existir se não pelo consentimento de Deus e a vontade dos homens, portanto a visão social tem por obrigação desenvolver as políticas sociais procurando atingir as questões que libertam ou por vezes monopolizam o que é social, todas as mudanças da estrutura social. Não é apenas um total de indivíduos é um composto original da realidade construída em grande parte de manifestações psíquicas, sentimentos ideais, juízos e forma de condutas inspiradas nesse estado de consciência.

Diz-se que através da visão social vários grupos convencionam por em comum seus mais sagrados anseios e esforços para um determinado fim. E que sem essa prática de atos pode se realizar qualquer ação.

CONCLUSÃO

Concluindo quero dizer que a função social é essencial para que o mundo continue existindo. Pois se esta função particulariza-se nas famílias que lotam uma empresa escolar, grande parte do sucesso da escola e andamento do alunado só acontece com o apoio familiar.

Quando trata-se de escola só progride se as que fazem estiver de mãos dadas e em sua visão geral organiza todos os seguimentos com a maior competência. Nenhum seguimento existe aleatoriamente, uns unem-se aos outros e temos o todo social.

Foi mais um avanço cultural termos nos debruçado sobre essa parte social porque nos inspirou não só a cumprir nossa parte nas aulas presenciais do curso, mas a adquirir um pouco

mais de experiência observando que tudo que existe obedece a uma hierarquia social e que cada seguimento procura formas adequadas de organizar sua fatia social e que o conjunto funcional de todas essas fatias dar forma ao que chamamos de sociedade de forma que somos muitos em só corpo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SCHNEIDER. **Coisas de Cada Dia**. São Paulo: Loyola, , 1982.

CURY. **Mentes Brilhantes, Mentes Treinadas**. São Paulo: Academia de Inteligência, 2010.

MIRAMEZ. **Vamos Orar**. Belo Horizonte: Scala, 1986.

IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA REGULAR

Maria Gercina do Nascimento²¹

Wilka Morais Feitosa

RESUMO

Veremos no artigo em discursão a importância da educação inclusiva na Educação Regular. Se a educação é um direito de todos não temos porque não incluir os que são especiais nos saberes sistematizados da escola, desde que esta tenha recursos físicos, humanos e pedagógicos, a fim de garantir resultados satisfatórios tanto de forma regular quanto especial. Nosso objetivo primordial é discutir formas organizacionais de atendimento a este público que tem sido motivo para muitas discursões nas políticas pedagógicas de atendimento educacional. Nota-se que a escola não tem preparo para lidar com esse público, mas que por Lei está na obrigação de recebê-lo. Vem dessa fonte a necessidade do Sistema Educacional de Educação, aperfeiçoar as políticas educacionais já existentes, de forma que as escolas não entrem em desespero porque não sabem o que fazer para atender as necessidades especiais, incluídas no plano regular de ensino. Nossa curiosidade é saber até que ponto as escolas, professores, famílias e o contexto envolvido no educar, estão preparados para atender os educandos como um todo. Que a escola tem que concordar com a Lei, são indiscutíveis, que elas estão na escola é evidente que sim, mais se estão progredindo é a questão, pois o fato de está na escola não diz que está incluída, discutiremos este fato a seguir tendo por base os intelectuais no assunto.

Palavras-Chave: Educação. Inclusiva. Escola. Professores. Famílias.

²¹ Aluna do curso de Mestrado em Docência da Educação Brasileira – (MT-edb), Faculdade DO NORTE DO PARANÁ – FACNORTE e intermediada pela FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS – SAPIENS.

INTRODUÇÃO.

Discutir educação inclusiva tem sido palco das discussões acirradas nas políticas educacionais do momento, pois tanto as escolas públicas e particulares estão cheias de educandos com necessidades especiais. Porém sente-se uma notável insegurança nos que fazem a escola, por não estarem devidamente preparados para lidar com essa nova situação.

O artigo em pauta tem por objetivo mostrar a situação do momento, propor alternativas e acrescentar nossos saberes já adquiridos. Encontra-se devido em cinco itens: Escola Instituição orientadora Conciliação entre as diferenças de ritmos de aprendizagem inclusão em debate.

Inclusão um direito social e visão pedagógica a nível de inclusão.

Faremos uma pesquisa descritiva observando os autores e falando o que sentimos em relação ao assunto, servirá para acrescentar nossos conhecimentos participando um pouco mais das lutas, das pessoas com deficiência buscando seus direitos sociais e ao mesmo tempo estaremos contribuindo para tornar realidade o objetivo da inclusão tão ousada tornar-se realidade. Já que a educação não só é direito de todos, como é o conjunto dos meios e fins utilizado pelos encarregados do educar, para transformar a sociedade em pessoas convivendo em harmonia, tanto respeitando quanto progredindo um ao lado do outro com ou sem limitação.

01. ESCOLA INSTITUIÇÃO FORMADORA

A Educação

Didaticamente a educação é o processo de preparações físicas, sociais e intelectuais das novas gerações a fim de que possam substituir os desfalques causados pela ação do tempo, no educar extrai-se de cada indivíduo todas as virtualidades que possam a ser polidas, ampliadas e atualizados conforme as ditames sociais da época, tempo e espaço, com o educar chega-se a plenitude das orientações das orientações trabalhadas.

A sociedade comum, em quase todo o mundo, é campo de batalha, nesse particular, em vista da condenável influência dos que se impõem por doutores em informações descabidas. Pretenciosas autoridades nos pareceres gratuitos espalham a perturbação e geral, adiam realizações edificantes... (Xavier, 2012, p.43).

Segundo o autor a sociedade é um eterno campo de batalha, onde uns vivem querendo tirar vantagens em cima de outros. Em se falando de educação especial inclusa na

educação regular queremos dizer que, o especial tem apenas um ritmo limitado e diferenciado dos demais, mas nada que não lhes dê possibilidades de aprendizagem. Só que esta aprendizagem necessita de acompanhamentos técnicos pedagógicos que possibilitem aos educandos de forma geral um aprendizado eficiente.

Emília Ferreiro e Ana Teberosky atestam que as crianças não entram vazias para as escolas, sem saberem de nada sobre a língua e a linguagem. Para elas toda criança passa por quatro fases antes de serem alfabetizadas Pressilábica, Silábica, Silábica alfabética e Alfabética”. (2012, p.46).

Na educação especial isso não é diferente só nos falta preparação, visto que o professor é elemento decisivo do aprendizado do alunado. Costumamos dizer que, o processo da aprendizagem é igual a fórmula da água H₂O, no aprender o aluno é hidrogênio e professor é oxigênio, um é tão importante quanto o outro. Não existem só aprendizes nem apenas professores. Neste sentido a proposta da educação especial, afirma que o fracasso escolar da proposta pedagógica não é individual e sim social que tem por base a formação dos professores capacitados.

Mudar programas e práticas educativas tem sido grande preocupação dos dirigentes das políticas pedagógicas. No Brasil de hoje milhares de pessoas com algum tipo de deficiência estão sendo direcionados nas comunidades em que vivem sendo acomodado nas escolas regulares, mas sem uma pedagogia capaz de satisfazer as necessidades específicas dessa nova clientela. Tem faltado o aprimoramento do sistema educacional de ensino no sentido de tornarem aptos a incluírem todas as crianças independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.

“Em cada dia de luta é indispensável atentar para utilização do vaso de nossas possibilidades individuais. Vivemos ainda o sono da indiferença”. (XAVIER, 2012, p.169). Segundo o autor devemos utilizar nossas possibilidades para atender ao nosso público sem nenhuma exclusão, até porque todo e qualquer indivíduo tem algo a ser trabalhado. Embora tínhamos conhecimento que a exclusão aconteça bem antes do atendimento escolar, pois inicia-se no momento em que alguém apresenta qualquer tipo de deficiência. Desse momento em diante estes seres passam para os excluídos e a sociedade faz de conta que eles não existem.

É preciso perguntar sempre quais são as condições de ensino e as demandas reais dos alunos para aproximar as estratégias pedagógicas das estratégias sociais de intervenções. (SAVIANI, 2006, P.162). Segundo a citação a prática permanece no senso comum e as teorias de educação a nível de Consciência filosófica. Sendo que a política Pedagógica não é

totalmente concreta no meio social. É por falta de esclarecimento social as deficiências vão se tornando doença crônica, um peso ou um problema. Assim as que são agraciados com a cegueira, surdez, deficiência mental, físicas e outras vão sendo transformadas em seres incapazes, indefesos, sem direitos, sempre deixados para o segundo lugar na ordem das coisas. Entre os que lutam é necessário muito esforço para superar as marcas da sua condição.

02. CONCILIAÇÃO ENTRE AS DIFERENÇAS DE RITMOS DE APRENDIZAGEM

Conhecemos conforme a história da nossa Educação o quanto é forte a nossa herança cultural, marcada pelo regime escravocrata. Transporte da cultura europeia e a adoção do modelo capitalista vista como dependente e como obstáculo para o desenvolvimento de políticas educacionais voltadas para os interesses da população. Isso mostra que a exclusão social faz parte do contexto social desde os mais remotos tempos. O aprendizado sistematizado era para a minoria e não para todos. Se era para só para os agraciados podemos imaginar onde ficavam os especiais. Foi graças a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9 394/96) que os especiais começaram a ser vistos.

Graças a Deus, muita gente já começou a descobrir e a simplificar sua vida, a perceber que assim como está, Deus não quer... Mas vocês entendem que o cristão deveria ser mais atento a igualdade entre os homens. (Schneider, S. J. 1982, p.25).

Segundo o autor o povo começa a tomar consciência que está incluso em uma sociedade onde os direitos são iguais, pelo menos no papel. A inclusão dos políticos pedagógicos vem da década de 1990 quando começaram a preparar as escolas para receber os alunos considerados deficientes, técnica e recursos que auxiliam nessa ação, e ganha ênfase o professor como, agente principal desse processo de inclusão e a sua formação.

Partindo dessa lógica, o professor que de forma geral não estava e nem esta preparado para esta novidade, fica perdida diante da realidade dos valores institucionais das relações de valores e conteúdos adequados a vigência do momento e os educandos continuam excluídos porque eles estão na escola mas não incluídos nas didáticas trabalhadas. Fica na escola, na sala, só ocupando lugares, mas não tiram proveito.

Para Martins (1997), a inclusão nessa sociedade, ocorreria por uma marginal, e a questão da exclusão nessa sociedade, constitui-se em um falso problema. Em suas palavras: “o discurso corrente sobre exclusão é basicamente produto conceitual da exclusão, transformada numa palavra mágica que explica tudo”. (p.27).

Segundo o autor a ideia de inclusão é falso, logicamente estamos certos de que não tem passado de um discurso bonito, mas estamos longe de ver essa ideia transformada em

realidade, por enquanto tudo que é verdade é que os diferentes estão saindo dos depósitos no fundo do quintal, da corrente em uma árvore do quintal, ou de determinado lugar da casa, de fazer vergonha por ser diferente. De qualquer forma já é um avanço, diante da situação, em que se ouvia, estuda quem pode, gente pobre não estuda, procura seu lugar. E se tinha uma excepcionalidade qualquer, não fazia parte dos registros, era um peso, desgosto, vergonha e tudo que se possa imaginar, menos gente.

Exata radiografia do coração humano, de cada um de nós nem anjos, nem bestas, nem santos, nem demônios. Pálidas imagens do que deveríamos ser e não somos, aos olhos de Deus nos planos da redenção do Pai. (Schneider S. J. 1982, p.17).

Levando este sentido para a nossa educação quando fizermos tudo que esta no papel, recebermos o preparo relativo as necessidades educacionais, quando as leis forem além de escritos e sancionadas, vivenciadas, as famílias possuírem estrutura: moral, financeira, social, religiosa e seus rebentos não tiverem sendo preparado apenas para vencer, mesmo passando por cima de outros. Precisamos aceitar nossas limitações progredindo e nunca excluindo já que todos possuem habilidades a ser trabalhados.

03. INCLUSÃO EM DEBATE

Refletir sobre inclusão palavra que tem sido pronunciada com tanta frequência em nosso cotidiano, parece até que está sendo feito o que ela encerra em significado em toda sua plenitude. Já que o educar incluindo o fazer de forma humana e democrática o atendimento as crianças com ou sem algo de especial deve ser feito de forma amorosa, mas não piedosa, fazendo com que aconteçam mudanças comportamentais possibilitando o crescimento intelectual, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

As evidências ao longo das ultimas décadas, em termos de funcionamento do Sistema educacional, permitem avaliar que o processo de descentralização pela via da manipulação, induzida pelo governo federal, produziu um efeito desagregador das redes municipais, afetando diretamente a expansão e a qualidade do ensino. (Portela de Oliveira. 2002, p.177).

Segundo a autora o insucesso educacional aumentou com a descentralização, porque tem impedido que haja maior expansão do ensino de qualidade. Tens em mente que a relação professor x aluno deve ser vista como aspecto fundamental da ação pedagógica, mesmo sabendo que no presente o mediar, ensinar, ou facilitar. Esteja mostrando que o professor é visto mais como treinado para agir do que formado para atender. A escola precisa tornar-se no centro da vida extra familiar e ocupar a maior parte do tempo dos educandos e educadores. E

o tratamento igualitário para com todos deve ser essencial, a fim de que nenhuma criança sofra exclusão, deixe de ser amada ou sinta-se insegura. Observa-se que a opinião dos educandos não faz diferença entre eles, portanto, tudo deve ser conduzido no sentido de entusiasmar o grupo a adquirir conhecimentos enquanto vitaliza os já existentes.

04. INCLUSÃO UM DIREITO SOCIAL

Defender os direitos sociais sempre esteve presente nos anseios da humanidade. E tratando-se dos portadores de deficiências, merecem um atendimento especial com uma dose bem maior de atenção do que outras. Por esta razão, a visão social, vem sendo alterada no sentido de sensibilização permanente por parte de grupos e instituições que já atingiram um grau efetivo de compromisso com a inclusão de portadores de necessidades especiais. E em nome da igualdade a escola como um todo vem se preparando para atender de forma positiva os alunos especiais dentro de um contexto unificado entre normais e especiais.

Uma vez que a escola e o mundo social atuam reciprocamente um sobre o outro. “A escola nunca será uma orquestra se cada músico não se afinar. A harmonia entre os músicos e os ouvintes é a compreensão e o respeito a doação, o assumir. E a responsabilidade é o envolvimento com o trabalho”. (Lindalva, 2006, p.21). Segundo a autora, a escola precisa integrar-se, comunicar-se e ser eficaz em suas funções. O professor que aparece como mola mestra do saber partilhado é o maior responsável porque é ele o fundamento educacional da escola, que além de ser um ambiente de transformação é também um lugar de fazer amigo no entrelaçamento das experiências levadas por cada componente da vivência escolar.

E para que haja a verdadeira integração professor aluno em sala regular com especiais, todas as deficiências devem ser do conhecimento do mediador para que seja atendido conforme suas necessidades. Como também a área acadêmica do educador deve ser apropriada para lidar com as deficiências inclusas na sala.

05. VISÃO PEDAGÓGICA E NÍVEL DE INCLUSÃO

Ter uma visão pedagógica a nível de inclusão não só requer habilidades como o preparo cognitivo das ações pedagógicas. Já que o humano é distinto em cada ser humano. Logicamente quando falamos da escola e sua visão pedagógica, estamos tratando da forma adotada por esta ao sistematizar os conteúdos a serem vivenciados em sala. Na visão pedagógica organizamos a ideologia, que deverá conduzir a clientela não só ao progresso

cumulativo como as aptidões a serem reproduzidas pelos formandos em suas vidas profissionais.

Acontece que os nossos alunos vivem em uma nova hera de mudanças interesses rápidos e assustadores, que mexem com todos os aspectos da nossa vida. Visto isso as ações a serem operacionalizadas devem contribuir para que as transformações na área educacional sejam reais e sustentem a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiências

“A escola facilita o papel da educação nos tempos atuais, que seria construir pessoas plenas, priorizando o ser e não o ter, observando as demandas sociais com vistas nas estratégias pedagógicas interacionais”. (Saviani, 2006, p.162). Segundo o autor a escola vigente é vista como facilitadora de saberes. Por um lado precisa continuar investindo na formação de profissionais qualificados, sem descuidar do aperfeiçoamento desses profissionais, por outro precisa inovar o âmbito escolar, mesmo que seja de forma simples do que é possível fazer.

A escolaridade, por meio da implementação das práticas pedagógicas utiliza a diversidade dos aprendizes. E o atendimento aos especiais tem sido visto como: desnecessário, porque eles não progridem, porque falta a vontade dos profissionais e tem omissão da estrutura física da escola. Até mesmo porque muitos não acreditam que alunos especiais progridam em uma sala regular.

CONCLUSÃO

Gostaríamos de falar que nossa conclusão é apenas um intervalo das nossas buscas nesse campo, vamos fechar apenas um pequeno leque dos assuntos pesquisados. Não foi apenas um acréscimo das nossas experiências.

Foi tanto formativo quanto divertido ter gasto nossas atenções buscando compreender melhor e nos informando a respeito da educação inclusiva. Foi possível tirar as seguintes conclusões: Os profissionais foram pegues de surpresa e não receberam nenhuma sensibilização para isso, não foi garantido nenhum acréscimo financeiro, nem afetivo muito menos pedagógico.

Conclui-se que para que a educação especial aconteça precisa haver um trabalho partilhado com todos os envolvidos no contexto escolar. Ou seja, poder público, família escolas e sociedade, com a finalidade de somar esforços para fazer acontecer a educação

especial em toda sua plenitude. Este apanhado nos serviu de acréscimo de conhecimentos e servirá de base para novas pesquisas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRO. Construção da Deficiência Mental; São Paulo: E. Unimeo, 1989.

CARMO. Estrutura e Legislação Escolar. Demócrito Rocha, Fortaleza, 2006.

MARTINS. Ser ou Estar eis a questão explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro. Editora WUA. 1997.

OLIVEIRA. Desafio da qualidade – análise histórica, São Paulo, Vozes, 2002.

SCHNEIDER. Sonhos e Realidades. São Paulo, 1982.

SAVIANI. As teorias da Educação. São Paulo, Vozes, 2006.

XAVIER. Vinhos de Luz. Brasília: FEB, 2012.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, ENQUANTO DIREITO DO CIDADÃO E INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL

Francisca Noeme Silveira Macêdo
noeme.ju@hotmail.com

RESUMO:

O trabalho ora exposto tem a finalidade de entender através de um levantamento bibliográfico sobre a política de assistência social e os benefícios eventuais enquanto direito do cidadão e como instrumento de proteção social. Aborda de forma enfática a perspectiva dos benefícios eventuais como sendo modalidades de benefícios assistenciais que objetiva atender determinadas demandas emergenciais, em decorrência de morte, natalidade e/ou calamidade pública. Desta forma busca-se através deste trabalho compreender as formas assumidas pela política de assistência social frente a um contexto marcado pela generalização da pobreza. Portanto faz-se necessário aprofundar a pesquisa, pois todos possuem o direito à proteção social em situações temporárias de vulnerabilidade, e esses benefícios foram criados exatamente para esses momentos que exigem do estado intervenção ágeis e de qualidade.

Palavras-chaves: Benefícios eventuais, Assistência social, Proteção social.

INTRODUÇÃO

A política de Assistência Social é uma das formas historicamente instituídas de atender necessidades básicas das classes subalternas. Sua operacionalização se dá através de planos, programas, projetos e benefícios. O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o país.

Dentro da Política Nacional de Assistência Social – PNAS este programa está inserido na proteção social básica. Onde a família é a centralidade da sociedade e para isso, à medida que na assistência social, com base em indicadores das necessidades familiares, desenvolve políticas de cunho universalistas, que em conjunto com as transferências de renda em patamares aceitáveis se desenvolva, prioritariamente, em redes sócio assistenciais que suportem as tarefas cotidianas de cuidado e que valorizem a convivência familiar e comunitária (PNAS, 2004, p. 43).

O Programa Bolsa Família advém de um processo histórico dentro da política de assistência social brasileira. Na realidade, se pode enfatizar que esse programa veio como resposta para amenizar a pobreza existente no país, através de programas de transferências de renda a famílias que estivessem em situação de vulnerabilidade social. A partir daí o PBF fez uma junção de todos os programas de transferência de renda em um só, para amenizar os impactos causados pela má distribuição de renda do Brasil. Porém tem um grande debate à cerca de se utilizar o PBF como forma eleitoreira, ou assistencialista.

É preciso ter claro, que o PBF vem com o intuito de tirar as famílias da pobreza extrema e dar-lhes mais dignidade e autonomia, devido as suas condicionalidades, este programa interliga as famílias as instituições de atendimento, como saúde, educação e profissionalização.

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos (BRASIL, 2013).

Porém faz-se necessário uma análise acerca dos seus rebatimentos nas camadas mais pobres da população, é inegável que hoje o PBF é reconhecido como algo necessário para a autonomia das famílias, mas é certo também que se deve fazer uma análise mais ampla de como o programa é utilizado, principalmente como forma de assistencialismo, ou seja, político-partidário.

II – DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento socioeconômico do Brasil foi marcado pela concentração de bens materiais gerados por muitos, mas apossados por poucos, em decorrência havendo a exclusão social e por consequência a pobreza e a desigualdade social que se perpetuaram por fatores históricos e culturais e consolidaram-se pela contínua falta de comprometimento do Estado e da sociedade de encará-las como questão social de enorme seriedade, através de políticas públicas que pudessem ajudar o desenvolvimento social.

A instauração da pragmática neoliberal, prevalecendo à lógica do mercado onde o Estado prioriza a questão econômica, diminuindo os gastos com o social e resultando no sucateamento dos serviços públicos faz com que demandem práticas burocratizadas e seletividades de pessoas com as políticas focalizadas e restritivas.

A constituição de 1988 traz a instituição do conceito de Seguridade Social que incorporou a Assistência Social, junto com a Previdência Social e a Saúde, enquanto políticas constitutivas da seguridade Social no país (SILVA, YAZBEK E GIOVANNI, 2007). Com a Constituição de 1988 percebe-se que a pobreza e a desigualdade não poderiam ser enfrentadas

ou aliviadas sem uma firme determinação do Estado em assumir suas responsabilidades na condução de uma política de proteção social garantidora de direitos.

No momento que institui a Lei reconhecendo os princípios e objetivos fundamentais da República, a nação reorienta a ação do Estado, de uma postura distanciada da questão social, para outra que segundo Brasil (1988):

[...] lhe atribui responsabilidades de proteger a sociedade e de promover seu desenvolvimento social, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, a erradicação da pobreza e da marginalização e a diminuição das desigualdades sociais e regionais, além da promoção do bem de todos, sem preconceito de origem de raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Em síntese, o reconhecimento dos direitos incluídos na Constituição pressupõe a intervenção do Poder Público, no sentido de conferir materialidade aos direitos conquistados e instituídos. Uma destas intervenções são os programas de transferência de renda, sendo o Programa Bolsa Família, o principal. Este programa foi instituído em 2003, porém deve-se ter claro que a história dos programas de transferência de renda no Brasil vem desde a constituição de 1988.

O PBF apresenta três importantes bases, sendo a transferência de renda, ou seja, as famílias recebem uma quantia, dependendo de sua situação de vulnerabilidade social, há também as condicionalidades que as famílias devem obedecer para não perderem o benefício, possibilitando assim o acesso a direitos sociais básicos, e outra base diz respeito a programas complementares para que as famílias superem sua situação de vulnerabilidade social. Essa inserção dos benefícios dentro da rede sócio assistencial supõe necessariamente a integração destes com os demais projetos e serviços da assistência social, para que os usuários tenham acesso às demais políticas sociais. É exatamente aqui onde reside um dos principais problemas, pois para serem inseridos nesse programa, as famílias devem ter uma renda per capita que os classifiquem em situação de pobreza ou extrema pobreza, e ainda os serviços básicos na maioria das vezes estão sucateados, como escolas de má qualidade, postos de saúde sem estrutura e sem médicos. Acerca dessa questão Standing 2010 fala:

A focalização geralmente é entendida como o direcionamento de benefícios ou serviços apenas para os pobres. Isso geralmente é feito por meio da aplicação de testes de elegibilidade, que procuram de alguma forma mensurar se uma pessoa ou domicílio tem uma renda acima ou abaixo da linha de pobreza pré-definida, ou às vezes uma medida de riqueza acima ou abaixo de um número de bens. Muito tem sido escrito e dito sobre este assunto. Portanto, basta observar as principais críticas. A mensuração da renda é notoriamente difícil, sobretudo os componentes não monetários. E a realidade é que uma grande proporção da população na maioria dos

países em desenvolvimento tem renda que oscila, às vezes abaixo, às vezes acima, de uma linha de pobreza. Muitas vezes a renda é mensurada muito antes de qualquer benefício ser pago. Esta realidade dá ampla margem para uma identificação equivocada dos pobres (p.64).

Acreditar que a renda medida por pessoa seja um dos alicerces para a família ser considerada pobre, é equivocado, pois algumas famílias tem a renda um pouco maior que a estipulada, porém não tem acesso aos serviços básicos, como saúde, educação, saneamento básico, casa para morar, enfim, perdas sociais básicas que vão além da renda, e esses deveriam ser aspectos levados em conta, devido a sua importância para se sair da pobreza extrema.

A focalização leva à escolha entre pobres e não tão pobres e é sujeita à corrupção e a desvios. Ao mesmo tempo, a alta porcentagem de famílias de baixa renda em muitos países em desenvolvimento e os limitados recursos financeiros disponíveis para a assistência social exigem que os recursos escassos sejam focalizados nos mais vulneráveis e necessitados. As famílias ficam vulneráveis neste cenário de marginalização que se soma a baixos níveis de escolaridade e capacitação técnica além de salários baixos, produzindo um cenário de carências cumulativas (ANNAND, 2010).

A política de Assistência social é uma das formas historicamente instituídas para atender as necessidades básicas das classes subalternas. Sua operacionalização se dá através de planos, programas, projetos e benefícios. O PBF é uma modalidade de programas sócio assistenciais onde a gestão é descentralizada e compartilhada entre a União, estados, Distrito Federal e municípios.

É muito comum as pessoas confundirem assistência com assistencialismo, ou seja, acham que os programas assistenciais são “favores” e por isso pedem a algumas pessoas influentes, porém a assistência social garante a todos que dela necessitam a garantia dos seus direitos mínimos providos, e nesse quesito está inserida a Proteção Social que são “as formas institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto dos seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio e as privações.” (Giovanni, 1998).

Diante dessas questões fica claro que o PBF mantém a marca da imprecisão, da indefinição, o que contribui para uma compreensão distorcida do mesmo. Sua viabilização se realiza no espaço dos municípios, o que contribui para uma utilização indevida como meio de manipulação político-partidária. Esse contato é na maioria das vezes marcado pela condição

de subalternidade do usuário, que se colocam na posição daquele que pede, e não daquele que têm direitos.

Na medida em que as necessidades coletivas, sociais, são tratadas individualmente elas tendem a reproduzir a culpabilização do indivíduo, além, de dificultar sobremaneira a organização social das classes subalternas. Aumenta-se a competitividade, já que os critérios são extremamente excludentes e o outro nunca é visto como portador dos mesmos interesses e necessidades, mas como rival em potencial, ou seja, são colocados nas pessoas ideologias nas quais os mesmos reproduzem excluindo famílias as vezes por ter um bem material que outra não tem. Sem levar em conta que muitas vezes este bem material é comprado parcelado em várias vezes, ou trocado por animais.

É exatamente essa a lógica capitalista, colocar sobre o indivíduo e sobre a família a responsabilidade de prover suas próprias necessidades. No entanto, é excludente e concentrador, deixando fora do mercado de trabalho parcela considerável de trabalhadores, que não tendo como trabalhar para sobreviver precisa recorrer ao Estado para atender suas necessidades básicas.

Mas, contraditoriamente, exatamente quando as demandas são maiores, e as expressões da questão social mais acirrada, o Estado retrai sua atuação nas políticas sociais, deixando à mercê da sorte, inúmeros cidadãos. A atuação passa a ser cada vez mais focalista, seletiva e sujeitos da mesma classe, portadores das mesmas necessidades, tornam-se rivais na luta pelo acesso aos direitos sociais.

Os critérios de acesso são sempre muito rígidos e excludentes, implicam sempre numa triagem arbitrária e desgastante, onde aquele que já está em condições especiais de padecimentos, precisam, obrigam-se a submeter-se à tais processos degradantes para ter acesso à tais programas. Assim torna-se uma espécie de pedinte, de carente de “socorro”, como se na realidade esses programas não fossem passíveis legítimos de serem reclamados. Nessa direção, Castel (1998, p. 209) é enfático ao afirmar:

[...] o solicitador, não tem mais nada a apresentar senão o relato de sua vida, com seus fracassos e suas privações: escruta-se esse pobre material para identificar uma perspectiva de reabilitação a fim de construir um projeto, de definir um contrato de inserção. Os fragmentos de uma biografia esfacelada constituem a única moeda de troca para o acesso a um direito. Não é verdade que esse tratamento do indivíduo convenha a um cidadão pleno.

É exatamente a condição de privação, de esfacelamento de suas vidas, agravadas por determinadas eventualidades, que fazem dos sujeitos usuários, ou pior que fazem dos usuários

relatores de situações degradantes, e desses relatos condições indispensáveis para acesso à um benefício que lhe é de direito. O pobre aparece à instituição como aquele que pede, e a instituição, através dos profissionais, aparece ao pobre como aquele que tem poder de suprir suas necessidades imediatas.

É aqui que a representação social do sujeito se constrói, nessa relação de dominação, submissão e subalternidade. O autoritarismo institucional, bem como a burocratização desses espaços são condições que favorecem a edificação de uma significação deturpada dos benefícios. Aqui o cidadão de direito torna-se um mero pedinte, um necessitado, um carente, e o Estado, através de suas instituições, ao invés de espaços que efetivam e garantem direitos, tornam-se meros realizadores de uma certa benemerência.

Segundo Yasbek (2007) a vivência das classes subalternas é marcada pelas carências, pela pobreza extrema, por toda sorte de privações. Ressalta ainda que, a pobreza não se restringe a dimensão material, isto é, aquelas ligadas somente a questões de sobrevivência básica como alimentação, por exemplo, mas também penetra a dimensão espiritual. A autora ressalta que a autoconsciência do subalterno compreende sempre a autoconsciência do senhor. Isto significa que, na medida em que àqueles que detêm o poder os repassam sob o prisma do favor e do autoritarismo, conforma no usuário essa mesma noção de submissão. Nessa direção apontamos para o fato de que, a forma como o PBF são viabilizados – ótica do favor ou ótica do direito – têm repercussões diretas em como o sujeito vai significar e construir sua representação social acerca daquele benefício á que tem acesso (YASBEK, 2007).

O Programa Bolsa Família atende necessidades humanas básicas de demandas sociais, que, por questões variadas têm agravada, sua condição de vulnerabilidade social. Segundo Oliveira (2005) a pobreza e a miséria não se resolve com programas focalizados e seletivos

Na realidade, o sistema de proteção social brasileiro de cunho corporativista-meritocrático, voltado aos segmentos formais da economia, se caracteriza por oferecer cobertura restrita, atendendo a uma parcela reduzida da população, da qual as pessoas pobres sempre foram, excluídas em razão de seus vínculos instáveis e precários com o mercado de trabalho. Não sendo um grupo de pressão, sem posição socioocupacional definida, as camadas pobres da população jamais forma sistemática e regularmente beneficiadas, e seu atendimento sempre foi justificado como um ato humanitário ou uma moeda política.

O avanço na legislação e na intervenção de uma política pública que aborda a pobreza como expressão das desigualdades econômicas, sociais e culturais convive, até hoje, com matrizes conservadoras. Apesar de termos a constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica de Assistência Social de 1993 e, posteriormente, a Política Nacional de Assistência Social de 2004, que garantem progressivamente direitos sociais para a população em geral, e em especial para as pessoas em situação de pobreza (ARREGUI, 2009:153).

Entretanto essas políticas ainda são insuficientes, pois elas não são aplicadas na sua plenitude, isto é, com relação aos municípios, as prefeituras ainda não estão estruturadas para dar contrapartidas, principalmente os municípios com menor arrecadação, tanto orçamentária, como de profissionais, ocasionando consequências na implementação dos programas, e na efetivação dos seus resultados (SILVA E SILVA; YASBECK; GIOVANNI, 2004).

Uma conjuntura econômica dramática, dominada pela distância entre minorias abastadas e massas miseráveis, evidencia que um longo caminho nos separa de uma necessária redistribuição de renda e da constituição de políticas que se voltem às demandas sociais dos grandes contingentes esmagados pela pobreza (YAZBEK, 2003).

III – CONCLUSÃO

Diante do Exposto apresentado conclui-se que a história da assistência é permeada por contradições, situadas no conjunto de mecanismos destinados a atenuar os impactos perversos do capitalismo e não para eliminar as desigualdades sociais, tendo um caráter emergencial fundada em programas fragmentados, para atender aos interesses do Estado capitalista.

O entendimento acerca do Programa Bolsa Família será demarcado pelo próprio discurso institucional, pois o acesso a um direito acaba sendo mascarado como um favor do gestor, ou mesmo do profissional que realiza o processo de repasse. Esta realidade aponta para a reprodução das mesmas relações de dominação, já que os sujeitos não se reconhecem como cidadãos de direitos, e sim, como aquele que precisa “pedir” nos espaços institucionais uma ajuda para sobreviver, deixando significados distorcidos em que o referido programa aparece como favor ou bondade.

A luta pelos direitos sociais envolve necessariamente como sujeitos protagonistas aqueles atores sociais explorados e excluídos dos direitos de cidadania. A luta por uma vida digna e por condições básicas de sobrevivência deve ser uma bandeira levantada por profissionais que atuam nas políticas sociais, mas principalmente pelos usuários.

Contribuir com a construção de uma visão social ampla desse programa deve ser uma responsabilidade de todos, contribuindo para o esclarecimento junto aos beneficiários dos seus direitos.

É preciso compreender a realidade social e potencializar os movimentos sociais, os equipamentos sociais a serviço de quem realmente deles necessitam, na perspectiva de ampliar o acesso aos direitos e não de restringi-los.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social, fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Assistência Social no Brasil: um direito entre a originalidade e o conservadorismo**. Brasília: Letras Livres Editora UNB, 2003.

BRASIL. **Constituição Federativa da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília/DF: Ministério da Educação, 1989.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social (1993)**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome, 2004.

BRASIL. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS 2005**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

BRASÍLIA. **Decreto nº 6307, 14 dez. 2007**. Dispõe sobre os benefícios eventuais. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado Capitalista**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. Repensando o balanço do neoliberalismo. In: **Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. Emir Sader; Pablo Gentili. (ORGs). 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

PAIVA, Beatriz Augusto de. O SUAS e os direitos socioassistenciais. A universalização da seguridade social em debate. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 87, Especial, p. 05-24, 2006.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política Social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Estado, Regulação Social e Controle Democrático. In: **Política Social e Democracia**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____.; NASSER, Ieda Rabelo; CAMPOS, Maria Arcos. Os percalços dos Benefícios Eventuais regidos pela LOAS. In: **Cadernos do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - CEAM/UnB**. Brasília, 2002.

SCHONS, Selma Maria. **Assistência Social entre a ordem e a “des-ordem”**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA & SILVA. Maria Ozanira. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira *et al.* **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Mínimos Sociais e Seguridade Social: uma revolução da consciência da cidadania**. Brasília: SAS-MPAS/FUNDAP, 1997.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) COMO INSTRUMENTO DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

Pedro Ernesto Aquino Neto²²
Jordão Mendes Fernandes²³

RESUMO

Justifica-se o tema por compreender que a escola possui uma identidade própria, O PPP é um instrumento diagnóstico e transformador da realidade escolar, quando construído coletivamente. Tem como objetivo o desenvolvimento de ações pedagógicas e sociais da escola, conceituar o PPP e analisar sua construção através de uma gestão escolar descentralizada. A partir dos anos 80, do século XX, a escola passou a ser um espaço importante na concretização das políticas educativas. Na construção de sua autonomia, a escola tem priorizado a elaboração e a efetivação do PPP, elaborado de forma participativa por todos os segmentos da instituição, baseado nos referenciais curriculares, Parâmetros Curriculares Nacionais, Diretriz Curricular do sistema de ensino a que a escola está ligada. O desenvolvimento desse artigo foi baseado no referencial teórico acerca do tema em discussão. A pesquisa adota foi descritiva dentro de uma abordagem de análise quantitativa e aplicada, que busca descrever, através dos resultados transcritos em gráficos, a real situação, e mostrar a importância do PPP no desenvolvimento das ações da escola. Partindo da justificativa deste trabalho, que afirmamos que a escola possui identidade própria, e que este se faz a partir do envolvimento de toda a comunidade escolar para a elaboração deste documento que orienta todas as atividades que serão desenvolvidas na escola. É perceptível que o objetivo geral proposto que era ressaltar a importância do PPP no desenvolvimento de ações pedagógicas e sociais da escola trouxe resultados significativos nesta pesquisa. Os resultados Sobre o Conceito do PPP que foi abordado 57,73% acertaram, 51,11% acreditam que o PPP elaborado pelo coletivo escolar influenciará na gestão democrática. Apenas 17,78% dos participam efetivamente na elaboração do PPP, 40% afirmaram que as atividades do cotidiano escolar sempre estão inseridas no PPP e 42,22% afirmam que O PPP elaborado unicamente pelo núcleo gestor é um retrocesso, pois voltaria a centralização do poder de decisões. Entretanto como temos afirmado, o PPP é o eixo orientador do conjunto que compõe a escola, dando-lhe uma feição própria.

²² Mestrando em Docência da Educação Brasileira, Especialista em Gestão com Ênfase em Coordenação Pedagógica, Pela Faculdade Vale do Salgado- FVS, Especialista no Ensino de Química pela Universidade Regional do Cariri - URCA, Especialista em Biologia pela Faculdade de Juazeiro do Norte - FJN, Bacharel em Farmácia pela Faculdade Santa Maria – FSM, Licenciado em Biologia e Química pela Universidade Vale do Acaraú – UVA, e-mail do autor Pedro.ernesto.neto@hotmail.com.

²³ Especialista em Gestão com Ênfase em Coordenação Pedagógica, Pela Faculdade Vale do Salgado- FVS; Fernando Fagner Rolim Freitas, Especialista em Estratégia de saúde da Família pela UVA.; Ágda Nara Tavares Bandeira, mestranda em Biodiversidade Vegetal pela UNED.

INTRODUÇÃO

Justifica-se a pertinência do tema por compreender que a escola possui uma identidade própria, que se constitui sob a influência da sua realidade local e as teorias gerais da educação. A construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) é uma alternativa que possibilita o reconhecimento dessa identidade e reflexão da prática pedagógica. O PPP é um instrumento diagnóstico e transformador da realidade escolar, quando construído coletivamente. Por ser um dos principais documentos de uma unidade escolar, como entender o PPP no âmbito de uma gestão democrática e participativa nas escolas da rede pública da zona urbana do município de Barro, no Estado do Ceará?

A pesquisa se inicia com a colocação de um problema, necessitando-se oferecer uma solução possível ao mesmo. Sendo assim, as hipóteses, respostas possíveis e provisórias em relação às questões de investigação, tornam-se instrumentos importantes como guias na tarefa de investigação.

Como hipótese, os levantamentos iniciais apontam que PPP da escola é um instrumento através do qual deve ser seguido, e este trabalho busca através de levantamento de concepções e comentários de autores, verificar a possível prática como instrumento mobilizador, tendo como objetivo descentralizar e democratizar a tomada de decisões pedagógicas e organizacionais na escola, buscando maior participação dos agentes escolares.

Destaca-se como objetivo do estudo ressaltar a importância do PPP no desenvolvimento de ações pedagógicas e sociais da escola. Como objetivos específicos se propõem: Conceituar o Projeto Político Pedagógico e analisar se existe eficácia da sua construção através de uma gestão escolar descentralizada das escolas públicas observadas na sede do município de Barro - Ce. Para tanto se expõem as seções que seguem no artigo em apreciação.

2 CONCEITUAÇÃO DE PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Conforme Vasconcellos (2013), a partir dos anos 80, do século XX, a escola passou a ser identificada como um importante espaço na concretização das políticas educativas, deixando de ser mero prolongamento da administração central. Com isto se reconhece que a escola é uma organização social, inserida num contexto local, com identidade e cultura próprias, um espaço de autonomia a construir e descobrir, susceptível de se materializar num projeto educativo, movida

pela necessidade de formar um indivíduo mais capacitado para atender as exigências do mercado de trabalho e da própria sociedade, que vem se caracterizando cada vez mais pelo uso e valorização das informações. Convém salientar que:

A escola pode ser compreendida, de forma geral, como uma instituição no âmbito da implementação de políticas públicas educacionais para a garantia de um dos direitos sociais – a educação. Estando no âmbito das políticas e dos direitos, ela está permeada por conflitos de interesses relacionados ao mundo do trabalho, à apropriação e ao usufruto dos bens culturais e materiais socialmente produzidos (FERREIRA. 2006, p. 241).

Entretanto, uma tendência atual das políticas educacionais é a transformação da escola pública no seu processo de gestão, que vêm se distanciando do modelo tradicional e se aproximando de uma gestão democrática, abrindo espaço para todos os segmentos de sua comunidade à participarem de decisões e ações de forma coletiva.

Em se tratando do conceito, para Vasconcelos (2004) o PPP é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

Santos (2013) acentuam que, por sua natureza e importância, o PPP não se resume a um simples documento escrito, que formaliza as concepções, objetivos, conteúdos, metodologia de trabalho e sistemática de avaliação de uma escola, possuindo uma construção permanente, ao mesmo tempo em que ele acompanha e, é acompanhada pela prática pedagógica cotidianamente. Em síntese, o PPP é um instrumento de ação política-pedagógica, pois possibilita a manifestação dos desejos e aspirações da comunidade no que diz respeito à educação dos jovens e das crianças. Tal instrumento foi instituído pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96).

No entanto, cabe frisar que professores, demais profissionais que atuam nas unidades de ensino e toda a comunidade envolvida, ainda possuem dúvidas quanto a vários aspectos do PPP, necessitando desse viés pedagógico compreendido para o melhor desenvolvimento e envolvimento nas ações da escola. Neste tocante, cabe ressaltar baseado na literatura pertinente, descrever sobre o conceito do PPP. Baseado em Longhi e Bento (2006), o citado documento facilita e organiza as atividades, sendo mediador de decisões, da condução das ações e da análise dos seus resultados e impactos. Ainda se constitui num retrato da memória histórica construída, num registro que permite à escola rever a sua intencionalidade e sua história.

Compreende-se que, um PPP, pode ser fruto ou não de debate, disputas e ações participativas. De qualquer forma, é um projeto coletivo que no cotidiano da escola sofre modificações e é perpassado pelos projetos individuais, éticos, políticos, societários, presentes nos discursos e práticas dos sujeitos da escola: professores, alunos, funcionários, pais e comunidades em torno.

Na construção de seu processo de autonomia, a escola tem priorizado a elaboração e a efetivação do PPP, por entender que o mesmo é um instrumento elaborado de forma participativa por todos os segmentos da instituição. Definido como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, o PPP possibilita a descoberta e utilização de alternativas viáveis à efetivação das ações pedagógicas e administrativas da escola, pois é elaborado tomando por base a dimensão de globalidade e totalidade da educação.

Para Veiga (2010) o PPP é um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem, para chegar a que resultados. Além disso, explica uma filosofia da escola, traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso com a clientela. É a valorização da identidade da escola e um chamado a responsabilidade dos agentes com as racionalidades interna e externa. Esta ideia implica necessidade de uma relação contratual, isto é, o projeto deve ser aceito por todos os envolvidos, daí a importância de que seja elaborado participativa e democraticamente.

Na opinião de Veiga (2010), a escola é um lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico com base nos seus alunos. Nesta perspectiva, é fundamental que ela assuma suas responsabilidades, sem esperar que as esferas administrativas superiores tomem essas iniciativas, mas que lhe deem as condições necessárias para levá-las adiante. Para tanto, é importante que fortaleça as relações entre escola e sistema de ensino.

Fruto de uma ação coletiva da comunidade escolar, o PPP pode ser visto como uma espécie de passaporte para a autonomia da escola, pois, ele integra essa instituição à comunidade, trazendo-a esta última para o interior da escola, proporcionando a uma maior participação em todas as ações desenvolvidas nesse contexto.

Veiga (2010) ressalta que, a autonomia da escola é um tema cuja importância se mostra crescente, se refletindo uma tendência mundial encontrada na dinâmica das modernas organizações pública e privada. Sua aceitação implica uma ruptura no modo tradicional de compreender e atuar na realidade. A autonomia impõe um novo padrão de política, planejamento e gestão educacionais, tanto do ponto de vista da escola como dos sistemas de ensino.

Através do PPP pode-se vislumbrar um ensino de melhor qualidade, pois o mesmo possibilita operacionalizar o funcionamento da escola com autonomia. No entanto, na implantação desse instrumento que possibilita a auxiliar algumas escolas a enfrentarem sérios desafios.

Veiga (2010) considera que, o PPP, ao se constituir em processo democrático decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

3 GESTÃO ESCOLAR E ELABORAÇÃO DE UM PPP

O processo de gestão da escola deve estar baseado no seu projeto pedagógico. O processo democrático é resultado da ação coletiva. Tal processo implica discutir a participação da comunidade escolar na definição de suas políticas e de seus projetos educacionais.

O PPP da escola ou proposta pedagógica tem como objetivo permitir que cada escola seja uma escola eficaz, uma vez que exige para a sua elaboração, uma reflexão sobre o ensino que oferece e a aprendizagem dos alunos: o que ensinar, como ensinar e como avaliar para que os alunos aprendam, devendo expressar o compromisso com a aprendizagem dos seus educandos. Assim, as escolas precisam definir o seu papel social, cultural e educacional na sua proposta pedagógica, estabelecendo os objetivos gerais com a finalidade da educação escolar, traçando seu próprio caminho educativo, de acordo com o seu contexto e sua realidade.

A elaboração da proposta pedagógica deve ser feita em conjunto com a equipe pedagógica, pois deve refletir a sua concepção de aprendizagem e de educação, o que requer dos professores conhecimento e reflexão acerca dos referenciais curriculares, Parâmetros Curriculares Nacionais, Diretriz Curricular do sistema de ensino a que a escola está ligada, bem como sobre questões de inclusão - nos seus diversos aspectos -, avaliação e metodologia entre outros pontos. Neste aspecto é pertinente ressaltar que:

Na realização do projeto político pedagógico, o cotidiano da escola fornece indicativos que evitam seu enfraquecimento e a dispersão de seus componentes. As avaliações e a discussão sobre o processo orientam sobre os pontos que devem embasar novos procedimentos e reforçar os princípios que fundamentam o pensar e o fazer da escola no sentido de uma prática transformadora. A compreensão sobre o caráter evolutivo do projeto impõe atenção constante por parte daqueles que são efetivamente, os responsáveis pela sua existência (VEIGA, 1998, p. 92).

A elaboração da proposta pedagógica requer uma gama de conhecimentos da equipe pedagógica que deve vê-la como um momento de troca de aprendizagem entre o grupo para que a escola possa progredir e melhorar cada vez mais. É através da gestão participativa que os profissionais da educação podem se envolver com o planejamento e a tomada de decisões na prática diária, aumentando, desta forma, o foco na escola e no aluno e a probabilidade de sucesso de ambos. Esta prática, contudo, leva à necessidade de programas que envolvam a comunidade escolar e local, a partir de momentos que possibilitem o diálogo e a reflexão.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

O desenvolvimento do estudo apresentado nesse artigo compreendeu a articulação de uma pesquisa, onde se fez o levantamento de concepções e comentários de autores, dando margem para a construção de um referencial teórico acerca do tema em discussão.

4.1 Tipo de Pesquisa

O estudo foi decorrente de uma pesquisa descritiva dentro de uma abordagem de análise quantitativa permitindo um conhecimento detalhado a cerca da amostra apresentada na análise dos resultados. Vale acentuar que, a natureza da metodologia que foi utilizada para desenvolver o presente trabalho foi do tipo aplicada. Conforme Gerhardt; Silveira (2009), esse tipo de pesquisa tem por objetivo “[...] gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”. (op.cit.p.35). Compreende-se, portanto, que esta pesquisa é descritiva, uma vez que busca descrever, através dos resultados transcritos em gráficos, a real situação, e mostrar a importância do PPP no desenvolvimento das ações da escola.

4.2 População e Amostra

A população da pesquisa corresponde três escolas públicas da zona urbana do município do Barro, no Estado do Ceará, sendo essas coletadas a partir dos seguintes critérios: Possuir a última série do ensino fundamental II e Aceitar participar da pesquisa.

Como instrumento de pesquisa foi utilizado um questionário composto de 14 questões fechadas (ver em apêndice). A referida investigação foi realizada junto às escolas da zona urbana do município do Barro Ceará.

4.3 Análises dos Resultados

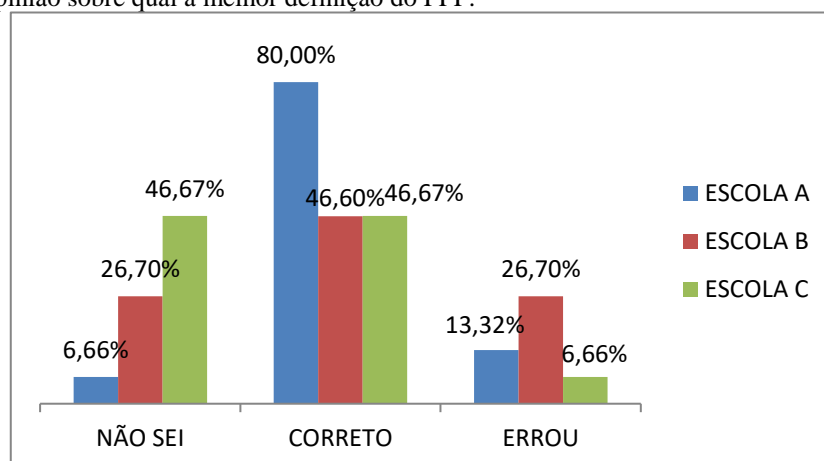
Para análise e tabulação dos dados foi realizada uma estatística descritiva utilizando o programa Microsoft Excel 2010, onde os dados foram tabulados e apresentados em forma de gráficos.

O instrumento utilizado foi um questionário com quatorze questões (14) de múltiplas escolhas destas, 05 são variáveis independentes (sócio demográfica) e 09 são variáveis dependentes, este foi entregue a quinze (15) pessoas por escolas, sendo núcleo gestor, professores, funcionários, pais e alunos do 9º ano, este último por entendermos que frequentaram por mais tempo as referidas escolas. As variáveis independentes foram analisadas numa amostra de 45 pessoas entrevistadas.

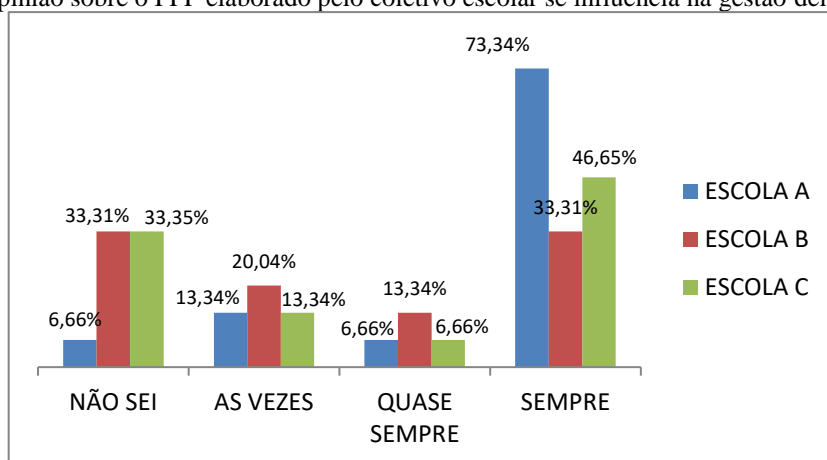
De acordo com o estudo, o primeiro item descrito foi à idade. 35,5% dos entrevistados possuem idade dos 35 aos 70 anos. Observamos que 55,5% dos entrevistados são solteiros, 66,6% da comunidade escolar possuem emprego, 33,3% apresentaram renda entre 1 a 2 salários mínimos e por fim 35,5% apresentou um grau de escolaridade de Pós-graduação.

Contribuindo com a produção de conhecimento, segue abaixo os gráficos das variáveis dependentes, mostrando os resultados encontrados por escolas e também pela média entre elas, fazendo um diálogo com a literatura pertinente acerca dos assuntos deste trabalho.

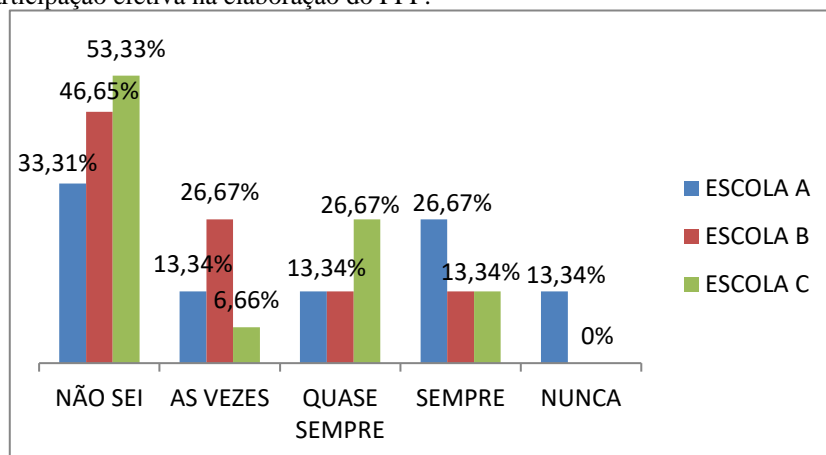
O gráfico 01 representa a opinião dos entrevistados acerca da melhor definição sobre o conceito de PPP, e mostra de forma clara o entendimento deste conceito por todos os que compõem as escolas estudadas.

GRÁFICO 01: Opinião sobre qual a melhor definição do PPP.

De acordo com o gráfico acima, podemos observar que a escola A apresentou um índice de acerto em torno de 80%. Já as escolas B e C apresentaram 46,6% cada um, fazendo uma média do total, percebemos que 57,73% acertaram o conceito de PPP. No entanto se forem analisadas separadamente percebemos que a escola A teve o maior índice de acerto (80,00%), enquanto que a escola B e C apresentaram resultados semelhantes (46,6%).

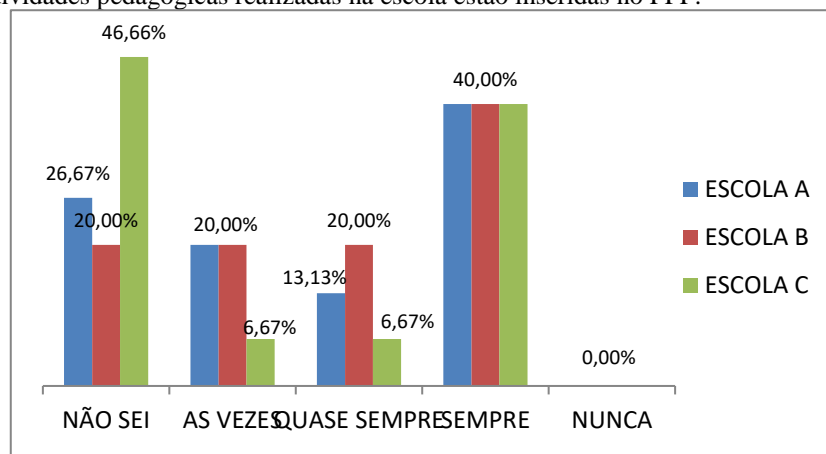
GRÁFICO 02: Opinião sobre o PPP elaborado pelo coletivo escolar se influencia na gestão democrática.

Com relação ao gráfico 02, 51,11% dos entrevistados das 3 escolas acreditam que o PPP elaborado pelo coletivo escolar sempre influenciará na gestão democrática. Pois denotará a opinião de todos os envolvidos no sucesso escolar.

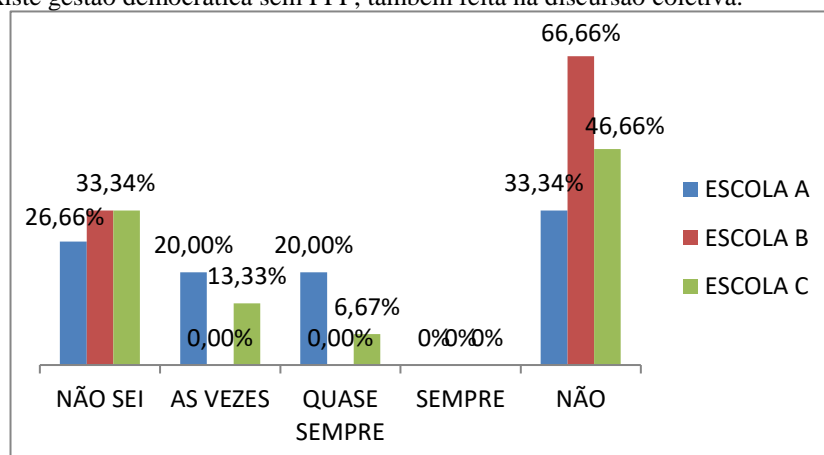
GRÁFICO 03: Participação efetiva na elaboração do PPP.

Analisando o gráfico 03, de acordo a participação efetiva da comunidade escolar (núcleo gestor, professores, funcionários, pais e alunos) percebemos entre as 3 escolas que 44,43% não souberam responder ao questionamento, e 17,78% (média entre as 3 escolas) dos entrevistados afirmam sempre terem participado efetivamente da elaboração do PPP. Freitas (1998) Verificou em seu trabalho, resultados sobre a pequena participação na sistematização do PPP (16,6%). Bem próximos dos resultados aqui encontrados.

Neste tocante a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões e nas ações, não é um princípio fácil de ser consolidado, pois se trata da construção de um projeto de escola que perpassa a visão de sociedade, com projetos pessoais e existenciais de educandos, educadores e comunidade escolar.

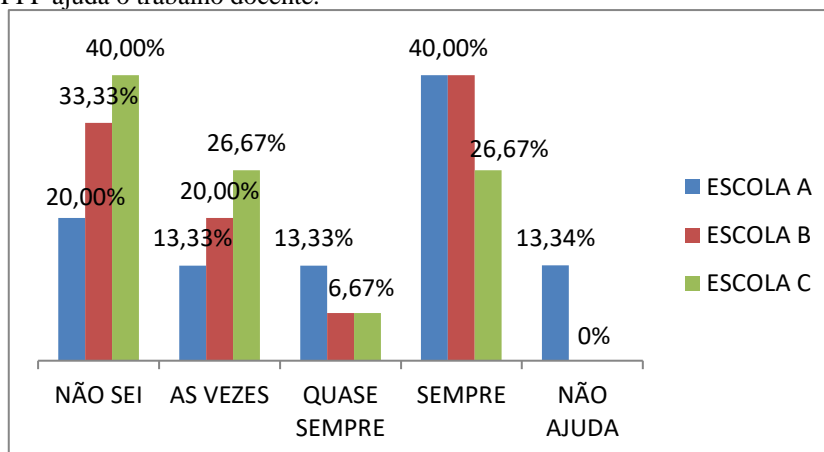
GRÁFICO 04: Atividades pedagógicas realizadas na escola estão inseridas no PPP.

Em relação às atividades pedagógicas realizadas, o gráfico 04 mostra que 40% dos entrevistados das referidas escolas afirmam que estas sempre estão inseridas no PPP, 15,5% afirmaram que às vezes estão inseridas, 13,2% quase sempre e não sabiam 31,11%.

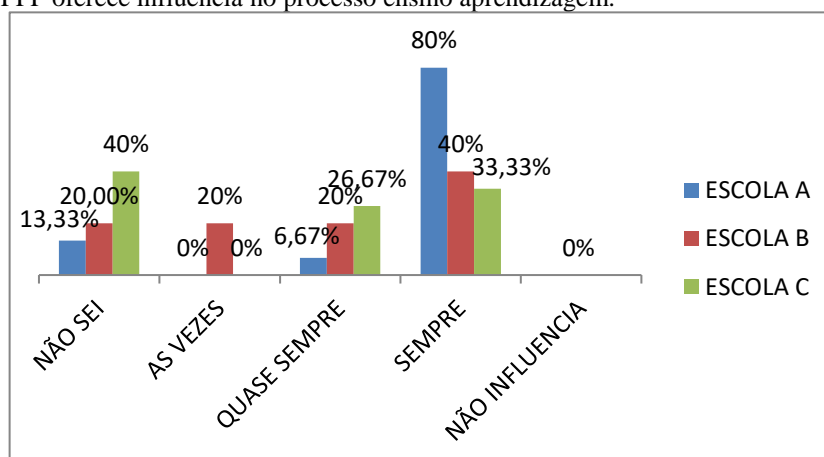
GRÁFICO 05: Existe gestão democrática sem PPP, também feita na discursão coletiva.

No gráfico 05, 48,88% dos entrevistados das instituições de ensino pesquisada afirmam que não existe gestão democrática sem PPP, feita apenas na discursão coletiva.

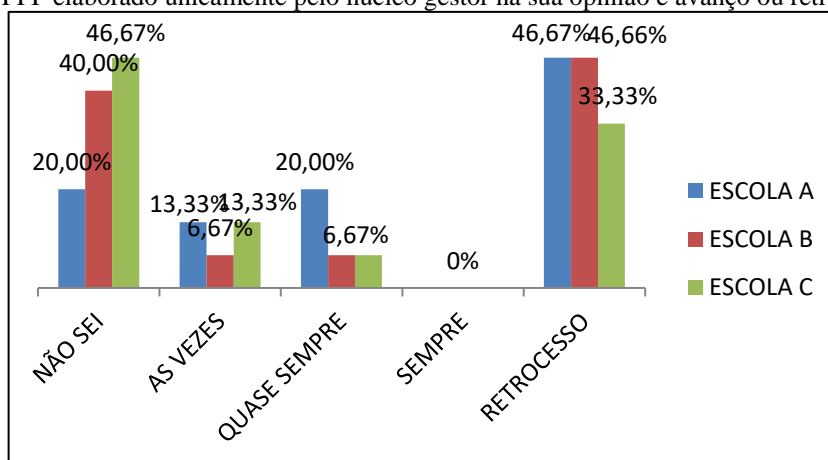
Fazendo um comparativo com os resultados dos gráficos 01, que trata do conceito de PPP, a maioria dos entrevistados conhecem e sabem que, se elaborado pelo coletivo pode tornar a gestão democrática, no entanto percebemos que somente 17,78% (gráfico 03) sempre participam efetivamente de sua elaboração.

GRÁFICO 06: O PPP ajuda o trabalho docente.

Segundo os resultados encontrados no gráfico 06, observa-se que a média das 3 escolas, evidencia 35,55% que afirmam que o PPP sempre ajuda o trabalho docente, no entanto quando analisada separadamente, percebe-se que a escola A e B apresentam resultados de 40% cada uma para o quesito sempre ajuda o trabalho docente. Observa-se a mesma porcentagem de entrevistados na escola C que não souberam dar a sua opinião acerca do assunto.

GRÁFICO 07: O PPP oferece influência no processo ensino aprendizagem.

Interpretando os resultados gráfico supracitado, observa-se que 80% dos entrevistados da escola A, acreditam sempre na influência do PPP no processo de ensino aprendizagem. Mostra-se então que a maioria dos entrevistados da referida escola acreditam na importância do mesmo para o desenvolvimento desta. De acordo com a pesquisa, nenhuma escola citou que o PPP não tem influencia no processo ensino/aprendizagem.

GRÁFICO 08: O PPP elaborado unicamente pelo núcleo gestor na sua opinião é avanço ou retrocesso.

Segundo a interpretação deste gráfico, observa-se 46,67% dos entrevistados da escola C, não souberam opinar sobre o assunto, enquanto que 33,33% dos entrevistados da referida escola acreditam que o PPP elaborado pelo núcleo gestor é retrocesso. As escolas A e B apresentaram uma quantidade maior que acreditam ser retrocesso o PPP elaborado apenas pelo núcleo gestor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da justificativa deste trabalho, que afirmamos que a escola possui identidade própria, e que este se faz a partir do envolvimento de toda a comunidade escolar para a elaboração deste documento que orienta todas as atividades que serão desenvolvidas na escola. É perceptível que o objetivo geral proposto que era ressaltar a importância do PPP no desenvolvimento de ações pedagógicas e sociais da escola trouxe resultados significativos nesta pesquisa.

Sobre o Conceito do Projeto Político Pedagógico que foi abordado 57,73% acertaram e 51,11% dos entrevistados acreditam que o PPP elaborado pelo coletivo escolar sempre influenciará na gestão democrática.

Apenas 17,78% dos entrevistados afirmaram participar efetivamente na elaboração do PPP, 40% dos entrevistados afirmaram que as atividades do cotidiano escolar sempre estão inseridas no PPP. 48,88% dos entrevistados das instituições de ensino pesquisada afirmam que não evidencia uma gestão democrática apenas na discursão coletiva.

Sobre o trabalho docente, 35,55% afirmam que o PPP sempre, e 42,22% afirmam que O PPP elaborado unicamente pelo núcleo gestor é um retrocesso, pois voltaria a centralização do poder de decisões.

Entretanto como temos afirmado, o PPP é o eixo orientador do conjunto que compõe a escola, dando-lhe uma feição própria. Como uma instituição social, a escola reflete e intervém nos anseios da sociedade, prevalecendo a idéia da comunidade escolar diagnosticando sua realidade e pondo em prática para que os educandos usufruam de uma educação de qualidade voltada para os anseios locais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

FERREIRA. Naura Syria Carapeto. **Formação Continuada e Gestão da Educação**. 2º ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

FREITAS. Katia Siqueira de. **Gestão em Ação: Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFBA**; ISP / UFBA. - v.1, n.1 (1998) – Salvador: O Programa, 1998

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 1995.

LONGHI. Simone Raquel Pagel, BENTO. Karla Lucia. **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: Uma construção coletiva**. Revista de divulgação técnico-científica do ICPG . Vol. 3 n. 9 - jul.- dez./2006.

OLIVEIRA. Sérgio Godinho. **A Nova Educação e Você** – o que os novos caminhos da educação básica pós LDB tem a ver com educadores, pais, alunos e com a escola. – Belo Horizonte: Autêntica 2007.

SANTOS. R. M.de S. dos & *et al.* **A importância do Projeto Político Pedagógico no Desenvolvimento das Ações da Escola**. (REBES Revista Brasileira de Educação e Saúde. Pombal – PB, Brasil), v. 3, n. 1, p. 21-26, jan.- mar., 2013.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2004.

_____, Celso dos Santos. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 15ª ed. – São Paulo : Libertard Editora, 2013.

VEIGA. Ilma. P. Alencastro; RESENDE. L.M.G. de. **Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico**. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico) Campinas SP: Papyrus Editora, 1998.

VEIGA. Ilma. P. Alencastro. **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. 27ª ed. – Campinas SP: Papyrus Editora, 2010.

A MATEMÁTICA NO CONTEXTO BÍBLICO

Francisco Robson de Brito Gonçalves²⁴

RESUMO:

O texto apresentado a seguir, discute a interdisciplinaridade como movimento contemporâneo para transcender temas relacionados com a matemática, que intrinsecamente, estão presentes nas dimensões da Epistemologia Bíblica, aqui demonstrada. Movimento este, que vem contribuir para a aprendizagem, assumindo uma concepção mais integradora, dialética e totalizadora na construção do conhecimento. É ingênuo pensar que os antigos povos mencionados na Bíblia Sagrada fossem simplesmente umas espécies de bárbaros desprovidos de conhecimento. Ao contrário, é possível mostrar que os registros contidos ali, demonstram muitos valores linguísticos, literários, históricos, artísticos, jurídicos, geográficos, matemáticos, religiosos, culturais, enfim, a lista é grande. No entanto, nos deteremos apenas a alguns cálculos matemáticos encontrados na Bíblia Sagrada e, extrair sua riqueza científica que ultrapassa várias gerações e que podem ser utilizadas na matemática como auxílio disciplinar.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Bíblia Sagrada. Conhecimento. Matemáticos. Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A Bíblia Sagrada não foi escrita com o propósito de ensinar ciências. Não é esse o alvo principal, mas o que impressiona são os detalhes de como a Bíblia apresenta a parte científica. E, entre os vários temas que são tratados cientificamente e abordados pelas Escrituras, assim chamada, será aqui destacada algumas propostas matemáticas voltadas à aritmética e geometria, que podem ser discutidas com os alunos nas escolas e na comunidade acadêmica.

Observe que nas aulas de matemática quase tudo parece ser óbvio para o professor e desde que ele dê uma boa explicação, acredita que também se tornará óbvio para o aluno. Mas para o aluno é quase tudo novidade: linguagem com termos diferentes, notação com sinais desconhecidos e a necessidade de resolver situações com as quais, na maioria das vezes, ele nunca se deparou. Acertar a resposta sempre recebeu destaque nos objetivos do ensino de matemática. Talvez por isso alguns professores ainda preferiram apresentar resultados ou respostas, o que não é bom para a educação. Como então despertar o interesse dos alunos quando tudo parece ir contra? Na verdade a resposta é bem simples, basta contextualizar o conteúdo ao aluno, ou seja, inserir nele algo que seja conhecido para todos.

²⁴ e-mail robson_matematica@yahoo.com.br, Mestrando em Docência da Educação Brasileira, Professor de Matemática e Física.

Uma das ideias mais simples é recorrer a outras metodologias e formas de alcançar esse objetivo e, tendo em vista que a Bíblia popularmente é o livro mais vendido e conseqüentemente o mais lido do mundo, vale a pena desfrutar dessas informações matemáticas ali contidas.

Contudo, o presente artigo sucintamente aborda alguns conceitos matemáticos dentro de um contexto bíblico e relaciona-os a outros aspectos para uma visão construtivista da aprendizagem. É uma tentativa de ampliar o campo de ação da Educação Matemática enquanto proposta de educação integral do indivíduo nos aspectos que transcendem a aplicação pura e simples de conceitos em situações problemas ou nos exercícios já tradicionais no contexto de ensino e de aprendizagem da Matemática no Brasil. O trabalho propõe a transcendência não como um fim em si mesma, mas como disparadora do processo de transferência de conhecimento de uma estrutura, de um campo de conhecimento, de um sistema, para outro que à primeira vista não apresentaria elos de ligação.

Toda a preocupação com os aspectos transcendentais de cada conteúdo realça os objetivos da educação holística que se propõe a auxiliar o sujeito em sua busca do “aprender a aprender”. O uso de conceitos e suas interrelações propõe o desenvolvimento, ou pelo menos provoca, de uma das funções cognitivas mais importantes: a conceitualização. Para Fonseca (1998),

A conceitualização, o mais alto nível de desenvolvimento cognitivo, é a capacidade para categorizar e classificar as experiências. Basicamente, ela consiste num processo integrativo que depende do desenvolvimento de uma linguagem interna adequada. Esta eficiência aumentada, proporcionada pelas representações verbais, permite um sistema altamente desenvolvido, que é a aprendizagem abstrata.

Esta definição faz parte da teoria que Reuven Feuersteina desenvolveu a respeito da Modificabilidade Estrutural Cognitiva, e que vem ganhando adeptos na Educação no mundo inteiro.

A interrelação constante que se tentou proporcionar neste ensaio entre a Matemática e seus conceitos com aspectos bíblicos é fruto da preocupação com os objetivos mais gerais de possibilitar ao sujeito, o desenvolvimento de sua abstração nestes campos e de aumentar a eficiência de sua busca por desenvolvimento cognitivo no que diz respeito aos aspectos de representações verbais.

Neste contexto, serão comentados alguns conceitos aritméticos e geométricos com o intuito de estimular o leitor não acostumado com tal linguagem objetivando maior compreensão da própria transcendência desses conceitos. Os aspectos aqui trabalhados relacionados à topologia são simples e de domínio público não necessitando neste

instrumento, maior aprofundamento. Mas, fazendo uma análise do presente trabalho e uma futura pesquisa mais aprofundada a respeito dos aspectos aqui demonstrados, no entanto, poderá ampliar e re-significar a Matemática enquanto Ciência e produto da vida do ser humano para sua compreensão.

6. UMA VISÃO CONSTRUTIVISTA DA APRENDIZAGEM

Uma das teorias mais importantes na educação, a Teoria Construtivista, surgiu no século XX, a partir das experiências do biólogo, filósofo e epistemólogo suíço Jean Piaget (1896-1980), o qual observando crianças desde o nascimento até a adolescência. Para este autor, o conhecimento,

[...] não pode ser concebido como algo predeterminado nem nas estruturas internas do sujeito, porquanto estas resultam de uma construção efetiva e contínua, nem nas características preexistentes do objeto, uma vez que elas só são conhecidas graças à mediação necessária dessas estruturas, e que essas, ao enquadrá-las, enriquecem-nas (PIAGET, 2007, p.1).

Os principais pressupostos da teoria epistemológica de Jean Piaget modificaram a forma de compreender o desenvolvimento humano que direcionou na construção de novas teorias pedagógicas, na medida em que o sujeito se relaciona com o meio físico e social. Assim, a concepção de inteligência,

[...] como desenvolvimento de uma atividade assimiladora cujas leis funcionais são dadas a partir da vida orgânica e cujas sucessivas estruturas que lhe servem de órgãos são elaboradas por interação dela própria com o meio exterior” (PIAGET, 1987, p. 336),

Essa ideia fortalece teoricamente muitas investigações no campo educacional em busca de novas práticas pedagógicas alicerçadas no construtivismo.

Segundo Becker (1994), o construtivismo não é um modelo prático e nem metódico, mas uma teoria que permite conceber o conhecimento a partir da construção da ação interativa do sujeito com o meio. Assim, o sentido construtivista na educação distingue-se da escola como fonte transmissível de conhecimento já pronto através de várias repetições como forma de aprendizagem. Na concepção construtivista a educação é concebida, segundo Becker (1994, p. 89), como “um processo de construção de conhecimento ao qual ocorrem em condição de complementaridade, por um lado, os alunos e professores e, por outro, os problemas sociais atuais e o conhecimento já construído (“acervo cultural da Humanidade”)”.

Em se tratando de ensino da matemática, é preciso mais do que transformar números em resultados viciados pelo direcionamento dos cálculos para uma linguagem corrente. É

urgente a necessidade de uma mudança conceitual, inclusive de questionamentos sobre vários assuntos abordados em sala de aula pelo professor, pois a melhor maneira de fazer o aluno não pensar é revelar a ele o caminho, a solução, a estratégia. Em outras palavras, o professor tem tornado o aluno em um ser carente intelectualmente, o privando da magnitude de pensar.

Tradicionalmente o professor é visto como um especialista transmissor de conhecimento e o aluno como um mero receptor que armazena em um depósito na sua cabeça as informações recebidas. Mas, felizmente este modismo começou a modificar-se com o enfoque construtivista da aprendizagem e, aos poucos as tendências didáticas passaram a ter um significado diferente relativas as novas atribuições do professor, o que por sua vez, produzem em sala de aula, um choque de expectativas no aluno. Conforme Libâneo (2006, p.3),

[...] isto traz implicações importantes para o ensino, pois se o que está mudando é a forma como se aprende, os professores precisam mudar a forma como se ensina, respeitando-se o princípio da subordinação do ensino aos modos de aprender. A preocupação mais elementar da didática, hoje, diz respeito às condições e modos pelos quais os alunos melhoram e potencializam sua aprendizagem. Em razão disso, uma didática a serviço de uma Pedagogia voltada para a formação de sujeitos pensantes e críticos deverá salientar em suas investigações as estratégias pelas quais os alunos aprendem a internalizar conceitos, habilidades e competências do pensar, elementos categoriais, modos de ação, que se constituam em “instrumentalidades” para lidar praticamente com a realidade: resolver problemas, enfrentar dilemas, tomar decisões, formular estratégias de ação.

Dentre as competências que devem ser adquiridas pelo aluno ao estudar matemática, definidas nas Diretrizes Curriculares do Ministério da Educação, encontra-se a de investigação e compreensão daquilo que é adequadamente proposto.

Segundo George R. Knight (2001), em seu livro *Filosofia & Educação*, “o principal objetivo do professor é ser um agente de reconciliação”. Portanto, ensinar deve ser mais do que transmissão de informação e preenchimento das cabeças dos alunos com conhecimento.

7. ENSINO E APRENDIZAGEM

Educar, do latim *educare*, que significa conduzir de um estado a outro, além de transformar numa certa direção o que é suscetível de educação, conforme é explicado por LIBÂNEO:

O ato pedagógico pode ser, então definido como uma atividade sistemática de interação entre seres sociais tanto no nível do intrapessoal como no nível de influência do meio, interação esta que se configura numa ação exercida sobre os sujeitos ou grupos de sujeitos visando provocar neles mudanças tão eficazes que os tornem elementos ativos desta própria ação exercida. Presume-se aí, a interligação de três elementos: um agente (alguém, um grupo, etc.), uma mensagem transmitida

(conteúdos, métodos, habilidades) e um educando (aluno, grupo de alunos, uma geração) [...] (1994, p.56).

Deve ser considerado o processo educativo um pressuposto determinante para o ensino-aprendizagem. O cotidiano escolar necessita estar aliado ao contexto externo, já que a escola é uma preparação para a vida, por isso, esta assume uma relevante dimensão de significados, pois a descoberta e a valorização da dimensão simbólica extensiva ao conhecimento no ambiente institucional escolar, permite um novo direcionamento da prática vivida por educadores e educandos, modificando e construindo o saber para a formação de ambos os envolvidos.

Em todo sentido, uma aula sempre pode ser bem aproveitada pois,

toda aula, em resumo, seja qual for o objetivo a que vise, e por mais claro, preciso, restrito, que este se apresente, tem sempre uma inelutável repercussão mais ou menos ampla, no comportamento e no pensamento dos alunos” (GRISI, 1971, p.91).

Sempre ocorrerá um reflexo mediante a proposta apresentada, de permanência, caso atenda as necessidades, ou alterações, o que é mais frequente. O diferencial que vai proporcionar o ganho aprendido é a mobilidade disponível para lidar com tais, tanto por aquele que propõe, como para aqueles que reagem, sendo que o aproveitamento abstraído é o resultado ocasionado pela maneira como fora lidado com o produto gerado pelo encontro destes componentes.

Essa dinâmica pode acarretar em desafios despertados aos agentes envolvidos no processo: professores e alunos. No entanto, estes podem ser entendidos como fatores que possam conduzir a busca de inovações no plano de desenvolvimento pessoal e profissional.

Os desafios são inúmeros, porém o professor não deve cruzar os braços e nem ficar confortavelmente diante da diversidade de conhecimentos que o mundo globalizado apresenta, e sim buscar mecanismos que favoreçam a construção de conhecimento, articulado com o processo de mudanças que se fazem presente na sociedade contemporânea. Ele precisa ter ciência de que sua função mais importante é saber ser um cooperador, facilitador e estimulador das descobertas de seus alunos. Segundo Libâneo, o mesmo afirma que:

Os educadores críticos estão desafiados a repensar objetivos e processos pedagógicos-didáticos em sua conexão com as relações entre educação e economia, educação e sociedade técnico-científica-informacional, para além dos discursos contra o domínio do mercado e a exclusão social (LIBÂNEO, 1998, p. 84).

Nesta ótica, é indispensável repensar e reavaliar as relações estabelecidas no ambiente educacional, de modo que se avance para a reorganização e reconstrução do progresso na busca de processos emergentes através de relações objetivas e subjetivas.

Contudo, somente através da interdisciplinaridade inserida neste contexto, tem-se o intuito de realizar e proporcionar um novo olhar para as questões de aprendizagem. Algo próximo ao apontado por Gaudêncio Frigotto (1995, p.26), a interdisciplinaridade impõe ao “homem produzir-se enquanto ser social e enquanto sujeito e objeto do conhecimento social”. Isso está fundamentado no caráter dialético da realidade social, traçado pelo princípio da contradição, pelo qual a realidade pode ser percebida de forma bem diversa. Isso significa que, embora fragmentando o problema a ser estudado, não podemos deixar de considerar as múltiplas determinações e mediações históricas que o constituem.

Tem-se então, um movimento histórico redesenhando presença do enfoque interdisciplinar na educação, no qual, as ações interdisciplinares constituem um dos pressupostos diretamente relacionados a um contexto mais amplo que vincule não só a área da Educação, mas também outros setores da vida social como a economia, política, religião e a tecnologia que está em pleno curso.

Essa necessidade no campo educativo tem fomentado a permeabilização da interdisciplinaridade na produção e socialização do conhecimento, o que vem sendo motivo de discussão por vários autores, principalmente por aqueles que pesquisam as teorias curriculares.

Edgar Morin (2005), um dos teóricos desse movimento, entende que só a complexidade do pensamento nivelada a uma realidade pode fazer avançar a reforma do pensamento na direção da contextualização, da articulação e da interdisciplinaridade do conhecimento produzido pela humanidade. Para ele,

[...] a reforma necessária do pensamento é aquela que gera um pensamento do contexto e do complexo. O pensamento contextual busca sempre a relação de inseparabilidade e as inter-retroações entre qualquer fenômeno e seu contexto, e deste com o contexto planetário. O complexo requer um pensamento que capte relações, inter-relações, implicações mútuas, fenômenos multidimensionais, realidades que são simultaneamente solidárias e conflitivas (como a própria democracia que é o sistema que se nutre de antagonismos e que, simultaneamente os regula), que respeite a diversidade, ao mesmo tempo em que a unidade, um pensamento organizador que conceba a relação recíproca entre todas as partes. (p. 23).

A questão relacional acima fundamentada pode trazer um novo olhar sobre educação, proporcionando um entendimento maior do imaginário discente. Para tanto, é necessário

vivenciar a empatia imaginária construída pelos alunos a respeito da atuação dos professores e das disciplinas.

Compreendendo a disciplina isoladamente acarretará uma situação de instabilidade para os envolvidos na busca por novas descobertas. É imprescindível a estruturação do pensamento que de acordo Freire (1996, p. 76-77),

O melhor ponto de partida para estas reflexões é a inconclusão do ser humano que se tornou inconsciente. Como vimos aí radica a nossa educabilidade bem como a nossa inserção num permanente movimento de busca em que, curiosos e indagadores não apenas nos damos conta das coisas, mas também delas podemos ter um conhecimento cabal... A nossa capacidade de aprender de que decorre a de ensinar, sugere ou, mais do que isso implica a nossa habilidade de aprender a substantividade do objeto aprendido.

Dessa maneira, a capacidade que se tem em aprender é precisa e necessária para que possamos reconstruir “um mau aprendizado” (Freire, 1996, p. 77) de forma que esse converta a prática educativa em algo crescente, suprimindo de saberes indispensáveis para a formação.

Segundo Pimenta (2002), faz-se necessário entender com mais cautela o conceito de ser um professor reflexivo, pois o que parece é que o termo tornou-se mais uma teoria modista, do que uma meta de transformação propriamente dita.

Para Libâneo, é importante o professor saber: que tipo de reflexão precisa para alterar sua prática, pois para ele:

A reflexão sobre a prática não resolve tudo, a experiência refletida não resolve tudo. São necessárias estratégias, procedimentos, modos de fazer, além de uma sólida cultura geral, que ajudam a melhor realizar o trabalho e melhorar a capacidade reflexiva sobre o que e como mudar (LIBÂNEO, 2005, p. 76).

Assim, se percebe que pensar sobre a formação de professores que explorem dos seus alunos mais do que respostas prontas, é compreender e analisar criticamente os contextos históricos, sociais, culturais e organizacionais, nos quais fazem parte do cotidiano atual e inseri-los nas atividades curriculares, podendo assim intervir nessa realidade e transformá-la para fomentar no aluno a busca incessante da aprendizagem.

8. CITAÇÕES BÍBLICAS ENVOLVENDO A MATEMÁTICA NA BÍBLIA

A Bíblia Sagrada é um compêndio de livros que perdura há séculos e, segundo um autor cristão chamado J. C. Keister ao examiná-la para tomar nota específica de vários problemas matemáticos, encontrou cerca de 150 referências à aritmética e à geometria, tanto no Antigo Testamento como no Novo Testamento. O interessante é que é possível fixar diversos conteúdos matemáticos através da Bíblia, mas o intuito é esboçar muito brevemente

sobre os fundamentos da matemática que lidam em algumas passagens que serão mencionadas. Para ter uma idéia de algumas dessas referências, voltemo-nos para o primeiro livro da Bíblia, onde lemos:

Viveu Adão cento e trinta anos, e gerou um filho à sua semelhança, conforme a sua imagem, e lhe chamou Sete. Depois que gerou a Sete, viveu Adão oitocentos anos; e teve filhos e filhas. Os dias todos da vida de Adão foram novecentos e trinta anos; e morreu (GÊNESIS 5:3-5 RA).

Entre outras coisas, essa afirmação em particular declara que: $130 + 800 = 930$. Aqui temos um caso de adição descrita pelo autor. Encontramos também, um exemplo de subtração contido em:

No ano quarto, se pôs o fundamento da Casa do Senhor, no mês de zive. E, no ano undécimo, no mês de bul, que é o oitavo, se acabou esta casa com todas as suas dependências, tal como devia ser. Levou Salomão sete anos para edificá-la (1 REIS 6:37-38 RA).

Em outra notação, se verifica que: $11 - 4 = 7$. Foi exatamente o tempo que o rei Salomão levou para edificá-la.

Existem vários casos que poderíamos citar, tanto de adição como diferenças que são mencionadas ou implicadas através de contextos históricos.

Exemplos de multiplicações estão contidas tanto no Novo Testamento como no Velho Testamento, mas nos deteremos a esse que diz:

Pelo resgate dos duzentos e setenta e três dos primogênitos dos filhos de Israel, que excedem o número dos levitas, tomarás por cabeça cinco siclos; segundo o siclo do santuário, os tomarás, a vinte geras o siclo. E darás Aarão e a seus filhos o dinheiro com o qual são regatados os que são demais entre eles. Então, Moisés tomou o dinheiro do resgate dos que excederam os que foram resgatados pelos levitas. Dos primogênitos dos filhos de Israel tomou o dinheiro, mil trezentos e sessenta e cinco siclos, segundo o siclo do santuário (NÚMEROS 3:46-50 RA).

Perceba que os acontecimentos são de 3.500 a.C. aproximadamente e Moisés com sua comitiva de Israel esbanjam conhecimentos matemáticos quando fazem e descrevem um cálculo exato de multiplicação. Ou seja, a 3.500 anos atrás eles dominavam a multiplicação que será mostrada a seguir: $273 \times 60 = 16.380$, ou seja, tinham 16.380 gramas.

Além da operação aritmética da multiplicação vista, temos ainda as conversões e arredondamentos realizados como unidades padrões de medida.

Na íntegra, algumas deduções, portanto, ficam inevitáveis. Se eles podiam realizar a multiplicação, fica óbvio que eles também sabiam dividir, pois a divisão é o inverso da multiplicação. Enfim, as quatro operações básicas da aritmética podemos ver estabelecidas no contexto bíblico apresentado até agora.

Lembramos que pelo menos nesse trecho lido em que se referem ao líder Moisés, esse viveu boa parte da sua vida no Egito, civilização essa que dominavam os conceitos matemáticos, embora ainda não estabelecidos da forma que conhecemos hoje.

Casos envolvendo números racionais também podem ser encontrados na seguinte referência, onde lemos:

Mas, se for de um animal imundo, resgatar-se-á, segundo a tua avaliação, e sobre ele acrescentará a quinta parte; se não for resgatado, vender-se-á, segundo a tua avaliação (LEVÍTICO 27:27).

Nesse texto lido, fica claro que a quinta parte refere-se a $1/5$ que representa uma fração, ou seja, um número racional. Também no próprio capítulo 27 do livro de Levítico, já no versículo 32, o texto implica em uma fração, observe o que diz: No tocante às dízimas do gado e do rebanho, de tudo o que passar debaixo do bordão do pastor, o dízimo será santo ao Senhor. Essa é uma menção do dízimo ou 10%. Mais uma vez conceitos fracionários e também de porcentagens.

Em nível de curiosidade, até Axiomas da Aritmética está evidenciado no uso matemático nas Escrituras que não fora explicitados neste artigo.

Existe uma referência à magnitude do valor de PI na Bíblia, em que o diâmetro e a circunferência de um tanque redondo são especificados que diz:

Fez também o mar de fundição, redondo, de dez côvados de uma borda até à outra borda, e de cinco de altura; e um fio de trinta côvados era a medida de sua circunferência. Por baixo da sua borda em redor, havia colocintidas, dez em cada côvado; estavam em duas fileiras, fundidas quando se fundiu o mar. Assentava-se o mar sobre doze bois; três olhavam para o norte, três para o ocidente, três para o sul, e três, para o oriente; o mar apoiava-se sobre eles, cujas partes posteriores convergiam para dentro. A grossura dele era de quatro dedos, e a sua borda, como borda de copo, como flor de lírios; comportava dois mil batos (1 REIS 7:23-26 RA).

Como sabemos o valor do número PI é aproximadamente 3,14, cujo símbolo é representado pela letra grega π , que trata de um número irracional e infinito e pode ser obtido através da divisão da circunferência pelo seu diâmetro, como vemos através da fórmula:

$$\pi = \frac{\text{circunferência}}{\text{diâmetro}}.$$

Ou então, através do cálculo da área do círculo

$$A = \pi r^2.$$

Como também através do cálculo do comprimento da circunferência

$$C = 2\pi r.$$

O que nos sugere nessa referência um cálculo trigonométrico para descobrir o valor de π na Bíblia. Há, portanto, cálculos equivocados do número π feitos por algumas pessoas e que chegam a um resultado de valor exato igual a 3. Assim:

Analisando o livro de I REIS 7:23 onde afirma sobre um tanque redondo de bronze, com dois metros e vinte de profundidade, quatro metros e quarenta de diâmetro e treze metros e vinte de circunferência.

Calculando ficaria: $13,2 / 4,4 = 3$. Deveria ser notado que a largura da borda do recipiente precisa ser levado em conta, em cujo ponto fica claro que o valor de π obtido dividindo-se a circunferência pelo diâmetro correto está dentro de 1 (um) por cento do valor real de π . Visto que as próprias medidas não são absolutamente precisas (um erro de 1/8 por cento na medida do diâmetro não faria diferença no valor calculado e no valor real de π), a correspondência é de fato considerável.

Porém, numa sala de aula, o que daria uma boa discussão entre os alunos, se o professor condicionar a aula para trabalhar a crítica necessária para a aprendizagem através do diálogo e, não fazendo com que o aluno se limite apenas a livros didáticos usualmente conhecidos, mas que naveguem em situações que explorem investigações concisas. E para compreender melhor essa prática dialógica, Freire acrescenta que:

[...], o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. (FREIRE, 2005, p. 91).

Assim, quanto mais o professor compreender a dimensão do diálogo como postura necessária em suas aulas, maiores avanços será conquistado em relação aos alunos, pois desse modo, sentir-se-ão mais curiosos e mobilizados para transformarem a realidade. Quando o professor atua nessa perspectiva, ele é visto como um mediador, alguém capaz de articular as experiências dos alunos com o mundo, levando-os a refletir sobre seu entorno, assumindo um papel mais humanitário em sua prática docente.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo tem a intenção de mostrar conceitos matemáticos contidos na Bíblia Sagrada, que pode ser utilizado como fonte investigadora e complemento histórico para a disciplina de matemática. Compreender o que se encontra escondido na formação discente é mais do que urgente. O entendimento interdisciplinar relacionado a causas concretas na

problematização de conceitos fundamentais da matemática poderá oportunizar o conhecimento das imagens instituídas em relação à própria disciplina, melhorando a compreensão dos aspectos que fazem parte do contexto dos estudantes, aprofundando assim, o entendimento em relação à própria formação discente. Para isso, o construtivismo procura explicar como a inteligência humana se desenvolve partindo do princípio de que o desenvolvimento da inteligência é determinado pelas ações mútuas entre o indivíduo e o meio, ou seja, o homem não é passivo sob a influência do meio, isto é, ele responde aos estímulos externos agindo sobre eles para construir e organizar o seu próprio conhecimento, de forma cada vez mais elaborada. Sendo assim, não apenas a disciplina de Matemática, mas a educação de um modo geral deve ser um processo de construção do conhecimento, através da reflexão, pautada em um novo modo de conceber o mundo, a vida e as relações sociais e, para que isso se efetive, todos os educadores precisam, fundamentalmente, de um bom aporte teórico. Nesse sentido, não é apenas na seleção deste ou daquele instrumento, seja material ou conteúdo, que o professor assume uma postura construtivista, mas, sim, no encaminhamento das etapas que desencadeiam e efetivam a construção do conhecimento, considerando como influências deste processo o contexto da escola e a coexistência de diferentes concepções dos professores sobre como se ensina e como se aprende. Então, por meio desse artigo, podem ser observadas as significações das distintas fontes de pesquisas, sendo trabalhadas com conteúdos que são impostos pelo Currículo Educacional Brasileiro e suas diretrizes em relação à Matemática contida na Bíblia, especificamente aqui tratada, que o aluno atribui a essa disciplina. É importante considerar que, como em toda a pesquisa, esta revelou apenas alguns aspectos delimitados pela temática, pois a relação Matemática-Bíblia, vai muito além das questões aqui analisadas, isso acontece principalmente, devido às constantes e aceleradas mudanças que ocorrem na sociedade e refletem no contexto escolar. Espera-se que a partir de então, seja explorado mais conceitos axiomáticos e procedimentos matemáticos na comunidade acadêmica e nas escolas. Desta forma, poderemos superar as deficiências de interpretação pela falta da leitura e, bem como, aproximar a matemática de outras áreas. Contudo, apesar de muitos avanços poderem ser observados, sabe-se que ainda há muitos pontos que necessitam ser retomados e redimensionados. O importante é que houve intervenção e alteração no contexto estudado. A proposta ora apresentada encontra-se aberta para qualquer consideração e sugestão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A BÍBLIA SAGRADA. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

BECKER, Fernando. **O que é o construtivismo?** Ideias, n. 20. São Paulo: FDE, 1994.p.7-93.Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_20_p087-093_c.pdf>. Acesso em: 14 de fev. 2013.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Etnomatemática – Elo entre as tradições e a modernidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

D'AMORE, Bruno. **Elementos da Didática da Matemática.** São Paulo: Livraria da Física, 2007.

DUBORGEL, Bruno. **Imaginário e Pedagogia.** Lisboa: editions Privat, 1992.

FONSECA, Vitor da. **“Aprender a Aprender. A Educabilidade Cognitiva.”** Edit. ARTMED. Porto Alegre, 1998.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 19 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais.** In: JANTSCH, A. P.; BIANCHETTI, L. (orgs) **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GRISI, Rafael. **Didática mínima.** 3. ed. São Paulo: Nacional, 1971.

KNIGHT, George. **Filosofia & Educação - Uma Introdução da Perspectiva Cristã.** Engenheiro Coelho: Imprensa Universitária Adventista, 2001.

LIBÂNEO, Carlos José. **Adeus Professor, Adeus Professora? Novas exigências educacionais e profissão docente.** São Paulo: Cortez, 1999.

LIBÂNEO, Carlos José. **Didática.** São Paulo: Cortez Editora, 1994.

MORIN, Edgar. **Educação e complexidade os sete saberes e outros ensaios.** São Paulo: Cortez, 2005.

PIAGET, Jean. **Epistemologia genética.** Tradução de Álvaro Cabral. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência na criança.** 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

PIMENTA, Selma Garrido. (Org.) **Professor Reflexivo no Brasil .** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

INTERDISCIPLINARIDADE NO ÂMBITO ESCOLAR

Tamirys Hamanda Vieira Gomes

Erika Samara Alves de Brito

Maria de Sousa Leal

Jorge Luiz Ramos e Silva

RESUMO:

A interdisciplinaridade tem como objetivo alcançado um melhor entendimento das disciplinas nas mais variadas áreas, devido à forma inovadora de recursos e dinâmicas utilizada nas temáticas e conteúdos das diversas disciplinas, proporcionando ao aluno um melhor entendimento sobre o assunto abordado e a construção de um saber crítico e raciocínio rápido. O presente artigo tem como objetivo analisar a importância da interdisciplinaridade no âmbito escolar e analisar os métodos utilizados na integração dos conteúdos de uma disciplina com outras áreas de conhecimento, contribuindo no aprendizado do educando e desenvolvendo para o saber crítico e raciocínio. Esse estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, levantando informações das práticas utilizadas pelos educadores no âmbito escolar a cerca da interdisciplinaridade nas disciplinas. Com a interdisciplinaridade o professor pode levantar questionamentos sobre assuntos atuais e da sociedade fazendo com que o aluno busque respostas com êxito para estes questionamentos. Ela não tem o intuito de criar um novo saber ou disciplinas, e sim a utilização do conhecimento em varias disciplinas o intuito de compreender diferentes pontos de vista e resolução de problemas, com isso pode afirmar que ela tem como objetivo a busca de um desenvolvimento de raciocínio e critica do aluno. Assim conclui-se que a interdisciplinaridade no âmbito escolar contribui de forma positiva sendo assim de importância, pois faz com que o aluno relacione o mesmo tema em varias disciplinas e, no entanto ao invés de serem trabalhando no âmbito escolar adquirindo conhecimento fragmentado trabalha-se um conhecimento mais por completo compreendendo melhor como é efetuada esta pratica.

Palavras-chaves: Interdisciplinaridade. Processo de Ensino e Aprendizagem. Educação.

INTRODUÇÃO

A interdisciplinaridade foi abordada no Brasil através das diretrizes e bases Nº 5.692/71, permanecendo no cenário educacional e ganhando cada vez mais enfoque não apenas na legislação e na proposta curricular como também tornando presente no discurso e prática dos professores, podendo agir no intuito de interação de professor, aluno e cotidiano.

Ela tem como objetivo analisar a importância da interdisciplinaridade no âmbito escolar, analisar os métodos utilizados na integração dos conteúdos de uma disciplina com

outras áreas de conhecimento contribuindo no aprendizado do aluno. Com isso a interdisciplinaridade possibilita a formulação de um saber crítico e reflexivo, valorizando no processo de ensino e aprendizado.

Devemos ressaltar que o método de interdisciplinaridade só será eficaz atingindo as metas educacionais previamente estabelecidas, se as disciplinas almejam o mesmo interesse.

Com isso o presente estudo busca analisar a importância da interdisciplinaridade no conhecimento escolar.

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa científica por se tratar de um assunto importante para a sociedade em geral, capaz de proporcionar conhecimentos fundamentais que podem ser postos em prática. A pesquisa em questão caracteriza-se em um resumo de assunto fundamentado em trabalhos mais avançados, publicados por autoridades no assunto, e que não se limita á simples cópias de idéias.

Para Marcone e Lakatos (2009) “a pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregados”.

A delimitação do estudo foi realizada através de pesquisa bibliográfica, devido ao tema já ter sido estudo por outras pessoas, foi coletado informações de artigos publicados nos últimos dez anos, tendo como foco principal a interdisciplinaridade no âmbito escolar. Os seguintes termos de pesquisa (palavras-chaves) sendo utilizados vários sinônimos: 1) interdisciplinaridade; 2) Educação 3) Escola e interdisciplinaridade.

1. REVISÃO E DISCURSSÃO

Não devemos confundir a educação inclusiva com educação especial, afinal o ensino inclusivo abrange não apenas os portadores de deficiências físicas e/ou mentais, esta incluindo ensino também aos cegos, surdos e mudo, etc... Com transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidades/superdotados, desde a educação infantil até a educação superior.

A origem da interdisciplinaridade está nas transformações dos modos de produzir a ciência e de perceber a realidade e, igualmente, no desenvolvimento dos aspectos político-administrativos do ensino e da pesquisa a nas organizações e instituições científicas. Mas, sem dúvida, entre as causas principais estão a rigidez, a artificialidade e a falsa autonomia das disciplinas, as quais não permitem acompanhar as mudanças no processo pedagógico e a produção de conhecimento novos (PAVIANI, p.14, 2008).

A interdisciplinaridade tem como objetivo alcançado um melhor entendimento das disciplinas nas mais variadas áreas, devido a forma inovadora de recursos e dinâmicas

utilizada nas temáticas e conteúdos das diversas disciplinas, proporcionando ao aluno um melhor entendimento sobre o assunto abordado e a construção de um saber crítico e raciocínio rápido.

A utilização de interdisciplinaridade no âmbito escolar não significa a eliminação de disciplina, trata de torná-las comunicativas entre si, ou seja, as disciplinas terem o mesmo ponto em comum facilitando o entendimento de ambas as disciplinas. Prática muito utilizada e no processo ensino-aprendizagem, ganhando cada vez mais espaço no âmbito escolar atualmente.

Ela é uma temática que facilita o trabalho em sala de aula no qual um tema é proposto e abordado de forma diferente em varias disciplinas. Compreendendo as ligações nas diferentes áreas de conhecimento, resgatando possibilidades e ultrapassando o pensamento fragmentado. Proporcionando ao aluno construção de critica e raciocínio.

Dessa forma, a finalidade da interdisciplinaridade é de ampliar uma ligação entre o momento identificador de cada disciplina de conhecimento e o necessário corte diferenciador. Não se trata de uma simples deslocação de conceitos e metodologias, mas de uma recriação conceitual e teórica (PAVIANI, p. 41, 2008).

2.1 A INTERDISCIPLINARIDADE NO ÂMBITO ESCOLAR

A interdisciplinaridade não tem o intuito de criar um novo saber ou disciplinas, e sim a utilização do conhecimento em varias disciplinas o intuito de compreender diferentes pontos de vista e resolução de problemas, com isso pode afirmar que ela tem como objetivo a busca de um desenvolvimento de raciocínio e critica do aluno.

Entre os princípios pedagógicos que estruturam as áreas de conhecimento destaca-se como principal, a interdisciplinaridade. “Para observância da interdisciplinaridade é preciso entender que as disciplinas escolares resultam de recortes e seleções arbitrários, historicamente constituídos, expressões de interesses e relações de poder que ressaltam, ocultam ou negam saberes (Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Médio. Brasília: MEC, 2002, pág. 88)”.

A interdisciplinaridade é um novo método aplicado, porem nem todas as escolas aplicam este método utilizando o modelo antigo de aprendizagem e com isso a pratica do saber fragmentado, o professor transmitido informações e o educando assimilando elas.

No mundo atual moderno e informatizado o conceito de professor muda onde ele apenas vai ser o mediador desta aprendizagem e não mais provedor de conhecimento, levando questionamentos ao aluno e levando-o na busca das respostas desejadas, ou seja, o aluno devera ser capaz de enfrentar os desafio que o professor lança aos educandos.

O âmbito escolar não proporciona ao professor abordar apenas questionamentos a cerca de habilidades acadêmicas mais também deve-se abordar questionamentos sociais, levando o aluno a adquirir caráter, honestidade e responsabilidade.

A interdisciplinaridade muitas vezes não é efetuada no âmbito escolar por falta de tempo, interesse ou preparo dos educadores, sendo necessário uma conscientização nos educadores para verem a real importância desta interdisciplinaridade e proporcionando ao aluno e professor uma maior capacidade de ampliação do conhecimento.

Assim, práticas formativas referem-se a maneiras bem identificáveis de ensinar, mas também à qualidade das relações entre professor e aluno, ao exemplo profissional, à autoridade intelectual do professor formador, entre muitas outras ocorrências que os alunos podem avaliar como importante para o aprendizado do ser professor. (GUIMARÃES, 2004, p. 56)

A construção do conhecimento sobre os conteúdos escolares, problemas atuais e tradicionais é realizado através do aluno a cerca dos meios informatização além de serem influenciados por professores, colegas, meio ambiente e ambiente educacional no intuito da busca das respostas desejadas.

Tudo que se ensina e aprende na sala de aula é inevitavelmente transmitido aos pais e ao ambiente familiar e é através desses fatores que interferem na aprendizagem do dia a dia do aluno.

A interdisciplinaridade é uma proposta que visa superar o conceito de conhecimento escolar arcaico devido a sua metodologia inovadora aplicada em sala de aula debatendo o mesmo tema em diversas disciplinas fazendo com que o aluno construa um raciocínio rápido levando o mesmo a pensar nos problemas abordados em sala de aula e assim buscando a respostas desejáveis para estes problemas.

É fundamental que as escolas, ao manterem a organização disciplinar, pensem em organizações curriculares que possibilitem o diálogo entre os professores das disciplinas da área de Ciências da Natureza, na construção de propostas pedagógicas que busquem a contextualização interdisciplinar dos conhecimentos dessa área. O que se precisa é instituir os necessários espaços interativos de planejamento e acompanhamento coletivo da ação pedagógica, de acordo com um ensino com característica contextual e interdisciplinar (BRASIL, 2006, p. 105).

A interdisciplinaridade é uma ponte para o melhor entendimento das disciplinas entre si. É importante por abordar temas e conteúdos que pode ser utilizado diferentes recursos e dinâmicas aplicadas em sala de aula.

É importante frisar que o plano de trabalho não deve ser elaborado apenas pelo professor mais sim pela a equipe de professores e aluno, com a meta de enriquecer e construir

um melhor conhecimento para o aluno tendo em vista o mesmo tema abordado em diferentes disciplinas.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos ganham com a interdisciplinaridade pelo conhecimento recuperado e adquirindo complexidade pelo o mesmo, os professores por adquirirem mais interação com os colegas de trabalho, os alunos por estarem trabalhando em grupo e adquirindo uma melhor visão da sociedade devido os problemas sociais atuais abordados em sala de aula.

Considerado que a interdisciplinaridade é um assunto amplo realizamos este trabalho para nortearmos nas atividades futuras como educadores descobrindo e aumentando o nosso ponto de vista a cerca da temática abordada neste artigo.

A interdisciplinaridade vem ganhando cada vez mais seu lugar no âmbito escolar devido proporcionar o aluno a pensar e construir sua crítica e adquirir um melhor raciocínio aos problemas que são abordados em sala de aula, não devemos confundir interdisciplinaridade com “junção de disciplinas” ou “junção de método” afinal ela é pelo contrario ao invés de unir disciplinas, ela aborda o mesmo tema mas em diferentes disciplina desconsiderando a metodologia antiga de conhecimento em partes.

Portanto a interdisciplinaridade nas escolas vem no intuito de complementar a pratica metodológica conduzindo o aluno a pensar e buscar respostas as temáticas e problemas que são realizados em sala de aula e assim conduzindo o aluno a ter caráter e responsabilidade mais também raciocínio e critica para com os problemas expostos a ele.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- PAVIANI, Jayme. **Interdisciplinaridade: conceitos e distinções**. 2. ed. Caxias do Sul, RS: Educus, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação - MEC, Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias**. Brasília, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2002.
- GUIMARÃES, Valter S. **Formação de professores: saberes, identidade e profissão**. Campinas, SP: Papirus, 2004.
- DEMO, Pedro. **Educação & conhecimento – relação necessária, insuficiente e controversa**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E SUAS COMPLEXIDADES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Antonio Albuquerque Bezerra

RESUMO:

Este artigo apresenta concepções sobre gestão pedagógica e as atividades desenvolvidas pelos servidores de uma escola municipal localizada no município de Aurora - CE, contextualizando a gestão democrática da educação aos mecanismos legais e institucionais e à coordenação de atitudes que propõem a participação social: no planejamento e elaboração de políticas educacionais; na tomada de decisões; na escolha do uso de recursos, resultados obtidos e prioridades de aquisição; na execução das resoluções colegiadas; nos períodos de avaliação da escola e da política educacional. Utilizando a aplicação da política da universalização do ensino para estabelecimentos de prioridades educacionais a democratização do ingresso e a permanência do aluno da Educação de Jovens e Adultos na escola, assim como a garantia da qualidade social da educação veiculada ao Projeto Político pedagógico da Instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Democrática, EJA, e Projeto Político Pedagógico.

INTRODUÇÃO

O presente documento pretende ressaltar reflexões sobre questões da gestão democrática escolar na rotina da Escola EIF Romão Sabiá, Aurora - CE, de modo a investigar e intervir nas atividades escolares executadas nesta instituição. A análise deu ênfase à reestruturação do PPP (Projeto Político Pedagógico) com vista à definição de propostas adaptadas a melhoria do ensino aprendizagem da EJA (Educação de Jovens e Adultos), que por sua vez foi objeto de observação durante o ano letivo de 2013 no qual o desempenho da aprendizagem registrou números preocupantes, exigindo não só uma reflexão quanto ao papel da escola frente ao desafio de garantir o direito de Educação de qualidade para seus alunos, quanto a estruturação de ações que possam garantir a qualidade no ensino dos discentes da EJA.

1. DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO NA ESCOLA

Desde o início do século XXI, a aceleração dos avanços tecnológicos, a globalização do capital e as transformações nas relações de trabalho, como a perda dos direitos sociais, trouxeram mudanças para as políticas e gestão e de regulação da Educação no Brasil. Tais

mudanças interferem na organização da escola e nos papéis dos diversos atores sociais que constroem seu cotidiano.

Compreender esse processo e a legislação dela decorrente, bem como fortalecer a discussão e as deliberações coletivas na escola, é um desafio que se coloca para toda a comunidade escolar, para todos os trabalhadores que trabalham na escola pública.

Nesse cenário adverso, é possível agir em outra direção. Democratização da escola implica repensar sua organização e gestão, por meio do redimensionamento das formas de escolha do diretor e da articulação e consolidação de outros mecanismos de participação. Nesse sentido, é fundamental garantir, no processo de democratização, a construção coletiva do projeto pedagógico, a consolidação dos conselhos escolares e dos grêmios estudantis, entre outros mecanismos.

No entanto, é fundamental a compreensão de que a construção da gestão escolar é sempre processual. Sendo, então, uma luta política e pedagógica, para se impor, é necessário envolver a todos: pais, funcionários, estudantes, professores, equipe gestora e comunidade local.

Os artigos 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-9294/96) e 22 do Plano Nacional de Educação (PNE) indicam que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação e das comunidades escolares e locais em conselhos escolares. Devemos enfatizar então, que a democracia na escola por si só não tem significado. Ela só faz sentido se estiver vinculada a uma percepção de democratização da sociedade.

Para a Gestão democrática deve haver compreensão da administração escolar como e reunião de esforços coletivos para complemento dos fins da educação, assim como a compreensão e aceitação do princípio de que a educação é um processo de emancipação humana. As atitudes, os conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e competências na formação do gestor da educação são tão importantes quanto à prática de ensino em sala de aula. No entanto, de nada valem estes atributos se o gestor não se preocupar com o processo de ensino/aprendizagem na sua escola. É válido ressaltar que na Escola Municipal Romão Sabiá, o Conselho Escolar se encontra em processo de estruturação sob a responsabilidade da equipe técnica da Secretaria Municipal da Educação.

1.1. O MODELO DE PERFIL DOS GESTORES

Os gestores devem também possuir habilidades para diagnosticar e propor soluções assertivas às causas geradoras de conflitos nas equipes de trabalho, ter habilidades e competências para a escolha de ferramentas e técnicas que possibilitem a melhor administração do tempo, promovendo ganhos de qualidade e melhorando a produtividade profissional. O Gestor deve estar ciente que a qualidade da escola é global, devido à interação dos indivíduos e grupos que influenciam o seu funcionamento. O gestor deve saber integrar objetivo, ação e resultado, assim agrega à sua gestão colaboradores empreendedores, que procuram o bem comum de uma coletividade.

Em síntese, o bom gestor deve ser um administrador, isto é, manter a escola dentro das normas do sistema educacional, seguir portarias e instruções e ser exigente no cumprimento de prazos. Também deve valorizar a qualidade do ensino, o projeto pedagógico, a supervisão a orientação pedagógica e criar oportunidades de capacitação docente. Deve, contudo, preocupar-se com a gestão democrática e com a participação da comunidade, estar sempre rodeado de pais, alunos e lideranças do bairro, abrir a escola nos finais de semana e/ou outras ocasiões e permitir trânsito livre em sua sala. Delegar e liderar devem ser as palavras de ordem. E mais: o bom diretor indica caminhos, é sensível às necessidades da comunidade, desenvolve talentos, facilita o trabalho da equipe e, é claro, resolve problemas.

Trata-se então, de conhecimentos norteadores das funcionalidades das relações interpessoais e estímulo a aprendizagem e participação para a melhoria na qualidade das ações autônomas e exercício das funções de cada membro da comunidade escolar e consequentemente aperfeiçoar a qualidade de ensino.

A autonomia das escolas não constitui, portanto, um fim em si mesmo, mas um meio de a escola realizar, em melhores condições, às suas finalidades, que é a formação das crianças e jovens [...]Ferreira (2001, p.34).

Logo, melhorar o ambiente de trabalho através de uma adequada comunicação e o aprimoramento da inteligência emocional resultará em amplos benefícios para o discente. Mas segundo Ferreira (2001, p.34): Não há autonomia da escola sem o reconhecimento da autonomia dos indivíduos que a compõem. Ela é, portanto, o resultado da ação completa dos indivíduos que a constituem, no uso de suas margens na autonomia relativa. Não existe uma autonomia da escola em abstrato, fora da ação autônoma organizada de seus membros.

1.2. A GESTÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP

Desde 1996, o projeto político pedagógico vem sendo construído e propondo novos caminhos, para uma escola diferente. Todas as questões que envolvem o fazer pedagógico e as suas relações com o currículo, conhecimento e com a função social da escola, obriga a um pensar e uma reflexão contínua de todos os envolvidos neste processo. Que Escola queremos construir? Que conhecimentos nossos alunos precisarão ter para de fato, exercer a sua cidadania, nesta sociedade tão cheia de conflitos? Conflitos estes que estão presentes no espaço escolar, nas relações pessoais, no confronto das ideias, e também no surgimento de novas concepções, das dúvidas e da necessidade do diálogo entre os discentes (comunidade escolar).

Tais situações são apresentadas no Projeto Político Pedagógico da escola nas linhas e nas entrelinhas de cada parágrafo, resgatando o aspecto histórico de como cada momento foi sendo produzido e construído. Pois o documento mostra resultado de um esforço conjunto dos profissionais da educação da Unidade Escolar com o objetivo de respaldar as ações administrativas e pedagógicas no âmbito da Instituição de Ensino. No entanto ainda faltam ações voltadas especificamente para a situação da Educação de Jovens e Adultos.

Há a consciência, por parte dos educadores e da Comunidade Escolar da Unidade de Ensino de que representam apenas um germe de projeto político pedagógico e se encontra aberto a todo e qualquer tipo de sugestão e encaminhamentos. Principalmente, no que se refere ao ensino da Educação de Jovens e Adultos, pois os resultados gerais obtidos não vem sendo o esperado pela Instituição. o que podemos verificar pelo relatório final do ano de 2013. Sabemos que nenhum Projeto Político Pedagógico pode ser dado como pronto e acabado sob pena de se cristalizar e deixar de acompanhar os movimentos da história e/ou processo educativo. Portanto, a reflexão é contínua e baseada principalmente na prática pedagógica cotidiana e na discussão dos referenciais teóricos que os encaminhem para uma “práxis” responsável e comprometida com uma escola pública de qualidade.

A Unidade de Ensino busca realizar suas atividades contemplando algumas questões importantes, entre elas, podemos citar: Função Social da Escola que visa promover ao aluno, acesso ao conhecimento sistematizado e, a partir deste, a produção de novos conhecimentos. Preocupando-se com a formação de um cidadão consciente e participativo na sociedade em que está inserido. Tendo como Eixos Norteadores: *Aprender a aprender, Valores, respeito, solidariedade, disciplina, coletividade, Trabalho unificado – coletivo, Criar para humanizar e Compromisso*. Trabalhar valores culturais, morais e físicos; Integrar elementos da vida social aos conteúdos trabalhados; Compreender o aluno como um cidadão que deve ser um

agente transformador da sociedade, além de crítico, responsável e participante. Compreendem ainda que a escola deve ser crítica, reflexiva e possibilitar a toda a comunidade um projeto político pedagógico consolidado pela colaboração mútua e o exercício da construção coletiva desencadeando experiências inovadoras que estão acontecendo na escola.

a escola, por si só não forma cidadãos, mas pode preparar instrumentalizar e proporcionar condições para que seus alunos possam se firmar e construir a sua cidadania (**Proposta Curricular, 1997**).

A comunidade escolar repensa constantemente o seu papel pedagógico e sua função social, para tanto, se faz necessário refletir sobre a escola que tem, se voltada para os interesses políticos, se discriminadora e produtora de mecanismos de controle que impedem que os estudantes consigam enfrentar em condições de igualdade ou como melhor enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

1.3. CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO A LUZ DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A educação é vista como um processo e deve contemplar um tipo de ensino e aprendizagem que ultrapasse a mera reprodução de saberes “cristalizado” e desemboque em um processo de produção e de apropriação de conhecimento e transformá-lo, possibilitando, assim, que o cidadão torne-se crítico e que exerça a sua cidadania, refletindo sobre as questões sociais e buscando alternativas de superação da realidade.

Oferecer um ensino de qualidade e possibilitar o acesso e permanência do aluno com sucesso, visto que somos comprometidos com a formação de cidadãos livres e conscientes. Para isto, nos organizamos de tal forma, que o nosso trabalho se torne eficiente, sobretudo transparente, pois nunca deixamos de respeitar os direitos e interesses da nossa comunidade. (Projeto Político Pedagógico Romão Sabiá)

A Unidade de Ensino contempla o currículo como algo que deve extrapolar o “fazer” pedagógico abrangendo elementos como grade curricular, disciplinas, conteúdos e conhecimento. Sendo necessário resgatar os saberes que o aluno traz de seu cotidiano elencado ao objeto do conhecimento, este não deve ser trabalhado de forma superficial e desvinculado da realidade. Todavia, é preciso que o objeto do conhecimento seja tratado por meio de um processo que considere a interação/ mediação entre educador e educando como uma via de “mão dupla” em que as relações de ensino-aprendizagem ocorram dialeticamente.

O professor é um mediador, orientando o aluno a descobrir seu potencial, suas capacidades e interesses de agir e pensar, transformando-se em sujeitos autônomos, que por si próprios é capaz de construir seus conhecimentos, habilidades, atitudes e valores (P.P.P. Romão Sabiá).

Portanto, não cabe mais uma mera lista de conteúdos. Devem-se dar ênfase as atividades pedagógicas; o conteúdo em sala de aula será resultado da discussão e da necessidade manifestada a partir do conhecimento que se tem do próprio estudante. Logo, de posse de alguns dados referentes ao conhecimento internalizado pelo educando, passa-se a reflexão e discussão sobre os conhecimentos historicamente sistematizados. Essa forma permite que professor e aluno avancem em seus conhecimentos e se constituam como sujeitos reflexivos. A escola deve elaborar, por disciplina, aqueles conteúdos necessários pertinentes a cada série que serão o ponto de partida.

1.4. DOS MOLDES DE AVALIAÇÃO

E quanto a **Avaliação da aprendizagem**, tem um destaque à parte, pois diz respeito a um processo mais amplo e abrangente que abarca todas as ações desenvolvidas na ação pedagógica, assim como todos os sujeitos envolvidos. Portanto, deve estar claro para aquele que avalia que ele também é parte integrante do processo avaliativo uma vez que foi o responsável pela mediação no processo de ensino-aprendizagem. Logo, quando se lança o olhar para avaliar alguém ou alguma ação no âmbito da instituição escolar, lança-se também o olhar sobre si próprio. Ao avaliar deve-se ter em mente o processo como um todo, bem como aquele a quem se está avaliando.

Com a nova LDB 9394/96, que trouxe mudanças significativas para este novo olhar para a avaliação tanto no aspecto pedagógico como da legalidade, a escola tem proporcionado momentos de estudo e de discussão deste tema, que não se esgotou até o presente momento. Dentre as dificuldades que se coloca sobre a avaliação, ainda estão presentes muitas questões do passado, como: provas, trabalhos, recuperação, apropriação dos conceitos mínimos, o empenho dos estudantes no processo, as condições objetivas da prática docente, em relação à correção, critérios, pareceres e a nota como prevê a Normativa Municipal.

A recuperação contínua e paralela prevista em lei ajuda a reelaborar os conceitos que por ventura não foram apropriados por alguma razão e que novas oportunidades de recuperação devem ser oferecidas, não restringindo apenas no sentido de realizar mais uma

prova. Estas novas oportunidades deverão estar devidamente registradas no diário de classe e devem ser lembradas por todo educador que é um direito do aluno. Portanto o trabalho do professor é fundamental na condução do processo, sendo função do docente estar atento a esta questão.

O entendimento dos professores desta escola em relação a avaliação continua e paralela é colocado como importante no processo ensino aprendizagem no que diz respeito a intervenção significativa do professor nos conteúdos que precisam ser melhor explorados e trabalhados, com resignificação pelo docente/discente. Pontuamos a responsabilidade do educador e do aluno, que deverão ser colaboradores neste processo.

O que ainda cria-se um verdadeiro caos pedagógico, para os alunos, famílias e professores é a questão dos critérios avaliativos.

Diante do exposto sobre o trabalho e as formas de atuação nas ações pedagógicas é válido reportar-se ao projeto de intervenção executado na referida Instituição onde teve como objetivos; Conscientizar os discentes da importância do conhecimento em suas vidas; Envolver a comunidade escolar nas ações escolares; Estimular a leitura espontânea dos alunos; Adquirir parceiros da sociedade civil organizada; Garantir o acesso à escola através do transporte escolar; Executar formação continuada específica para os professores; Adotar sistemática de gerenciamento de dados.

Ressaltamos que nem todas as ações pensadas no Projeto de Intervenção foram contempladas, não por falta de querer e sim por falta de recursos, porém chegamos à conclusão de que as ações estruturadas no Projeto Político pedagógico precisam ser repensadas pelo grupo, pois são muitas e algumas não contempla algumas das problemáticas da Unidade de Ensino, como por exemplo, a dificuldade dos alunos da Educação de Jovens e Adultos com o transporte escolar porque depende da prefeitura.

Todas as questões abordadas são práticas efetivas na Unidade de Ensino conforme observações feitas no decorrer da realização do projeto, contudo, são práticas que verdadeiramente ainda não atendem as necessidades específicas da U.E., pois ainda existem na escola os problemas como: indisciplina escolar, evasão/ desistência, repetência e outros problemas. Devemos ressaltar que a problemática não se resume só na escola em estudo, mas em todo âmbito da educação brasileira principalmente em municípios de pequenos portes como é o nosso caso. Se priorizarmos em intervenções na parte que pode dar início a possíveis soluções dos problemas no decorrer do ano letivo e que pelo menos minimizem esses problemas existentes.

CONCLUSÃO

O presente documento que teve como objetivo maior mostrar que mesmo diante de tantas exigências e dificuldades encontradas no contexto escolar e possível estruturar um espaço de convivências e conquistas democráticas apresenta também o caminho percorrido para se chegar as conclusões de que a educação é um processo que se constitui em longo prazo, é uma ação solidária onde a percepção, a troca, a experiência, a reciprocidade, constituem sua essência. A conclusão veio da convivência durante os momentos de pesquisa e participações no cotidiano da unidade de ensino. Percebemos que; apesar do reconhecimento de suas deficiências a equipe escolar ainda se encontra confusa no que se refere à organização de suas ações e prioridades conforme os problemas de maiores gravidades, como o alto índice de evasão dos discentes da Educação de Jovens e Adultos que no ano de 2013 conforme relatório anexo.

É válido reconhecer que a figura do diretor não representa apenas a autoridade da escola, nem o administrador eficaz, como se deseja para o sucesso de uma empresa. O diretor tem que dar conta da qualidade de ensino em sua escola e tudo o que for condição para alcançá-la. Manter um diálogo aberto com professores, funcionários, alunos e pais, garantir o direcionamento do projeto pedagógico na escola, a homogeneidade de conteúdos programáticos e a heterogeneidades entre as turmas, ter bom trânsito nas Diretorias de Ensino e na Secretaria da Educação.

Tudo isso deve fazer parte do cotidiano do bom diretor, Sem esquecer da parte administrativa da escola: a gestão de recursos, atribuição de responsabilidades etc., ou seja, para desempenhar todas essas funções com competência é preciso saber articular, ter capacidade administrativa, pedagógica, de recursos humanos e políticas públicas educacionais. A sensibilidade do profissional às demandas de sua comunidade escolar e a permanente abertura à discussão também são pontos fundamentais.

Acompanhar, monitorando e intervindo no trabalho prático de sala de aulas de modo que o coordenador pedagógico possa se tornar um parceiro no trabalho junto ao trabalho do professor e não só um verificador de suas ações.

Acompanhar o planejamento em conjunto, assim como a execução dos planos de aula em sala de aula ou fora dela, realização de gincanas, reuniões bimestrais com pais, professores e alunos para monitoramento dos resultados, visitas domiciliares junto ao Serviço de Orientação Educacional - SOE reuniões e realização de oficinas com os alunos indisciplinados e reprovados do bimestre.

Só é possível uma escola democrática quando com sucesso se consegue o envolvimento e comprometimento de toda a comunidade escolar, direção, professores, funcionários, pais, alunos e estreitamento dos laços de parcerias junto a Secretarias de Educação, órgãos estes, que orientam a Instituição quanto ao trabalho, seja na área administrativa, pedagógica, financeira ou jurídica enfatizando sempre a valorização humana, sendo o aluno, sempre o centro das atenções e a oferta das modalidades de ensino oportuniza aos discentes, condições de serem participativos no contexto escolar, valorizando-os e tornando-os através da educação, cidadãos conscientes e preparados para interagir na sociedade.

REFERÊNCIAS

LIBÂNEO, J.C. *Organização e Gestão da Escola – teoria e prática*. Editora do Autor, Goiânia, 2000.

UNESCO/MEC. *Gestão da Escola Fundamental*. Ed. Cor
P.P.P. Projeto Político Pedagógico - Escola Nair Duarte (2009 a 2011)

FERREIRA. NayriaCarapeto. *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. 3ª Ed. - São Paulo: Cortez. 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n ° 9394/1996

EDUCAÇÃO DENTRO DA CONTEXTUALIZAÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO, ANALFABETISMO, LETRAMENTO E ILETRADO.

Maria Neuza da Silva

RESUMO:

Muito se tem dito sobre Educação, letramento, alfabetização, analfabetismo e iletrado, mas afinal o que é uma Educação respaldada pelos fenômenos acima citados? Contatou-se que letras é mais do que alfabetizar, é ensinar a Ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno, o letramento tem como objetivo de reflexão de ensino ou de aprendizagem os aspectos sociais da língua escrita. Assumir como objetivo o letramento são contexto do ciclo escolar implica adotar na alfabetização uma concepção social da escrita em contraste com uma concepção tradicional que considera a aprendizagem de leitura e produção textual como aprendizagem de habilidades individuais. Os termos acima citados: O analfabetismo significa dizer que não conseguiu assimilar a decodificação e codificação, já iletrado, até pode conhecer mais não tem a autonomia sobre saber adquirido, sendo considerado um ser acrítico de cultura, não sabe fazer uso social dos seus saberes.

Palavras chaves: Alfabetização, letramento, analfabetismo, educação, iletrado.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que à presença do conceito de alfabetização aliada ao analfabetismo e letramento torna-se uma corrente na área de educação desde aproximadamente a década de 1980. Hoje a educação está questionando com maior ênfase o que deve ser considerado alfabetizado, letrado, iletrado e analfabeto, pois são palavras distintas que se entrelaçam na sua contextualização teórica e prática e em determinados contextos históricos em que está inserida pode apresentar-se de forma imprecisa. O desenvolvimento deste artigo organizou-se de uma pesquisa bibliográfica Paulo Freire, Pedagogia da Autonomia, P.C.N. (Parâmetros Curriculares de Educação) Letramento, Batista Antônio Gomes, Libâneo e Internet. Acerca da educação sobre o ponto de vista da importância da leitura e escrita para formação pessoal e profissional de cada indivíduo. Ao considerar que a compreensão dos diferentes olhares lançados sobre tais processos é significativa para a comunidade acadêmica à formação de professores que conseqüentemente passam a compreender os porquês das diferentes etapas do processo de alfabetização, analfabeto, letramento e iletrado.

EDUCAÇÃO NUMA VISÃO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO.

Sabe-se que a educação é um processo amplo que engloba o ato de ensinar e aprender, sendo num processo visível em que a sociedade, grupos constituídos ou organizações humanas, a educação perpassa por todas as gerações, mantendo alguns hábitos culturais, tecnológicos, intelectuais e sociais de acordo com o ambiente em que encontrasse inserido, perpetuando-se ou extinguindo o modo de ser e agir de um povo.

Educação é uma necessidade humana para convivência respeitosa e solidária no seu grupo. Enquanto processo de sociabilidade a educação é exercida nos diversos espaços de convívio social, seja para a adequação do indivíduo a sociedade, ao grupo ou aos grupos a sociedade.

Nesta perspectiva, educação, está agregada a socialização dos saberes, a indoculturação, a maneiras de relacionar-se no meio em que vive.

Desta forma, faz-se necessário que enquanto tenta-se educar outro possa educar o seu próprio eu para viver e conviver em uma sociedade globalizada.

Pensando na educação formal, que ocorre nos espaços escolarizados desde a educação infantil até o mais alto grau da escolarização ela dar-se-á de forma intencional, com objetivo determinado, grades curriculares, conteúdos e eixos temáticos a seres desenvolvidos no contexto escolar observando regras e normas regimentais da educação brasileira.

No caso específico da Educação formal exercida na escola, pode ser identificada como educação escolar quando faz-se uso dos recursos técnicos, tecnológicos, instrumentos e ferramentas de uma determinada comunidade dar-se-á educação tecnológica, ainda assim para que a educação formal aconteça é necessário partir do princípio de aculturação.

Educação vem sofrendo mudanças desde as mais simples as mais radicais de acordo com o grupo ao qual se aplica ajustando-se a forma considerada padrão da sociedade, mas também acontece no cotidiano do cidadão a educação cotidiana sendo ela informal, portanto destaca-se como princípio para educação formal de acordo com a L.D.B.

Como se sabe no Brasil, a educação regulamentada pela nova L.D.B. (Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira) na qual destaca-se o fundo de manutenção e desenvolvimento da Educação básica e o fundo de manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do magistério.

De acordo com a L.D.B. está assegurado pela união, estado, município e o ingresso do indivíduo a escola objetivando o processo de aculturação, alfabetização e letramento; os quais tentam no seu contexto e da apropriação dos saberes.

O P.D.E. (Plano de Desenvolvimento da Educação) tem como meta principal uma educação de boa qualidade, permanência do aluno na escola, para tanto é de fundamental importância o envolvimento de todos que fazem educação para o cumprimento dos deveres mencionados na lei, mas exigir o cumprimento da lei no tocante de os direitos dos estudantes.

Atuar de forma consciente no processo educacional. Nesta perspectiva busca-se enfatizar a visão de teóricos com um grau de intensidade de produção intelectual de cada um selecionando os estudos com maior representatividade de cada perspectiva dos múltiplos olhares pelos quais se tornam possível visualizar os conceitos de alfabetização, alfabetismo e letramento, ressaltando que minha intenção, não é de abraçar a totalidade das produções intelectuais, mas comentar aspectos e tecer consideração que possibilite a visualização dos fenômenos através de algumas dimensões teóricas.

CONTEXTUALIZANDO ALFABETIZAÇÃO NO PROCESSO EDUCACIONAL

Muito se tem dito sobre a respeito de alfabetização, letramento, Educação e analfabetismo, afinal são vocábulos com significados diferentes, mas que estão interligados pelo contexto educação onde a leitura e a escrita perpassam por todos como fator principal sendo assim faz-se necessário que tenham sentido e façam parte da vida do aluno. Portanto desta abordagem serão apresentados algumas concepções que fundamentarão este trabalho e que essa razão será retomada ao longo de todo trabalho, são reflexões atualmente desenvolvidas em torno da aprendizagem e do ensino da alfabetização.

Historicamente o conceito de alfabetização identificou-se no ensino aprendizagem da tecnologia da escrita, quer dizer do sistema alfabético de escrita o que em linhas gerais significa na leitura, a capacidade de decodificar os sinais gráficos, transformando-os em “sons” da fala e, na escrita a capacidade de codificar os sons da fala transformando-os em sinais gráficos. A partir dos anos 1980, o conceito de alfabetização foi ampliado com as contribuições dos estudos sobre psicogêneses da aquisição da língua escrita particularmente com os trabalhos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky que falam claramente sobre o processo de alfabetização.

De acordo com esses estudos, o aprendizado do sistema de escrita não se reduzirá ao domínio de correspondências entre grafemas ou fonemas (a decodificação ou codificação), mas se concretizaria como um processo ativo por contatos com a escrita, construiria e reconstruiria hipóteses sobre a natureza e o funcionamento da língua escrita, compreendida como um sistema de representação.

Progressivamente o termo alfabetização passou a designar o processo não apenas de ensinar e aprender as habilidades de codificação e decodificação, mas também o domínio dos conhecimentos que permitem o uso dessas habilidades nas práticas sociais de leitura e escrita. É por causa dessas novas exigências que surge uma nova nomeação para o termo, alfabetização funcional, criado com a função de incorporar às habilidades de uso da leitura e da escrita em situações sociais e posteriores a palavra letramento.

O conceito de alfabetização associado ao analfabetismo e ao letramento tornou-se corrente na área da educação desde a década de 1980. As definições desses fenômenos são distintas e algumas vezes até imprecisas, dependendo do contexto histórico no qual estão inseridos, baseados nas diferentes perspectivas teóricas e metodológicas que as embasam. Nesta perspectiva a Teoria de Vygotsky (1896-1934): tem como base o desenvolvimento do indivíduo como resultado de um processo sócio-histórico enfatizando o papel da linguagem e da aprendizagem.

Para esse estudioso todo indivíduo já tem saberes prévios que os vai adquirindo no contexto familiar e social em que está inserido, sendo que nestes saberes usa-se mais a oralidade cuja ação que na maioria das vezes não sabe por que o faz para quem o faz e quais suas consequências, essas são atitudes observada ainda hoje em pleno século XXI. Mesmo sendo saberes importantes para a vida de cada indivíduo precisam ser trabalhados cientificamente para facilitar o uso da cidadania.

Como ponto de partida desta abordagem, serão apresentadas algumas concepções que fundamentarão este trabalho e que por essa razão, será retomada Ao longo de todo o trabalho. São reflexões atualmente desenvolvidas em torno da aprendizagem e do ensino da alfabetização.

Historicamente, o conceito de alfabetização se identificou ao ensino-aprendizagem da “tecnologia da escrita” que dizer do sistema alfabético de escrita o que em linhas gerais significa, na leitura, a capacidade de codificar os sinais gráficos, transformando-os em “sons” e, na escrita, a capacidade de codificar os sons da fala transformando-os em sinais gráficos.

A partir dos anos 1980, o conceito de alfabetização foi ampliando com as contribuições dos estudos sobre psicogênese da aquisição da linguagem escrita, particularmente com os trabalhos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky.

De acordo com esses estudos, o aprendizado do sistema não se reduziria ao domínio.

O QUE ENTENDE-SE POR LETRAMENTO?

Apenas na segunda metade dos anos 1980 foi que essa palavra surgiu nos discursos de especialistas das ciências lingüísticas e da educação como uma tradução da língua Inglesa(Literacy) que significa ampliar o conceito de alfabetização conclamando atenção não apenas para o uso das tecnologias do ler e do escrever (codificar e decodificar), mas também para os usos dessas habilidades em práticas sociais em que escrever e ler são necessário. Implícito nesse conceito está a idéia de que o domínio e o uso da língua escrita trazem consequências sociais, culturais, políticas, econômicas cognitivas, lingüísticas que para o grupo social em que seja introduzida quer para o indivíduo que aprenda a usá-la.

Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou aprender a ler e escrever bem como o resultado da ação de usar essas habilidades em práticas sociais é o estado ou condição que adquire um grupo social ou indivíduo, como consequência de ter apropriado dos saberes e saber inseri-los em diferentes contextos, para Antônio Augusto(2007 pp.10)“A língua é um sistema que se estrutura no uso e para o uso escrito e falado, sempre contextualizado”.

No estágio atual dos questionamentos sobre os fenômenos estudados mais em especial, educação alfabetização e letramento o dilema nesses campos nos impões a necessidade de formar posições consistentes, evitando polarização e reducionismos nas práticas de letramento.

Tem-se noção de que a palavra letramento apareceu pela primeira vez no livro de Mary Kato. No mundo da escrita uma perspectiva Psicolingüística de 1986.

Segundo (Mary Kato 1986)

Acredito que a chamada norma padrão ou língua falada culta é consequência do letramento, motivo porque indiretamente é função da escola desenvolver no aluno o domínio da linguagem falada institucionalmente aceita.

Portanto o letramento tem inicio quando a criança começa a conviver com as diferentes manifestações da escrita na sociedade e se amplia cotidianamente por toda vida com a participação nas práticas que envolvem a língua escrita.

O ato de ler o mundo, coisas que os seres humanos fazem antes de ler a palavra. Até mesmo historicamente, os seres humanos primeiro mudaram o mundo, depois revelaram o mundo e a seguir escreveram as palavras: (Paulo Freire).

Por isso o mais importante que decodificar símbolos (letras, palavras) é preciso compreender a funcionalidade da língua escrita.

Pois assim que o cidadão tornou-se mais atuante, participativo e autônomo de forma significativa na sociedade na qual este está inserido. De acordo com Paulo Freire (1989 p. 58-9), (...) O ato de estudar enquanto ato curioso do sujeito diante do mundo é expressão da forma de estar sendo dos seres humanos como ser social, histórico, seres fazedores, transformadores, que não apenas sabem,mas sabem que sabem.

De acordo com a teoria de Vygotsky o desenvolvimento cognitivo é produzido pelo processo de internacionalização da interação social com materiais fornecidos pela cultura sendo assim para que aconteça alfabetização ou letramento e preciso mediar abertura da zona de desenvolvimento proximal dentro da perspectiva de conhecer e fazer uso desde conhecimento de forma significativa.

Baseando-se com os P.C.N. de Língua Portuguesa (Brasil, 1997, p.53).

O trabalho com leitura tem como finalidade a formação de leitores competentes e, conseqüentemente a formação de escritores é notório que em algumas práticas pedagógicas o professor supervaloriza a gramática em detrimento da leitura,priorizando o cunho didático.

ANALFABETISMO

Entende-se por analfabetismo o indivíduo que está condicionado a usar seus conhecimentos em prol da servidão, obediência, sendo que é uma cultura que vem desde ao período colonial com o processo educacional implantado pelos jesuítas,ao longo da história do Brasil, existiu programas educacionais com intuito de erradicar ou diminuir o índice de analfabetismo devido a muitas irregularidades não dão certo,com relação ao analfabetismo.

Segundo definição da UNESCO

Uma pessoa funcionalmente analfabeta é aquela que não pode participar de todas as atividades nas quais a alfabetização é requerida objetivando uma atuação eficaz,ativa e sociável em seu grupo ou comunidade,de forma letrada.Ainda não deve-se confundir analfabetismo com ignorância,mais como ausência de apreensão dos saberes normativos da língua escrita e falada assim,impossibilitando o indivíduo de entender registros e sua significação para o exercício da sua condição de ser pensante.

O problema do analfabetismo é grave no mundo e em nosso país,muito já tem se falado sobre analfabetismo,mas até hoje não foi trabalhado de forma que tire o homem do seu estado de desconhecimento do mundo dos significados levando-os apoderar-se do conhecimento e eliminando o analfabetismo político,econômico, cognitivo,cultural e social.Assim sendo a educação é uma ferramenta indispensável para combater o

analfabetismo,não é apenas não saber ler e escrever,mais também não conseguir interpretar um texto ou compreender o mundo que o cerca.

Segundo (UNESCO) uma pessoa analfabeta é aquela que não pode participar com eficácia,clareza e objetividade do mundo da leitura e escrita.

Daí entende-se que existem vários tipos de analfabetismo, mais o analfabetismo digital, geográfico e funcional,desse modo analfabeto é simplesmente aquele ou aquela que apesar de saber ler não lê.Analfabetismo na visão de (Castells,Luke 1986) é a capacidade de usar a leitura e a escrita para fins pragmáticos em contexto cotidiano.

ILETRADO EM PLENO SÉCULO XXI

De acordo com estudo no dicionário Aurélio iletrado é quem não sabe ler ou escrever,ou tem pouco conhecimento da leitura,existe uma gama de sinônimos agregados ao iletrado como:Analfabeto,ignorante,atrasado,incompetente,inculto,inconsciente,dentre outros, mais iletrado é o indivíduo que pode até conhecer algo parcialmente,ler,saber que existe,mais não faz uso destes saberes para sua ação no mundo.Para PiterShoarmo(agosto 2006 pp8)

Iletrado é alguém que pode ter estudado,saber,ler,escrever, fazer contas, contudo alguém que não sabe o que escreve,o que lê nem tão pouco para que serve tudo isso,não tem noção de amplitude de mundo que o rodeia;Alguém que escreve o que vem a mente sem pensar e nem busca saber o porque do existir da leitura,escrita.

Portanto analfabetismo e iletrado tem algo em comum o desconhecer da valorização e da utilização da leitura e da escrita, para compreender alguns fatos, sendo que o analfabeto na maioria quando estimulado buscar conhecer,indagar e o iletrado é mais resistente ela não preocupa-se com o querer saber;percebível através da influência ,educadores pensadores e estudiosos,dentro dos quais muitos brasileiros que defendem com convicção as mudanças em todos os sentidos de compreensão do homem e o mundo que o cerca.

Entende-se que de acordo com o estudado o assunto é intenso e extenso e que é preciso mais atenção,no tocante que é como é urgente e necessário que todos os profissionais da educação tomem ciência desses saberes para poder intervir teoricamente,pedagogicamente e socialmente para formação de leitores e escritores pensantes,ativos e reflexivos.Acredita-se que esse artigo possa oferecer pontos de reflexão sobre que é o público estudantil e como o professor fazer a mediação para o ensino aprendizagem significativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após uma intensa pesquisa bibliográfica e muita leitura sobre alfabetismo, letramento, educação, analfabetismo e iletrado, dentro das teorias sobre educação enfocando os elementos que fazem parte do contexto escolar especificamente no Brasil. Compreende-se que esses são temas que não podem ser discutidos, estudados isoladamente, pois um está relacionado ao outro já que ambos estão integrados. Sabe-se que são temas complexos que devem ser analisados com mais ênfase dando-os a referida importância para o bom desenvolvimento educacional da sociedade, lembrando que é preciso conhecer para poder transformar, minimizar, excluir ou permanecer, sendo que tudo isso é função da escola e do processo ensino aprendizagem. Pode-se identificar através das várias abordagens mencionadas o quanto a educação brasileira foi e é influenciada pelo modelo sócio-econômico do país ao longo dos tempos e se hoje está em foco os estudos, lutas e questionamentos sobre alguns conceitos ideológicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização** 4ª Ed. São Paulo: Cortez Autores associados, 1987 com todas as letras 4ª Ed. São Paulo: 1993.

FERREIRO, Emília; TEBEROSK, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre; Artmed 1999, p.190-221.

FREIRE, Paulo; Donaldo, Macedo. **Alfabetização. Leitura da palavra**. Leitura do mundo. Rio de Janeiro: Paz e terra 1990

_____. **Pedagogia do oprimido** (Paulo Freire-50). Ed. rev. e atual Rio de Janeiro; Paz e terra 2011.

KATO, Mary A. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística**, 7ª Ed. São Paulo; Ática, 1999.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2ed 6ª 6ª reimpr. Belo Horizonte: Autêntica 2003.

UM HORIZONTE HERMENÊUTICO NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Francisca Alves de Moura²⁵

RESUMO

O presente artigo é um estudo bibliográfico, do qual, se estrutura numa análise acerca da hermenêutica, da filosofia e da educação. A priori, tem como tema Um Horizonte Hermenêutico na Educação Contemporânea. Esta pesquisa sintetiza e destaca pontos relevantes a serem estudados. Tais como: Origem e diferentes significados de hermenêutica; hermenêutica e o processo educativo; hermenêutica, filosofia e formação pedagógica e por último a importância da linguagem dentro da perspectiva hermenêutica.

Palavras-Chaves: Hermenêutica. Educação. Linguagem.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é um estudo bibliográfico que tem por finalidade, enfatizar a importância da hermenêutica e suas contribuições dentro do processo educacional. Busca de uma forma contextualizada com o tema “Um Horizonte Hermenêutico na Educação Contemporânea”, evidenciar esta teoria como ramo da filosofia, da qual procura interpretar e compreender o fazer, o aprender e o ser do indivíduo em cada espaço, no entanto neste texto será abordado o espaço educacional. Através de tópicos como: origem e diferentes significados de hermenêutica; hermenêutica e o processo educativo; hermenêutica, filosofia e formação pedagógica; e a importância da linguagem dentro da perspectiva hermenêutica, e de filósofos como Hans-Georg Gadamer, Claudio Almir Dalbosco, Aloisio Ruedell, entre outros, intenta-se contribuir de forma concisa para o melhor entendimento acerca dos assuntos dispostos.

O homem “Ser” que está em constante transformação, vale-se dos estudos hermenêuticos para investigar, entender e explicar, o que está implícito em cada área do conhecimento. Aperfeiçoando-se cotidianamente o indivíduo se aproxima mais e mais do resultado desejado.

²⁵Mestranda em educação na SAPIENS-Faculdade de Ciências Humanas da Paraíba. Especialista em supervisão educacional pela FIP-Faculdade Integrada da Paraíba. Graduada em Pedagogia na UERN-Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. Professora da rede municipal de Santana do Matos/RN. Secretária do Mestrado da SAPIENS em Jucurutu/RN.

Origem e diferentes significados de Hermenêutica

O sentido etimológico da palavra “hermenêutica” provém do verbo grego *ermeneúein*, que significa dizer, expor, interpretar, traduzir. Em linhas gerais, diz respeito a uma tradução compreensível de uma determinada linguagem, ou de um determinado texto para outra linguagem ou para um outro texto. Outro elemento ligado à etimologia da palavra é a figura de Hermes, que era um mensageiro dos deuses e exercia a função de mediador entre os discursos estranhos. Ele tinha o poder de interpretar e traduzir os discursos divinos, estranhos aos humanos, numa linguagem que se tornasse compreensível a eles. Os conceitos de interpretação e compreensão constituem a hermenêutica e adquirem sentido no contexto da manifestação linguística do ser humano, concebida como fenômeno de encobrimento e fechamento. Sempre que a linguagem se manifesta, não se mostra inteiramente, pois mantém algo encoberto; daí a necessidade de desvelamento, de interpretação e compreensão. Este é, pois, o sentido da hermenêutica, que se torna importante à perspectiva existencial, segundo a qual o ser humano aspira por sentido e é, ao mesmo tempo, constituído de sentido. A hermenêutica surge nesse contexto com o intuito de revelar aquilo que está encoberto nas manifestações linguísticas do próprio ser humano inserido no mundo²⁶.

A hermenêutica surgiu, inicialmente, de uma vertente teológica e religiosa; nasceu vinculada a problemas que dizem respeito à exegese bíblica, teoria interpretativa que diz respeito ao sentido do texto bíblico. O importante é perceber que nesse período histórico (Idade Média) a interpretação bíblica era avaliada e direcionada de acordo com a tradição e o poder da Igreja, ou seja, a validade da compreensão dos textos encaminhava-se de acordo com tradição e o poder da Igreja, ou seja, a validade da compreensão dos texto encaminhava-se de acordo com a doutrina e os dogmas estipulados pela própria Igreja²⁷.

A hermenêutica quer fazer valer o fenômeno da compreensão, do interpretar e produzir sentido diante da pretensão de universalidade da metodologia científica (GADAMER, 1983). Por conseguinte, a hermenêutica, a despeito de todo o seu rastro histórico, trata-se de um modo de filosofar típico do século XX, o qual tematiza a compreensão da experiência humana no mundo, que, desde já, dá-se interpretado (STEIN, 2008).

A origem da hermenêutica na Grécia Antiga também é relacionada com as palavras “ciência” e “técnica”. Esta concepção sustenta a tese de que a hermenêutica tem por objeto a

²⁶Esta síntese tomou como base o texto de Dalbosco(2007, p. 31 -35).

²⁷Esta síntese tomou como base o texto de Dalbosco(2007, p. 31 -35).

interpretação do sentido das palavras, dando ênfase à interpretação dos signos e do seu valor simbólico. Cabe ressaltar que dessa concepção o que mais nos interessa é que a hermenêutica pode estar, desde sua origem, relacionada com a ciência e com a técnica.

Se foi uma ou outra a origem da palavra “hermenêutica” não é o mais importante para o nosso estudo. O fato é que o termo adquiriu uma amplitude significativa de sentidos, porque, ao longo da história da humanidade, a palavra “hermenêutica” foi bastante utilizada pelos seres humanos, inclusive, atualmente, tornou-se um termo que pode ser classificado como multidisciplinar²⁶, com significados amplos e até, por vezes, diversos. A hermenêutica parece ter se firmado, *sui generis*, como a ciência ou a metodologia que se ocupa com a interpretação, porém uma forma ampla de interpretação, com o objetivo de descobrir o sentido do simbólico. Desde a sua origem, a hermenêutica ocupou-se com a compreensão humana e com a interpretação de textos escritos. Essa nos parece ser a essência primeira da hermenêutica²⁸.

Hermenêutica e o processo educativo

Se é pela educação que a sociedade se perpetua, se é pela educação que à geração mais nova se transmite as crenças, os costumes, os conhecimentos e as práticas da geração adulta – educação é o processo pelo qual a criança cresce, desenvolve-se, amadurece, poderia dizer-se. [...]. A atividade educativa não se processa no vácuo, independente de objeto ou condições. Ao contrário, ela é sempre uma resposta a estímulos específicos ou gerais, nascidos do próprio organismo e do meio ambiente em que o indivíduo vive. (DEWEY, p. 119).

Quando falamos de processo educacional, é essencial pensar no conceito de homem, no que tange o respeito aos seus relacionamentos e concepções de vida. E é nesse nível que a pedagogia entra em ação para repensar suas práticas, concepções e problemáticas ao longo da história. Porém, para isso não podemos vê-la separada da filosofia, no sentido de encontrar nela a parceria para um diálogo sólido, elucidativo e instrutivo. Nesse contexto, observa-se que o ser humano está em constante busca para explicar o seu Eu interior, justificar suas ações, compreender sua existência no mundo, buscar respostas para o porquê e para quê estamos e viemos ao mundo? No Ocidente a hermenêutica foi examinada e exposta sob vários aspectos, propiciando aos seres humanos conviverem melhor em sociedade. (CHAUI, 2009).

²⁸Historicamente, a hermenêutica tem se desenvolvido entre teólogos, filólogos, filósofos, historiadores, juristas, psicólogos, educadores, enfim, com quem sempre se enfrenta com questões de interpretação, de sentido, de compreensão. Daí se subentende seu caráter multidisciplinar.

Herdamos também dos gregos, a essência que caracteriza cada coisa. O conceito de homem que é compreendido a partir de sua natureza imutável: mesmo sendo os seres humanos diferentes uns dos outros, existe uma essência humana a ser atingida, à medida que se vai amadurecendo. Esta concepção grega chamada de Metafísica tem suas raízes nas mais antigas teorias pedagógicas, desde Platão e Aristóteles, passando pela Idade Média e influenciando a escola tradicional que surge na Idade Moderna. Nesta última, a educação é compreendida como um processo de aperfeiçoamento em que o indivíduo é levado a realizar suas potencialidades. A criança deve alcançar um modelo de homem, atualizando a essência que possui enquanto potência. (BAHIENSE, 2012).

Sendo assim, as teorias pedagógicas, ambicionam compreender o conceito de homem que movimenta suas diretrizes. A educação tradicional valoriza a transmissão da cultura geral e a realização intelectual do homem, e centra a atividade escolar no mestre, transmissor de conhecimento. Mas, na Escola Nova, a proposta de ensino era outra, o ensino se volta para a existência, para a vida, para a atividade do aluno, passando este a ser o centro do processo educativo. As duas teorias denotam expectativas diferentes de transformação do homem naquilo que ele deve ser, priorizando valores que determinam a escolha dos conteúdos que serão transmitidos, e a forma como repassá-los a partir dos objetivos propostos, que tipo de homem se quer formar. (BAHIENSE, 2012).

De acordo com CHAUI (2009, p. 155):

A teoria do conhecimento distingue o eu, a pessoa, o cidadão, e o sujeito; distingue também graus de consciência e tem como centro a figura do sujeito do conhecimento, entendido como consciência de si reflexiva ou atividade racional que reconhece a si mesma.

Para Gadamer a ação educativa, enquanto reflexão hermenêutica implica que, na compreensão de algo ou alguém, produz-se uma autocrítica. Com o objetivo de que a definição de emancipação não se torne abstração, é necessário pressupor que aquele que compreende não adota uma atitude de superioridade, mas sente a necessidade de examinar sua suposta verdade e coloca em jogo seus próprios preconceitos. Isso só pode acontecer no espaço do diálogo, gerando uma atitude de autocrítica (ROHDEN , 2002).

Imbernón (2000, p. 46) enfatiza que:

[...] Sem o cumprimento satisfatório do direito à educação, não só a vida de cada um empobrece e limita seu horizonte, mas também dificilmente, podem ser realizados outros direitos, como a livre expressão, a participação na política ou o direito ao trabalho nas sociedades avançadas. [...]

A cada época a educação tem suas preocupações, desafios e mudanças, tudo relacionado aos acontecimentos históricos, políticos, culturais, econômicos e sociais. Torna-se evidente que o ser humano tem em si uma sabedoria infinita, uma incrível capacidade de aprender, de compreender, de abstrair e de adaptar ao novo. Para uma determinada sociedade, a educação constitui uma preocupação com limites mal definidas. Essa preocupação se relaciona com a maneira como um grupo social pode integrar em sua própria cultura as novas faixas etárias que engendrou. Apoiando-se em um inusitado paradoxo, que é a marca de qualquer iniciação, esse paradoxo reza que a iniciação e, portanto, a educação, ocorra de forma simultânea, mostrando registros distintos de dois grupos, onde de um lado busca integrar o jovem, apresentando-lhes um lugar, um papel a ser desenvolvido em um conjunto determinado, ou seja, o da sua cultura; por outro se esforça para torná-lo autônomo, ou seja, atores de seu próprio destino, de sua própria cultura. (BAHIENSE, 2012).

É relevante ressaltar, que a atividade educativa deve ser sempre compreendida como uma libertação de forças, tendências e impulsos existentes no sujeito, e por ele mesmos trabalhados e exercitados, e, portanto, dirigidos porque sem a direção eles não se poderiam exercitar. (DEWEY, 1985).

Hermenêutica, filosofia e formação pedagógica.

A partir do início do século XX surgiram no Brasil, as primeiras preocupações com a filosofia da Educação, que se completam com a inserção desta disciplina nos cursos de formação de professores. Os textos produzidos neste período divulgam a temática e deixam entrever um rico material de sentido filosófico, seja nas obras de literatura, de poética, de direito, de religião, ou mesmo nos assuntos políticos. [...]. Na busca de conhecer as expressões e as proposições educativas, transparente nos discursos dos educadores, tanto na tentativa de delinear diferentes caminhos para a educação quanto ao desejar prosseguir no caminho que, até então, educacionalmente, estava traçado, encontra-se uma filosofia de inspiração educativa. Analisando, pois, estas expressões que, na maioria, são de caráter argumentativo, é possível encontrar vestígios de uma filosofia de estilo nacional, ainda que mesclada às interferências internacionais. (BAHIENSE, 2012).

A profissão do professor tem sofrido, ao longo dos tempos, mudanças que interferem drasticamente no seu papel deixando entreabertas lacunas entre o ideal e a realidade. A partir deste pressuposto, o professor sofre por não conseguir vivenciar as expectativas em relação ao seu trabalho, associadas às características das dimensões de persuadir, de encantar seu aluno

no conhecimento, pela fé no outro e de ter a vocação para a difícil, —impossívell (FREUD, 1969), a tarefa de ensinar.

SEGUNDO ARANHA:

A parti da consciência dos problemas educacionais de seu tempo, o pedagogo estabelece objetivos realizáveis, busca os meios para atingi-los, verifica a sua eficácia, revê os processos utilizados e assim por diante. Só desta forma a educação se tornará instrumento real de transformação. (p. 38)²⁹

A complexidade do trabalho do professor na contemporaneidade precisa ser analisada com muito cuidado, pois, está embrenhada de significados construídos ao longo do tempo. O ideal da profissão está posto no imaginário do coletivo, porém a realidade atual desconserta constantemente esses profissionais, que buscam realizar bem o seu papel de educador. Diante das diversas pressões que afetam a profissão do educador, vários autores nos advertem sobre as dificuldades de exercer essa profissão na contemporaneidade. Pois se para Bauman (1998), a sociedade sofre com o mal-estar o trabalho docente, que é definido nas e pelas interações humanas, portanto um —trabalho interativo (TARDIF; LESSARD, 2005) também está imerso nesse mal-estar. Dessa forma, o trabalho do professor deve atender a todas as exigências da contemporaneidade, a formação integral e completa dos alunos, capacitá-los com uma cultura geral. Como também trabalhar com os alunos as diversas dimensões do ser humano para alcançar sua plena formação psicológica, afetiva e emocional, ou seja, que a criança chegue ao patamar da plena cidadania.

É mister analisar a abordagem de Trevisan, sob a ótica de Habermas na reorganização do saber: Habermas propõe uma hermenêutica como atitude metodológica para as ciências sociais, apostando em uma versão transcendente, mas ao mesmo tempo dependente das abordagens empíricas, dizendo que as regras, os valores e atitudes que constituem o sujeito são tão participantes da ciência quanto o que é possível apreender pela observação. Em conhecimento e interesse, o autor defende a idéia de que o sujeito do conhecimento tem compromisso com os processos de aprendizagem dos quais depende a reprodução do mundo da vida. Segundo ele, toda ciência supõe uma relação com os interesses humanos, que são as condições de possibilidade das experiências vividas, experiências essas constituidoras dos objetos. Ou seja: a compreensão da realidade é vista a partir de interesses resultantes da ação com a natureza e dos ditames do sistema social, sendo esses garantia da compreensão da vida

²⁹<http://proinfoctetoledo2009.wikispaces.com/file/view/ativ4distvivi.pdf>

e da história. Desse modo, a razão interessada é condição de possibilidade do conhecimento (TREVISAN, 2011).

Dentro desse contexto, Morin enfatiza os quatro pilares da educação contemporânea, quando afirma que são condições primordiais para o desenvolvimento da educação do futuro, quando diz que é necessário aprender a *estar aqui* no planeta. —Aprender a estar aqui significa: aprender a viver, a dividir, a comunicar, a comungar; é o que se aprende somente nas – e por meio de- culturas singulares. Precisamos doravante aprender a ser, viver, dividir e comunicar como humanos do planeta Terra, não mais somente pertencer a uma cultura, mas também ser terrenos. Devemo-nos dedicar não só a dominar, mas a condicionar, melhorar, compreenderl (MORIN, 2002).

[...] por sermos possibilidades, é que cada uma experiência se encontra num limite (horizonte) que não necessariamente é o mesmo em ambos - professor e aluno. O que percebemos, então, são peças do mundo que não necessariamente coincidem com o modo como os outros as percebem. É na interseção dessas 'peças' que ocorre a formação e que, portanto, a interpretação e o ser-com, em sala de aula, podem se estabelecer e, estabelecendo-se, possibilitam uma extensão dessa interseção, das partes comuns desses horizontes. A pertença à linguagem, por sua vez, é o *medium* da possibilidade de interpretação. Além disso, a situação histórica, o vivenciar de experiências semelhantes, num mesmo 'tempo' - não somente cronológico, mas também de percepções e sensações ('afetividade') - é uma pertença comum entre professor e aluno. Tal pertença, todavia, inclui-se na pertença à linguagem, pois esta é que faz a mediação de nossas percepções e sensações da história (Garnica, 1992a, p.26).

A parti da reflexão filosófica nasceram as ciências e, com elas a pedagogia, pois os filósofos também discutiam sobre educação. A pedagogia então se despreendeu da filosofia e a parti da Idade Moderna, organizou seu próprio espaço de pesquisa. Mas, nem sempre o homem reflete especificamente e de maneira rigorosa sobre o ato de educar. A educação é dada muitas vezes para geração. Para que esse espontaneismo seja superado é necessário a teoria, para que a ação educacional se torne mais coerente e eficaz. Se a filosofia é uma reflexão radical, rigorosa e de conjunto que se faz a parti dos problemas propostos pelo nosso existir, é inevitável que entre esses problemas estejam os que se referem à educação. Cabe ao filósofo então acompanhar reflexiva e criticamente a ação pedagógica, de modo a promover a passagem “de uma educação assistemática, para uma educação sistemática”. (BAHIENSE, 2012)

A importância da linguagem dentro da perspectiva hermenêutica

A partir da referência mitológica, a hermenêutica carrega consigo a ideia de tornar explícito o implícito, de descobrir a mensagem, de torná-la compreensível, envolvendo, nesse processo, a linguagem. A compreensão da hermenêutica, própria das ciências humanas, ao inserir-se no mundo da linguagem, renuncia às pretensões científicas e reconhece que pertencemos às coisas ditas, aos discursos, abrindo uma infinidade de interpretações possíveis, próprias (RUEDELL,2000).

Durante muito tempo a filosofia preocupou-se em definir a origem e as causas da linguagem. Uma primeira divergência sobre o assunto surgiu na Grécia: a linguagem é natural aos homens ou é uma convenção social? Se a linguagem for natural, as palavras possuem um sentido próprio e necessário; se for convencional, são decisões consensuais da sociedade e, nesse caso, são arbitrárias. Essa discussão levou, séculos mais tarde, à seguinte conclusão: a **linguagem** como capacidade de expressão dos seres humanos é natural, isto é, os humanos nascem com uma aparelhagem física, anatômica e fisiológica que lhes permite expressarem-se pela palavra; mas as **línguas** são convencionais, isto é, surgem de condições históricas, geográficas, econômicas e políticas determinadas, ou, em outros termos, são fatos culturais. (CHAUI,2009).

Na abertura da sua obra Política, Aristóteles afirma que somente o homem é um “animal político”, isto é, social e cívico, porque somente ele é dotado de linguagem. Os outros animais, escreve Aristóteles, possuem voz (phoné) e com ela exprimem dor e prazer, mas o homem possui a **palavra** (logos) e, com ela, exprime o bom e o mau, o justo e o injusto. Expressar e possuir em comum esses valores é o que torna possível a vida social e política e, dela, somente os homens são capazes. Na mesma linha é o raciocínio de Rousseau, no primeiro capítulo do Ensaio sobre a origem das línguas: “A palavra distingue os homens e os animais; a linguagem distingue as nações entre si. Não se sabe de onde é um homem antes que ele tenha falado”.(CHAUI,2009).

PARA GADAMER:

a linguagem é o meio universal em que se realiza a compreensão mesma. A forma de realização da compreensão é a interpretação. Todo compreender é interpretar e toda interpretação se desenvolve em meio a uma linguagem que pretende deixar falar o objeto e ao mesmo tempo a linguagem própria de seu intérprete". Para o autor "A linguagem é onde se encontram o eu e o mundo"(Gadamer, 1993:467 e 567)

A linguagem existe só no diálogo (DUTT, 1998, p. 55) e o diálogo enquanto postura ética nos exige, enquanto educadores, muito mais que a posição anacrônica, irresponsável e sedutoramente confortável de transmissores de conhecimento. O aluno, o educando, o outro que nos interpela, tem algo a dizer. O ato educativo não é o ato de entrega de uma mercadoria com a qual não temos qualquer relação. O ato educativo, por óbvio, também não é um movimento salvacionista, porém, estamos vinculados as suas consequências no mundo da vida. O autêntico diálogo é um espaço de encontro com o outro. Nesse encontro, quando ocorre efetivamente, nos tornamos outros, marcados pela interpelação ética do outro.

O esforço em tratar das relações pedagógicas numa perspectiva hermenêutica encontra-se ligado ao que Dalbosco propõe ao afirmar que para levar a sério as ciências humanas e a própria pedagogia temos que tratar desta questão do quanto nossa vida e nosso fazer pedagógico são invadidos pelo poder da técnica e, por exemplo, o quanto somos bombardeado scotidianamente por informações e, ao mesmo tempo, tornamo-nos incapazes de dialogar. É no contexto desta problemática que o diálogo deve ser resgatado como núcleo central das ciências humanas e da própria pedagogia (2007, p. 58).

Em última análise, escrevendo sobre a teoria da linguagem, o linguista Hjelmslev afirma que “a linguagem é inseparável do homem, segue-o em todos os seus atos”, sendo “o instrumento graças ao qual o homem modela seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base mais profunda da sociedade humana”.(CHAUI,2009). Prosseguindo em sua apreciação da linguagem, Rousseau (1983), considera que a linguagem nasce de uma profunda necessidade de comunicação. “Desde que o homem foi reconhecido por outro como um ser sensível, pensante e semelhante a si próprio, o desejo e a necessidade de comunicarlhes seus sentimentos e pensamentos fizeram-no buscar meios para isto”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se nesse breve estudo, acerca de Um Horizonte Hermenêutico na Educação Contemporânea, explicitar alguns pontos relevantes dentro do processo educativo, da formação pedagógica do professor e da importância da linguagem dentro da perspectiva hermenêutica. Tomando sempre como referência, filósofos que nos fazem entender melhor as relações do ser humano com o mundo, com o outro e com ele mesmo, dos quais nos fazem refletir acerca do papel do educador contemporâneo. Denota ainda que, indagações,

interpretações e exigências, fazem parte da vida do ser humano, seja ele, no espaço educacional, cultural, político, econômico e social.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. O mal-estar da pós-modernidade; tradução Mauro gama, Claudia Martinelli Gama, revisão técnica Luis Carlos Fridman–Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.

CHAUI, Marilena. Filosofia: série novo ensino médio. Volume único, editora ática, 2009.

DEWEY, John, 1859-1952. Experiência e Natureza; Lógica: a teoria da investigação; A arte como experiência; Vida e educação; Teoria da vida moral/ John Dewey; traduções de Murilo Otávio Paes Leme, Anísio S. Teixeira, LeonidasGontigo de Carvalho. – ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os pensadores).

DALBOSCO, Claudio A. Pedagogia Filosófica: Cercarias de um dialogo. São Paulo: Paulinas. 2007.

-----Pedagogia hermenêutica: Perspectivas da racionalidade pedagógica em Ser e tempo. Passo Fundo 2007a.

DUTT, Carsten. **En conversación con Hans-Georg Gadamer**. Madrid: Tecnos, 1998, p. 55. Filosofia da Educação. BAHIENSE, Fernando L.A., BAHIENSE, Vera L.A., LOPES, Rozangela da S., SILVA, Elisabeth Feitosa da. Editora Faibra: Teresina, 2012.

FREUD, S., STRACHEY, J., FREUD, A., STRACHEY, A., TYSON, A., SALOMÃO, J. edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1969. 24v.

GADAMER, Hans-George. Verdad y Método; fundamentos de uma hermenêutica filosófica. edicionessígueme, Salamanca, 1993.

-----A razão na época da ciência. Rio de Janeiro: tempo Brasileiro, 1983.

GARNICA, A.V. M. A interpretação e o fazer do professor: possibilidades de um trabalho hermenêutico na educação matemática. Dissertação (Mestrado) Instituto de Geociências Exatas da UNESP. Rio Claro, 1992a.

IMBERNÓN. Francisco (org). A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MORIN, E. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. Cortez: Unesco 2002.

ROHDEN, L. Hermenêutica filosófica: Entre a linguagem da experiência e a experiência da linguagem. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

RUEDELL, A. Da representação ao sentido: através de Schleiermacher à hermenêutica atual. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

STEIN, E. Aproximações sobre hermenêutica. 2. Ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.

TARDIF, M., LESSARD, C. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

TREVISAN, A. L.; DEVECHI, C. P. V. Abordagem na Formação de Professores: Uma reconstrução aproximada do campo conceitual. Revista Brasileira de Educação. V. 16, número 47. 2011.

Pesquisadores do Século XXI

A disseminação da internet como instrumento de pesquisa redimensiona a figura do pesquisador, a informação além de ser democratizada passa a ser em tempo real, a tarefa do pesquisador globalizado é selecionar, hierarquizar e analisar os dados obtidos na pesquisa base. Selecionar, sob determinados critérios, quais os dados devem ser confiáveis; saber hierarquizar a relevância destes dados para o tema pesquisado e saber analisar, estabelecer um juízo a partir de quadros de referência e controle das variáveis intrínsecas ao fenômeno.

A tarefa do pesquisador diante destes novos paradigmas se sofisticada e se amplia não se justificando mais o academicismo estéril e nem o enciclopedismo raso.

O rigor metodológico é a marca da qualidade, criatividade é o que se espera, pensar globalmente – agir individualmente é o santo graal a ser alcançado.

Os textos que aqui se apresentam são o produto de um árduo trabalho de carpintaria intelectual e como todo processo dialético ficam longe da ideia concebida, porém são o êmulo para novas pesquisas e isto por si só justifica sua existência.

O caminho do pesquisador é árduo, inglório e, por natureza, sempre incompleto é como uma gema na mão do artífice que se realiza pela labuta incessante da ideia que o concebe contra diamantina face da realidade que se apresenta, mas depois de árduo trabalho quanto bela é a joia que se apresenta.

Prof.Dr.Marcus Nascimento Coelho
Caixeiro viajante da educação.

“Urgente é o que foi mal planejado”

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-69456-00-1



9 788569 456001

SWCESSO
Publicações e Assessoria